

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**REINO UNIDO E UNIÃO EUROPEIA: DO SONHO DE UMA COMPLETA
INTEGRAÇÃO AO *BREXIT***

Gabriela Letichevsky Fontes

Matrícula: 1710434

Orientadora: Eliane Gottlieb

Novembro de 2021



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**REINO UNIDO E UNIÃO EUROPEIA: DO SONHO DE UMA COMPLETA
INTEGRAÇÃO AO *BREXIT***

Gabriela Letichevsky Fontes

Matrícula: 1710434

Orientadora: Eliane Gottlieb

Novembro de 2021

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizada pelo professor tutor.

Gabriela Letichevsky Fontes

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva da autora.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha mãe, Sonia, por todo o amor, a paciência, a educação e o apoio incondicionais ao longo da vida, sendo meu maior exemplo e motivo de orgulho. Obrigada por sempre acreditar em mim, me motivando a correr atrás dos meus sonhos, além de todas as oportunidades inesquecíveis que me proporciona.

Agradeço também ao meu pai, Ricardo, e avós, Ivete, Sidney, Ana Maria e Aloísio, por todo carinho, companheirismo, zelo, incentivo, suporte e por sempre me transmitirem confiança.

Aos meus irmãos, Alice, Sami e Noah, por tornarem meus dias mais leves irradiando alegria com suas gargalhadas e brincadeiras.

Ao Gabriel, por ser o meu porto seguro. Obrigada pelo cuidado, o amor, as risadas, a cumplicidade, o incentivo e o carinho constantes. A vida ao seu lado é muito mais colorida.

Ao Mourad, meus tios, primos e padrinho por todos os conselhos e a motivação, sempre torcendo pelo meu sucesso.

Aos meus amigos por toda a compreensão e a ajuda em momentos difíceis, além das inúmeras memórias de escola, faculdade, viagens e saídas em grupo. Agradeço por tornarem a minha vida mais divertida e estarem sempre ao meu lado.

À professora Eliane Gottlieb pela orientação nesta monografia e a todos os professores do Departamento de Economia da PUC-Rio pelos ensinamentos e pelo curso de excelência. Agradeço também aos professores que contribuíram à minha formação na escola, desde a alfabetização até o Ensino Médio.

Por fim, dedico esta monografia à minha bisavó, Ivette, que foi a pessoa mais forte que eu já conheci e sempre acreditou no meu potencial.

Resumo

FONTES, Gabriela Letichevsky; GOTTLIEB, Eliane (Orientadora). **Reino Unido e União Europeia: do sonho de uma completa integração ao *Brexit***. Rio de Janeiro, 2021. Departamento de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta monografia aborda um dos principais eventos da última década: a saída do Reino Unido da União Europeia, conhecida como *Brexit*, cuja importância se dá a nível internacional. Visando compreender as razões e implicações econômicas, sociais e políticas por trás desse processo, o estudo discute o impacto da União Europeia na economia britânica a partir do ingresso do Reino Unido no bloco europeu na década de 1970. Ademais, é realizada uma análise das principais variáveis macroeconômicas britânicas desde então, como desemprego, imigração, inflação e taxas de crescimento e juros. Há também um estudo aprofundado do referendo que culminou no *Brexit*, assim como uma explicação dos acordos firmados entre as partes em 2020 e suas implicações econômicas. Dessa forma, é feita uma breve investigação dos efeitos de curto-prazo da saída britânica do bloco europeu aos diferentes setores da economia do Reino Unido e da União Europeia, sob o contexto da crise econômica mundial gerada pela pandemia do *coronavírus*. Por fim, há uma menção das possíveis consequências econômicas de longo-prazo do *Brexit*, especialmente para o Reino Unido.

Palavras-chave: *Brexit*; Reino Unido; União Europeia.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1: O Reino Unido e a Comunidade Econômica Europeia nas décadas de 1970 e 1980	11
Capítulo 2: O Reino Unido e a União Europeia na década de 1990	23
Capítulo 3: O Reino Unido e a União Europeia na década de 2000	35
Capítulo 4: O Reino Unido e o <i>Brexit</i> na década de 2010.....	48
Conclusão	74
Referências Bibliográficas.....	75

Lista de Figuras

Figura 1 - Taxas de juros e inflação britânicas, 1970-1990.	11
Figura 2 - PIB por setor do Reino Unido, 1970-1990.	15
Figura 3 - Balança comercial de bens e serviços do PIB do Reino Unido, 1970-1990.	16
Figura 4 - Taxa de crescimento do PIB e do desemprego do Reino Unido, 1970-1990.	20
Figura 5 - Taxas de emprego no Reino Unido, 1971-2016.	20
Figura 6 - Coeficiente de Gini no Reino Unido, 1979-2002.	21
Figura 7 - Gastos públicos britânicos por setor (%), 1989-2010.	24
Figura 8 - Efeito da reunificação alemã sobre a economia britânica no início da década de 1990 com base no modelo IS-LM.	26
Figura 9 - Taxa de câmbio DM/£, 1990-2000.	27
Figura 10 - Taxas de juros e inflação britânicas, 1990-2000.	27
Figura 11 - Taxa de crescimento do PIB e do desemprego do Reino Unido, 1990-2000.	29
Figura 12 - Modelo GG-LL.	33
Figura 13 - Taxa de crescimento de imigrantes no Reino Unido, 1985-2013.	36
Figura 14 - Cidadãos europeus no Reino Unido (%), 2011.	37
Figura 15 - Efeito dos imigrantes no mercado de trabalho de acordo com o modelo de oferta e demanda agregadas.	38
Figura 16 - Taxa de desemprego britânica, 2000-2010.	39
Figura 17 - Impacto estimado dos imigrantes em diferentes percentis da distribuição dos salários reais médios britânicos, 1997-2005.	40
Figura 18 - Taxa de crescimento do PIB britânico, 2000-2010.	43
Figura 19 - Taxas de juros e inflação britânicas, 2000-2010.	43
Figura 20 - Carga tributária e gastos públicos britânicos, 2000-2011.	44
Figura 21 - Dívida pública no Reino Unido e na Alemanha, 2002-2013.	44
Figura 22 - Taxa de crescimento per capita do Reino Unido, da Alemanha e da União Europeia, 1960-2013.	45
Figura 23 - Comparação das taxas de inflação no Reino Unido e na Alemanha, 1996-2014.	46
Figura 24 - Exportações e importações britânicas para e da União Europeia, 1960-2015.	47
Figura 25 - Carga tributária e gastos públicos britânicos, 2010-2019.	49
Figura 26 - Taxas de crescimento do PIB do Reino Unido, da União Europeia e da Alemanha, 2005-2020.	50
Figura 27 - Déficit público britânico, 2000-2020.	50
Figura 28 - Imigração, emigração e taxa líquida de migração de longo-prazo no Reino Unido, 1991-2019.	51
Figura 29 - Desemprego no Reino Unido e na União Europeia, 2005-2019.	53
Figura 30 - Mapa do Reino Unido com a distribuição geográfica dos votos do referendo de 2016.	56
Figura 31 - Resultado do referendo do Reino Unido de saída do bloco europeu de 1975 por região do país.	58
Figura 32 - Taxas de juros britânicas, 2010-2020.	59
Figura 33 - 10 maiores exportadores do Reino Unido (%) em 2012.	60

Figura 34 - 10 maiores importadores para o Reino Unido (%) em 2012.	61
Figura 35 - Inflação britânica, 2010-2020.	65
Figura 36 - Número de firmas que migraram do Reino Unido para cidades europeias em resposta ao Brexit.	71
Figura 37 - Exportações britânicas de serviços jurídicos, contábeis, administrativos e de relações públicas, 2016-2021 (por trimestre).	72
Figura 38 – Percentual de crescimento/queda nas importações britânicas de serviços financeiros dos 5 principais parceiros comerciais europeus e não europeus comparando 2019T1 com 2021T1.	73

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Produtividade do trabalho em companhias multinacionais em 1972	13
Tabela 2 - Taxas de crescimento do PIB real per capita e PIB real por hora trabalhada (% por ano).....	17
Tabela 3 - Quantidade de trabalhadores (em milhares) e porcentagens por qualificação, em 1997 e 2013	41
Tabela 4 - Setor de emprego dos imigrantes da União Europeia no Reino Unido em 2020 (em milhares).....	52

Introdução

O Reino Unido foi a principal potência mundial por séculos, com a *city of London* sendo o centro financeiro internacional, até perder espaço para sua ex-colônia, os Estados Unidos. Com isso, os países se inspiraram em diversas características britânicas, como suas correntes econômicas (o neoliberalismo, por exemplo, já na década de 1980, com a Margaret Thatcher) e seu sistema político (monarquia parlamentar). Além disso, a nação representa o berço do desenvolvimento do pensamento econômico, devido à Revolução Industrial e aos intelectuais John Locke e Adam Smith. O país também foi determinante para a história mundial em outras ocasiões, como nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, e foi o responsável pela colonização de diversos países. Assim, sua influência no mundo também engloba o campo cultural, o que tornou o inglês o idioma internacional.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o Reino Unido representa a quinta maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, da China, do Japão e da Alemanha. Atualmente, seu produto interno bruto é de aproximadamente US\$3 trilhões, e enquanto fez parte da União Europeia, sua contribuição para o orçamento do bloco era alta, dado que representava a segunda maior economia da união aduaneira, contando com 13% de sua população em 2015 (AICHELE; FELBERMAYR, 2015).

O país ingressou na até então Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1973, dezesseis anos após a assinatura do Tratado de Roma pela França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda e Alemanha Ocidental. A CEE implementou o mercado comum e diversas facilidades ao comércio entre seus países-membro, visando a prosperidade econômica. Nas últimas décadas, o bloco europeu se expandiu e se consolidou ainda mais, com a adesão de diversos países e a maior integração política e econômica entre eles. Conseqüentemente, a população europeia passou a contar com cada vez mais facilidades, especialmente os cidadãos dos países da Zona do Euro, estabelecida em 1999. Entretanto, o Reino Unido optou por não aderir a esta justamente por desejar independência cambial (e, conseqüentemente, de suas políticas fiscal e monetária) para poder reagir a choques e crises econômicas visando o interesse nacional.

Atualmente, a União Europeia é o maior bloco econômico do mundo, composto por 27 países cujos PIBs representam aproximadamente US\$17 trilhões de acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que a torna a segunda maior economia do globo (perde apenas para os Estados Unidos, cujo produto interno bruto é de cerca de US\$23 trilhões). Por ser uma união aduaneira completa, seus países-membro têm uma tarifa externa comum e a livre movimentação de indivíduos, capital, bens e serviços, além de fazerem parte de uma zona de livre comércio. Com isso, o comércio interno é incentivado com a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, gerando ganhos distintos para cada país, de acordo com suas características econômicas. Assim, a união aduaneira impacta diferentemente cada setor de seus países-membro, de modo que os mais competitivos se beneficiam, enquanto os outros perdem com o fim da proteção. Dessa forma, apesar da União Europeia se fortalecer em termos globais, ela desagrega setores específicos de cada país. Além disso, ao aderir ao bloco, os países perdem parte de sua soberania, estando submissos às leis das instituições europeias. Consequentemente, a União Europeia intervém não apenas na economia de seus países, mas também em diversas de suas políticas, como de pesca, agricultura e programas sociais, além de exigir uma contribuição anual de cada membro a seu orçamento.

No dia 23 de junho de 2016, houve um referendo em que mais de 17 milhões de britânicos (51,89% dos votos válidos) manifestaram o seu desejo de sair da União Europeia, motivados principalmente pelo elevado fluxo de imigrantes europeus ao país e por serem contrários à subordinação britânica às leis do bloco. Por conta de sua grande influência política e econômica a nível internacional, especialmente aos países europeus e da *Commonwealth*, a saída do Reino Unido da União Europeia causou um impacto relevante sobre a economia mundial, gerando incerteza, até porque outros membros poderiam seguir os passos do Reino Unido, fragilizando a maior e mais integrada união aduaneira do mundo.

Em janeiro de 2020, as partes assinaram o acordo final do *Brexit*, que marcou a primeira saída de um país do bloco econômico europeu na história. Em fevereiro, iniciou-se um período de transição, em que o Reino Unido permaneceu respeitando as leis europeias e passou a negociar seus futuros contratos comerciais com o bloco europeu e o resto do mundo. Em dezembro, o país assinou um tratado de livre comércio de bens e cooperação em diversas áreas com a União Europeia, finalizando o processo de saída e determinando as novas regras de comércio entre as partes.

A partir de 2021 o novo acordo econômico e comercial entrou em vigor, em meio ao cenário caótico da economia mundial. Assim, além do *Brexit* ser recente, seus efeitos de curto-prazo têm o viés da pandemia do *coronavírus*, sendo difíceis de mensurar. Contudo, devido aos impactos desse evento à economia internacional e à importância da economia britânica à economia europeia, as características e razões por trás da saída britânica do bloco, assim como seus efeitos já mensuráveis e suas possíveis consequências, devem ser analisados, o que foi feito por diversas pesquisas ao longo da última década e é estudado nesta monografia.

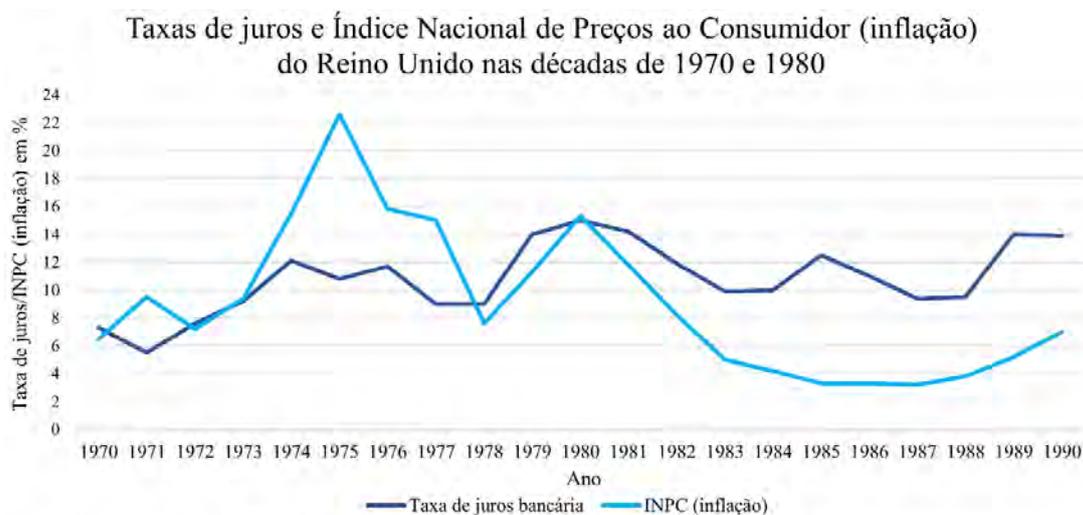
Portanto, o intuito deste trabalho é o de avaliar as razões e os impactos dessa decisão dos britânicos, tanto para o próprio Reino Unido como para a Europa, dada a importância do país no cenário econômico internacional. Para isso, é adotada uma perspectiva histórica da economia britânica desde a década de 1970, com a adesão do Reino Unido à Comunidade Econômica Europeia, até o processo do *Brexit* ser completamente finalizado e implementado, em 2021.

Capítulo 1: O Reino Unido e a Comunidade Econômica Europeia nas décadas de 1970 e 1980

As décadas de 1970 e 1980 foram transformadoras para a economia do Reino Unido. Apesar dos diversos choques negativos, além do desemprego e da estagflação, o período foi inovador, pois o setor industrial, que aquecia a economia britânica desde a Revolução Industrial, passou a ser substituído pelo de serviços, fortalecendo o mercado financeiro. Conseqüentemente, milhões de trabalhadores, principalmente mineiros, ficaram desempregados. Ao mesmo tempo, a estrutura socioeconômica britânica foi alterada, tendo impactos permanentes em diversas variáveis macroeconômicas no longo prazo.

Governo Heath

Edward Heath foi o primeiro-ministro britânico de 1970 a 1974, em um contexto turbulento, com conflitos internos com a Irlanda do Norte e greves de trabalhadores, que exigiam reajustes salariais devido à inflação. No começo de seu mandato, visando estimular a economia, Heath relaxou as regras de controle de crédito do *Bank of England* (de modo que a taxa de juros caiu de 7,3% em 1970 para 5,5% em 1971), fazendo com que a proporção entre depósitos bancários e empréstimos diminuísse. Com isso, houve uma expansão de crédito, porque os bancos passaram a injetar liquidez no país. Dessa forma, a inflação subiu de 6,5% em 1970 para 9,4% em 1973, de acordo com o *Office for National Statistics* e o *Bank of England*, como demonstrado na figura abaixo.



Fonte: *Office for National Statistics, Bank of England*

Figura 1 - Taxas de juros e inflação britânicas, 1970-1990.

Além disso, o período foi marcado por diversas adversidades à economia britânica, que contribuíram para o aumento da inflação. Dentre elas, estão a greve dos mineradores de 1972, que durou quase dois meses e terminou apenas quando o salário do setor foi reajustado em cerca de 20% (FRASER, 1999), e o primeiro choque do petróleo de 1973, que quadruplicou o preço desse bem e gerou uma crise mundial. Dessa forma, para conter o avanço da inflação e economizar eletricidade, o conservador implementou a política da *three-day week*. Esta restringiu o consumo de eletricidade a apenas três dias consecutivos, limitando o gasto de energia elétrica de todos os estabelecimentos comerciais (exceto os essenciais, como hospitais). A política foi implementada em 1974 por pouco mais de dois meses, até o fim do governo do conservador em março, quando a crise do petróleo terminou.

Por outro lado, foi sobre o governo de Heath, ainda em 1973, que o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE), após a decretação do *European Communities Act* pelo parlamento britânico em 1972, que submetia a lei britânica à europeia. Desde o Tratado de Paris de 1951, que estabeleceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), os países-membro visavam a prosperidade econômica do bloco ao estipular regras que visavam o interesse comum (PERISIC, 2010). Porém, o Reino Unido optou por não participar da união nessa época, porque não acreditava em seu sucesso. Além disso, em 1955, 47,8% do comércio britânico era com países da *Commonwealth*, 27,2% com a Europa Ocidental e 24,6% com países da América do Norte e o resto do mundo (ELLISON, 2016), demonstrando que os interesses britânicos realmente divergiam dos almejados pelos outros países europeus, cuja maior parte do comércio se dava no próprio continente.

Após o Tratado de Roma de 1957, que instituiu a CEE, os seis países fundadores (França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda e Alemanha Ocidental, que juntos representavam 13% do comércio com o Reino Unido) floresceram devido ao bloco, que aumentou o mercado e gerou a especialização entre eles. Com isso, a qualidade de vida nos países-membro aumentou, gerando altos benefícios sociais à população. Por outro lado, a economia britânica estava em queda desde o final da década de 1950. Dessa forma, Heath determinou a entrada do país na união, aspirando principalmente a integração econômica entre os países-membro, deixando o protecionismo de lado (PERISIC, 2010).

De fato, de acordo com CRAFTS (2017), o Reino Unido tinha tarifas de importação muito elevadas, de duas a três vezes a da Alemanha Ocidental. Além disso, estima-se que o ingresso na CEE tenha aumentado o PIB britânico em cerca de 8 a 10%, justamente por conta da diminuição das barreiras alfandegárias (e, conseqüentemente, dos custos do comércio), aumentando a competição. Isso porque, até a entrada no bloco, o crescimento do PIB britânico, assim como a produtividade de seus trabalhadores, era inferior à de outras potências mundiais, como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Produtividade do trabalho em companhias multinacionais em 1972

	Vantagem alemã sobre o Reino Unido (%)	Vantagem norte-americana sobre o Reino Unido (%)
Causas econômicas		
Tempo de produção	5,5	20,5
Maquinário	5	6
Outro	2	6
Causas comportamentais		
Greves e restrições	3,5	5
Eficiência	8,5	6
Total	27	50

Fonte: Crafts (2017).

Como o Reino Unido ingressou no bloco dezesseis anos depois de sua fundação, seus interesses não foram levados em conta no desenvolvimento da CEE, gerando impasses. Assim, parte da população britânica, principalmente os sindicalistas, as mulheres e os jovens, era eurocética, ou seja, criticava a união aduaneira. Segundo eles, o país representava a maior potência do continente dos últimos três séculos e, com isso, participar do bloco seria prejudicial, tanto por questões econômicas como políticas e sociais, porque consideravam o Reino Unido superior aos outros países europeus. Além disso, pertencer à união diminuiria a influência britânica, que até então era mundial, ao continente, reduzindo seu comércio. Isso porque, ao ingressar na CEE, os Estados-membro perdiam parte de sua soberania, se submetendo às instituições do bloco. Ao mesmo tempo, o comércio entre eles era incentivado por conta da eliminação das barreiras alfandegárias e da introdução de uma tarifa externa comum, o que era visto como uma limitação por alguns britânicos.

Governos Wilson e Callaghan

Dessa forma, no dia 5 de junho de 1975, sobre o governo de Harold Wilson, do Partido Trabalhista, houve o primeiro referendo nacional da história do Reino Unido, que decidiria se o país permaneceria ou não na CEE. O embate era entre parte dos *whigs*, que eram a favor da saída, e os *tories*, contrários. O resultado foi surpreendente para o contexto da época: 67,2% dos eleitores foram a favor da permanência no bloco (HENDERSON, 2016). Porém, o Reino Unido tinha dificuldade em conciliar suas políticas domésticas com as determinadas pela CEE (e, posteriormente, pela União Europeia), nos campos econômico, político e social (PERISIC, 2010). O *whig* também implementou a política do Contrato Social no país, que limitava os reajustes salariais à inflação, em troca da implementação de políticas sociais pelo Estado, com uma maior proteção dos direitos dos trabalhadores. Isso porque a inflação britânica atingiu o pico de 22,6% em 1975 (segundo o *Office for National Statistics*), gerando aumentos nominais nos salários em 27,5% de 1974 para o ano seguinte, de acordo com informações da *New Earnings Survey* (NES), demonstrando o poder que os sindicatos tinham nesse contexto.

Após a aposentadoria de Wilson em 1976, James Callaghan, também do Partido Trabalhista, o substituiu, exercendo o cargo de primeiro-ministro até 1979. Sobre seu governo, o Reino Unido optou por não participar do Sistema Monetário Europeu (SME), pois desejava manter a soberania da sua moeda, a libra esterlina e, conseqüentemente, de suas políticas monetária e fiscal. Essa organização resultou de um pacto entre os países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), que relacionaram suas moedas por meio do Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (MTC). Eles pretendiam evitar grandes flutuações no câmbio entre elas e assegurar a estabilidade monetária na Europa. Com isso, o SME foi um precursor da atual Zona do Euro. Ademais, Callaghan foi firme para controlar a inflação, mantendo a política do Contrato Social. Assim, a inflação decresceu para 15,8% em 1976 e 15% em 1977, de acordo com o *Office for National Statistics*. Em 1978, ele impôs um teto de apenas 5% no reajuste salarial para funcionários públicos, visando diminuir ainda mais a inflação e impulsionar a economia para ser reeleito (FRASER, 1999). Apesar do sucesso de sua política (inflação chegara a 7,6% em 1978), ele acabou gerando uma série de greves sindicais. Dessa forma, trabalhadores de serviços essenciais da sociedade, como sepultadores, coletores de lixo e enfermeiros, protestaram, gerando desordem. Essas manifestações são conhecidas como “inverno do descontentamento” e foram determinantes para história britânica.

Governo Thatcher

Em meio a esse contexto, ainda no começo de 1979, Margaret Thatcher foi eleita primeira-ministra britânica por 43,9% dos votos (ALBERTSON; STEPNEY, 2019). Ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo, exercendo-o pela duração mais longa do século XX. A líder dos *tories* mudou o rumo da economia do Reino Unido, implementando sua visão neoliberal no país, sendo influenciada por Friedman e Hayek. Seu objetivo inicial era controlar a inflação, e suas políticas econômicas enfatizavam a desregulamentação (principalmente do setor financeiro), a flexibilização do mercado de trabalho, a privatização de empresas estatais e a redução do poder e da influência dos sindicatos. Ela era individualista e desejava implementar o livre mercado no Reino Unido, visando diminuir a intervenção estatal na economia. Com isso, a mineração de carvão entrou em colapso e a indústria pesada perdeu espaço, sendo substituída pelo setor de serviços, como é possível perceber na figura 2, do *Office for National Statistics*, com base em dados do *Bank of England*. Assim, o setor manufatureiro, que representava 30,1% do PIB em 1970, diminuiu para 17,6% em 1990. Já o de serviços, aumentou de 55,9% do PIB em 1970 para 69,2%.

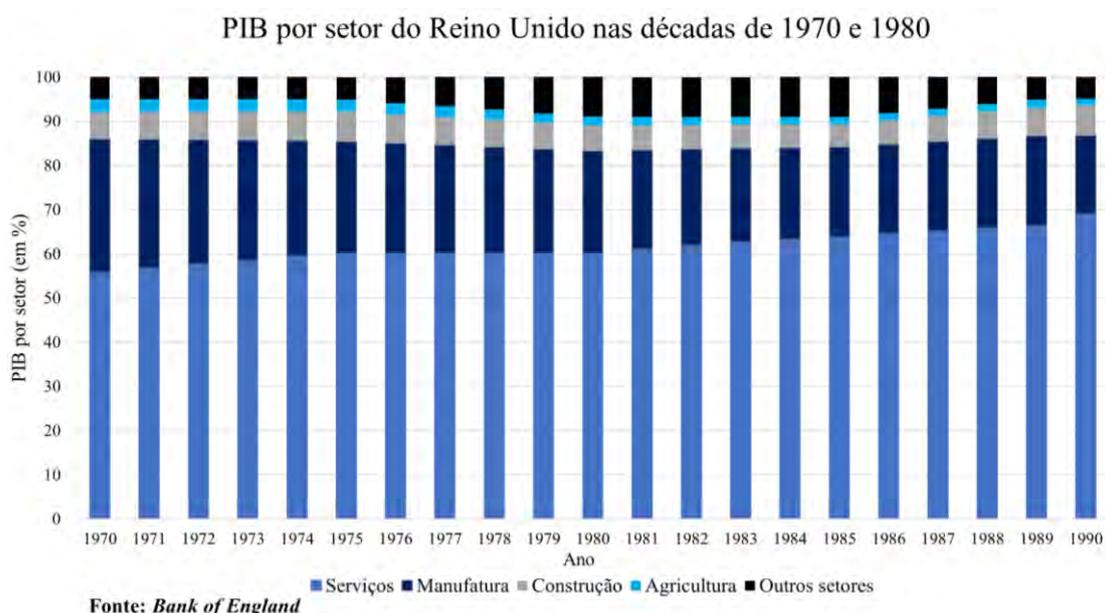


Figura 2 - PIB por setor do Reino Unido, 1970-1990.

Ainda em janeiro de 1979, ocorreu o segundo choque do petróleo, que afetou os preços do bem no Reino Unido até 1983, quando a pressão inflacionária foi reduzida para 5%, de acordo com o *Bank of England*. Além disso, o governo arrecadou cerca de 167 bilhões de libras esterlinas (nos preços de 2017-2018) com a exportação dessa *commodity* extraída da Escócia (ALBERTSON; STEPNEY, 2019), mesmo com a apreciação da libra (pico de £1 equivalente a US\$2,91 em outubro de 1980, de acordo com BUTLER, 2018), que gerou o efeito holandês no país (a alta demanda pelo petróleo britânico valorizou a libra, diminuindo a exportação de outros bens do Reino Unido). De acordo com a figura 3, de fato houve um aumento no saldo em conta corrente do Balanço de Pagamentos do Reino Unido a partir de 1979, em grande parte por conta do aumento da demanda mundial por petróleo durante a crise.

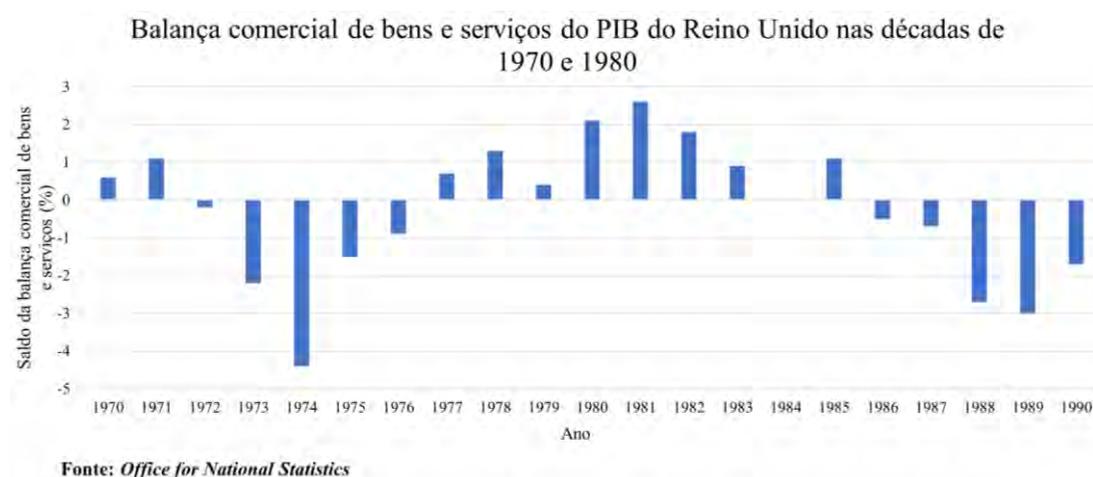


Figura 3 - Balança comercial de bens e serviços do PIB do Reino Unido, 1970-1990.

O primeiro mandato de Thatcher também foi marcado por choques adversos, além do contexto de alta no nível de preços. Por isso, ela inicialmente implementou políticas contracionistas para reduzir a inflação: elevou a taxa de juros de 9% em 1978 para 15% em 1980 e cortou os gastos públicos em diversos setores, como educação, moradia, saúde e serviços sociais. Conseqüentemente, ela diminuiu sua popularidade até a vitória britânica na Guerra das Malvinas, em 1982, quando sua aceitação cresceu de 23% para 47% (ALBERTSON; STEPNEY, 2019), até porque a recuperação da economia já era notável, com a inflação caindo de 15,3% em 1980 para 5% em 1983 e a taxa de crescimento do PIB britânico aumentando de 3,7% em 1979 para 4,2% em 1983, de acordo com o *Office for National Statistics*. Dessa forma, ela foi reeleita nesse ano por 42,4% dos votos, mesmo que o desemprego tenha crescido durante o seu primeiro mandato, de 5,4% para 11,5% (3 milhões de britânicos).

A partir de então, ela fundou órgãos reguladores e iniciou a privatização de empresas estatais, porque acreditava que o governo não as administrava bem, então o setor privado seria mais eficiente. Além disso, outra motivação era a necessidade de arrecadação de fundos para impulsionar a economia, o que seria mais aceitável do que aumentar os impostos ou tomar empréstimos, por exemplo. Assim, ela começou pela venda da *British Telecom* em 1984, seguida pela da *British Gas* em 1986, da *British Airports Authority* (BAA) em 1987 e das companhias de água em 1989, gerando uma onda de privatizações por diversos países como França, Canadá e Nova Zelândia (TOMS, 2013). Ademais, as privatizações beneficiaram os consumidores, porque a competição gerou produtos e serviços de maior qualidade e preços mais baixos. Os setores tornaram-se mais eficientes e, conseqüentemente, a mão de obra também. Em outras palavras, a produtividade do trabalho aumentou, o que explica parte do avanço do desemprego no país. Dessa forma, uma década após essas privatizações, os preços reais desses bens e serviços caíram, em média, 25% no Reino Unido (EDWARDS, 2017). A tabela abaixo, de CRAFTS (2017), demonstra como a produtividade dos trabalhadores britânicos, ainda nas décadas de 1950, 1960 e 1970 (até a adesão britânica à CEE) era baixa, quadro que mudou com o *thatcherismo*.

Tabela 2 - Taxas de crescimento do PIB real per capita e PIB real por hora trabalhada (% por ano)

	PIB per capita	PIB por hora trabalhada
1950-1973		
França	4,02	5,02
Alemanha Ocidental	5,02	5,85
Reino Unido	2,42	2,85
Estados Unidos	2,45	2,56

Fonte: Crafts (2017).

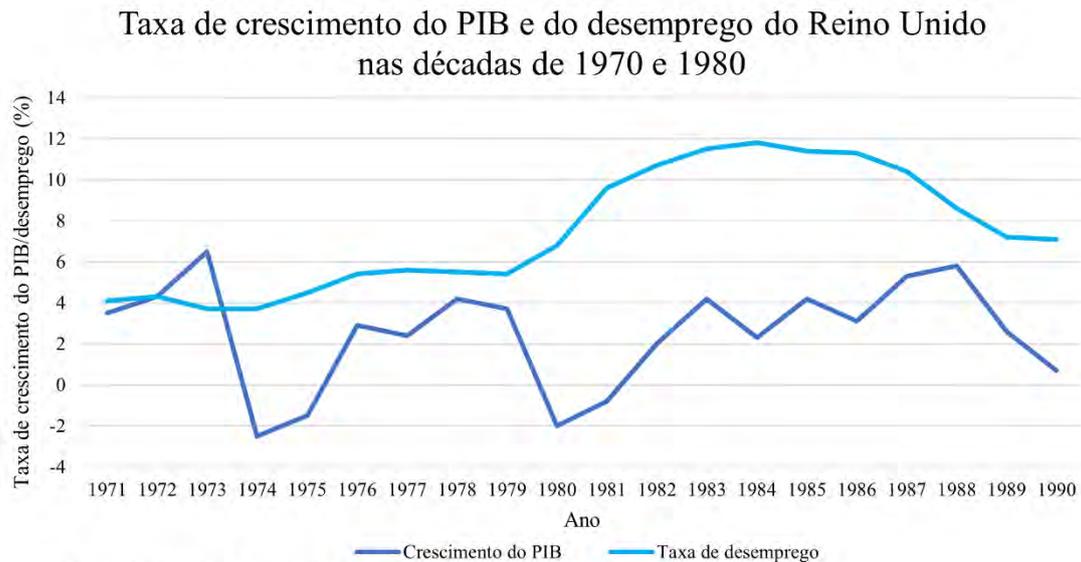
O processo de privatização poderia ser realizado por três métodos: pela aquisição da empresa por outra já existente; pela venda da empresa a um grupo de pessoas (como ex-funcionários ou administradores) ou; por IPO (*initial public offering*, venda de ações da companhia à mercado), de acordo com EDWARDS (2017). Essas privatizações, especialmente pela última forma, acabaram atraindo ainda mais capital estrangeiro para a *city of London*, permitindo que o setor financeiro britânico se tornasse o principal da Europa (em grande parte por conta da desregulamentação da *London Stock Exchange* em 1986, com base em SILVA (2010), e da abolição dos controles de câmbio do *Bank of England* em 1979). Ao todo, de 1980 a 1996, o governo britânico arrecadou cerca de 40% da receita mundial com privatizações por IPO (*Her Majesty's Treasury*, 1997). As ações foram vendidas abaixo de seu valor de mercado para garantir vendas rápidas e maior facilidade de acesso à população (mesmo que diminuísse a receita pública total), de modo que a quantidade de britânicos que possuíam ações subiu de 7% para 25% durante o governo Thatcher (MARR, 2007). Ademais, no dia 18 de janeiro de 1985 o FTSE 100 atingiu 1000 pontos pela primeira vez na história (MORTIMORE; BLICK, 2018).

Durante seu governo, ela também combateu os sindicatos, porque acreditava que eles prejudicavam a democracia parlamentar e a economia britânica por conta das constantes greves. Segundo FRASER (1999), eles estavam se fortalecendo desde a década de 1960, chegando a contar com uma densidade de 60% dos homens em 1974. Assim, Thatcher introduziu leis para limitar a influência dessas organizações trabalhistas. Essa repressão fez com que grande parte dos líderes sindicalistas, que até então eram contrários à adesão do Reino Unido à Comunidade Econômica Europeia (CEE), passassem a ser a favor não só da integração política e econômica do continente, mas também monetária, por meio do Sistema Monetário Europeu (SME) (PERISIC, 2010). Além disso, a participação na CEE fez com que os trabalhadores britânicos percebessem que suas jornadas de trabalho eram as mais longas do continente, o que poderia ser revertido com a universalização dos direitos trabalhistas na Europa (FRASER, 1999).

Apesar de Thatcher ter apoiado a adesão britânica à Comunidade Econômica Europeia no referendo de 1975, seu governo na realidade isolou o Reino Unido politicamente do bloco. Isso porque ela acreditava que a CEE deveria apenas garantir o livre comércio e a competição, ou seja, a integração econômica dos países, e não política. De fato, suas políticas neoliberais, como a desregulamentação e a pouca intervenção estatal na economia, não estavam alinhadas às do bloco econômico. Dessa forma, ela era contra a completa integração política, econômica e social entre os países-membro, sendo a favor apenas do mercado comum europeu.

Além disso, durante seu governo, em 1984, o Reino Unido negociou um desconto na contribuição britânica à CEE, porque grande parte do orçamento europeu era investido na Política Agrícola Comum (PERISIC, 2010). Porém, como a agricultura já não representava um importante setor econômico britânico (1,7% do PIB em 1984, segundo o *Office for National Statistics*), essa política não favorecia o país e, conseqüentemente, ele foi reembolsado pelo bloco. Assim como seu antecessor, Thatcher era contrária à adesão britânica ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio e ao Sistema Monetário Europeu, porque acreditava que a economia britânica seria restringida. No entanto, em outubro de 1990, ela anunciou a entrada do Reino Unido no grupo.

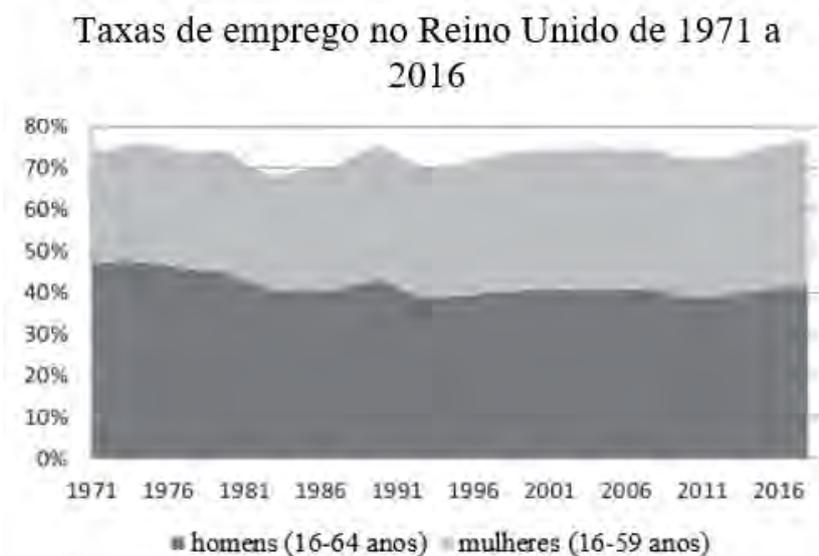
Quanto ao contexto doméstico, os gastos governamentais aumentaram cerca de 7,7% de 1979 a 1990, sendo que a quantidade de britânicos dependentes de programas de assistência social do governo também aumentou devido ao desemprego. Um dos principais eventos do governo Thatcher foi a greve dos mineiros de 1984, que durou um ano e representou o principal confronto entre os sindicatos e o governo. 25 minas de carvão não rentáveis foram desativadas em 1985, gerando desemprego a milhares de trabalhadores. Apesar dos mineiros terem ajudado a derrubar o governo Heath em 1974, eles foram derrotados por Thatcher, porque sofriam forte concorrência do carvão importado (a um preço mais baixo) e, principalmente, das usinas nucleares, que eram incentivadas pelo governo (FRASER, 1999). Assim, o sucesso econômico do thatcherismo teve um alto custo social, pois o desemprego avançou no país. Por outro lado, durante seu mandato a receita governamental aumentou, de 30,4% do PIB em 1979 para 30,9% em 1990, de acordo com o *Office for National Statistics*. Já a maior arrecadação de impostos da década foi de 33,5% do PIB, ainda em 1982 (ALBERTSON; STEPNEY, 2019).



Fonte: *Office for National Statistics*

Figura 4 - Taxa de crescimento do PIB e do desemprego do Reino Unido, 1970-1990.

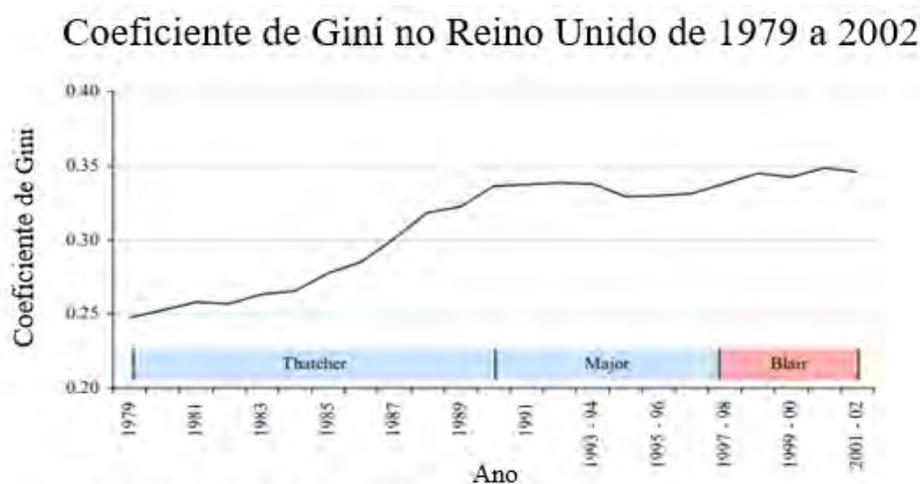
Na figura 4, percebe-se que no período Thatcher o desemprego aumentou de 5,4% em 1979 para 7,1% em 1990, com um pico de 11,8% em 1984, sendo que em 1974 o desemprego era de apenas 3,7%. Porém, é interessante notar na figura abaixo que os níveis de emprego desde a década de 1970 têm se mantido praticamente constantes no Reino Unido, apesar da queda durante o governo da conservadora (ALBERTSON; STEPNEY, 2019).



Fonte: **Albertson e Stepney (2019).**

Figura 5 - Taxas de emprego no Reino Unido, 1971-2016.

Assim, apesar de Thatcher ter reestruturado a economia britânica e diminuído a inflação de 11,3% em 1979 para 7% em 1990 (chegando a 3,2% em 1987, segundo o *Office for National Statistics*), ela também aumentou a taxa de pobreza do país. Conseqüentemente, a desigualdade social se intensificou, de modo que o coeficiente de Gini passou de 0,25 em 1979 para 0,34 em 1990, como demonstrado no gráfico abaixo, de SHEPHARD (2003), impactando a população britânica até hoje. Isso foi gerado não apenas pelo desemprego, mas também porque, ainda no começo de seu primeiro mandato, a Dama de Ferro aumentou a taxa de juros britânica para conter a inflação, ou seja, contraiu o crédito pelo lado da política monetária, o que é possível perceber na figura 1 (pico da taxa de juros do país em 15% em 1980).



Fonte: Shephard (2003).

Figura 6 - Coeficiente de Gini no Reino Unido, 1979-2002.

Em 1986, Thatcher assinou o Ato Único Europeu, visando intensificar a integração econômica dos membros da CEE. Esse acordo estabeleceu as bases e um prazo (1992, quando o *Tratado de Maastricht* foi assinado) para o desenvolvimento do mercado comum completo e ainda mais integrado entre os membros da CEE (KRUGMAN; MELITZ; OBSTFELD, 2015). Seu objetivo era estimular ainda mais o comércio no continente, tendo sido a primeira revisão geral do Tratado de Roma de 1957. Ele facilitou o processo da integração monetária do bloco, eliminando obstáculos à livre circulação de indivíduos, serviços e capitais, além de determinar políticas comuns para pesca, agricultura e transporte.

Já em 1987, após quatro anos de forte crescimento econômico, com o desemprego e a inflação decrescendo, Thatcher obteve a sua terceira vitória eleitoral consecutiva por 42,2% dos votos (ALBERTSON; STEPNEY, 2019), tendo mais um choque adverso: a *Black Monday*. A queda abrupta no preço das ações negociadas nas bolsas de valores do mundo todo também impactou a *London Stock Exchange* (LSE), que só se recuperou em 1989. Dessa forma, o último mandato da conservadora foi positivo apenas em relação ao desemprego, que caiu de 10,4% para 7,1%, com o crescimento do PIB caindo de 5,3% para 0,7% e a inflação aumentando de 3,2% para 7% segundo o *Office for National Statistics*.

Em 1989, Thatcher instituiu o *poll tax*, um imposto de capitação (tributação regressiva) sobre a moradia na Escócia. Cobrava-se um valor fixo por ocupante, ou seja, o imposto não dependia do valor de mercado do imóvel. Com isso, as pessoas de baixo poder aquisitivo pagavam proporcionalmente mais à sua renda do que as de alto, o que tornava a política impopular. Já em 1990, a Dama de Ferro decretou o *poll tax* para Inglaterra e o País de Gales, gerando uma série de manifestações que culminaram em sua renúncia, sendo a principal delas a de Trafalgar Square, em Londres, que contou com mais de 200.000 manifestantes (DEACON; GOLDING, 1994).

Por fim, outro motivo que impulsionou sua renúncia foi sua posição contrária à adesão britânica ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (precursora da Zona do Euro), que ocorreu em outubro de 1990. Apesar da baixa popularidade da inglesa (40%) - gerada não apenas pela *poll tax* e pelo desemprego, mas também pela política de privatizações e pelo baixo investimento no sistema de saúde pública britânico, o *National Health Service* (NHS) -, a maioria (52%) dos britânicos acreditava que seu governo foi satisfatório para o país, de acordo com a empresa de pesquisa de mercado Ipsos MORI. Então, no final de 1990, ela foi substituída pelo também conservador John Major, que permaneceu no cargo até 1997.

Capítulo 2: O Reino Unido e a União Europeia na década de 1990

A década de 1990 foi inovadora, com o aquecimento da economia mundial e o desenvolvimento de blocos econômicos pelo mundo, como a União Europeia, o Mercosul, a zona de livre comércio da América do Norte e a Zona do Euro. Seu princípio foi marcado por recessões em algumas potências mundiais, como a britânica, na qual o preço dos imóveis estava em queda, o câmbio estava apreciado e as taxas de juros estavam elevadas, incentivando as pessoas a pouparem, de acordo com o *Office for National Statistics*. Com isso, o consumo e o investimento eram restringidos pela política monetária contracionista, prejudicando o desenvolvimento econômico.

Governo Major

No início de seu governo, Major substituiu a *poll tax* pela *council tax* (tributação proporcional ao valor do imóvel) e implementou o *Citizen's Charter*, que visava aumentar a eficiência dos serviços públicos britânicos através de uma gestão mais adequada e transparente, adotando métodos do setor privado, como indicadores de performance. O objetivo era atender o público com mais atenção, fornecendo serviços de qualidade e, para isso, ele incentivou a competição, para que os consumidores tivessem acesso a mais serviços (MULLEN, 2006). Entretanto, o programa foi criticado pela população, porque não foi acompanhado por um aumento nos gastos públicos em setores como educação, transporte e saúde. Na realidade, no final de 1994, houve um corte nos gastos públicos britânicos (BUTLER, 2018). As eleições de 1997, vencidas pelo trabalhista Tony Blair, foram amplamente apoiadas por esse fato. A figura 7 demonstra que os gastos públicos britânicos aumentaram na década de 2000, principalmente na saúde e na educação.

No começo dos anos 1990 (final do governo Thatcher), o país participou da Guerra do Golfo, apoiando os Estados Unidos a saírem vitoriosos (governo Major). Houve também a privatização da *British Rail* (companhia ferroviária), da *British Coal* (indústria de carvão mineral) e da *British Energy* (energia nuclear) (EDWARDS, 2017). Já em 1994, foi criado o *Eurotúnel*, que conecta o território britânico ao francês pelo Canal da Mancha, facilitando o deslocamento entre os dois países (e do Reino Unido e a Europa em geral), que passou a ser feito de trem e em apenas 35 minutos (BUTLER, 2018).

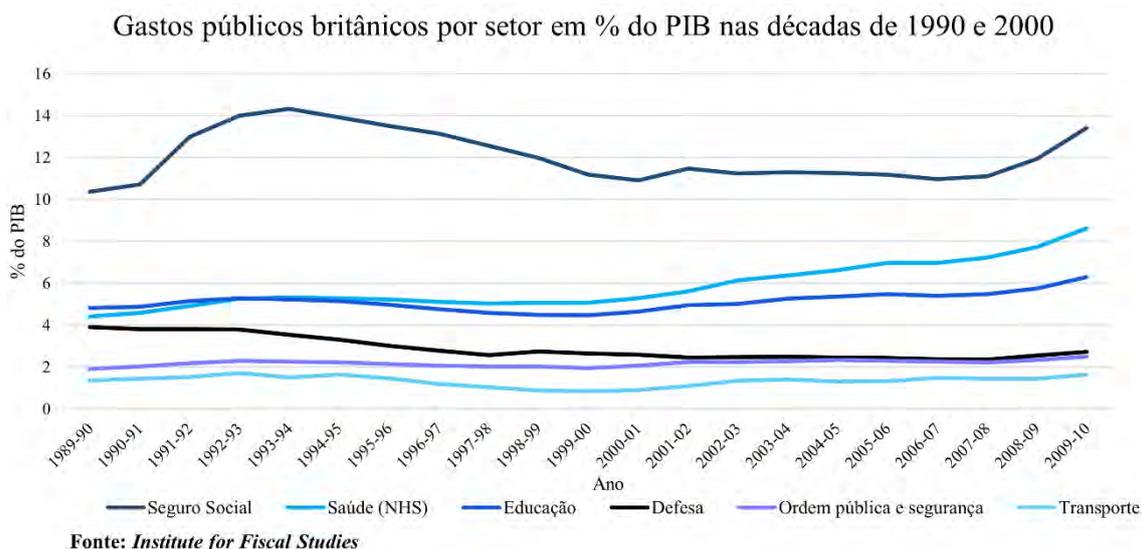


Figura 7 - Gastos públicos britânicos por setor (%), 1989-2010.

Em outubro de 1990, no final do governo Thatcher, a libra esterlina ingressou no Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (MTC), após bastante pressão por parte do até então chanceler do Tesouro do Reino Unido, John Major, quando a inflação era de 10,9%, três vezes maior que a alemã (DURY, s.d). Lawson, que foi seu antecessor (permaneceu no cargo de 1983 a 1989), tentou persuadir a conservadora a aderir ao mecanismo diversas vezes, mas sem sucesso. Em 1987 e 1988, inclusive, sua política monetária baseava-se em estabilizar a taxa de câmbio da libra esterlina com o marco alemão acima de 2,8 DM, controlando-a por fora do mecanismo (BUDD, 2005).

Major optou pela adesão ao MTC com o objetivo de controlar a inflação do Reino Unido. Em 1979, quando o mecanismo foi desenvolvido e o país optou por não participar do sistema, a taxa de juros britânica era de 14% (figura 1), mais alta que a alemã. Porém, com a reunificação da Alemanha em 1990, o país estava adotando uma alta taxa de juros visando conter seus gastos. Assim, ao aderir ao MTC, o Reino Unido poderia manter a alta taxa de juros alemã tendo o mecanismo como justificativa. Em outras palavras, o MTC atuaria como uma “âncora nominal” para a economia britânica (na forma de uma meta de taxa de câmbio), apesar desta ter um intervalo relativamente amplo (BUDD, 2005). Ao ingressar no sistema, a libra esterlina se atrelou às moedas dos outros países-membro (todos indexados ao marco alemão), visando eliminar a barreira da volatilidade do câmbio no comércio entre eles. Assim, a taxa de câmbio entre as moedas não poderia divergir em mais de 6% (MORTIMORE; BLICK, 2018).

O modelo IS-LM pode ser utilizado para analisar o impacto da reunificação alemã sobre a economia britânica, *ceteris paribus* (KRUGMAN, OBSTFELD, 1999). A curva IS - investimento (I) e poupança (S) - representa o mercado de bens e serviços, enquanto a curva LM modela a oferta e a demanda por moeda, com L correspondendo à demanda por liquidez e M à oferta de moeda. A taxa de juros afeta ambas as curvas, sendo a variável macroeconômica responsável por determinar o equilíbrio dos dois mercados e a demanda agregada de curto prazo. A curva IS é descendente, porque quanto menor a taxa de juros, maior a demanda/produção (custo de crédito menor, o que incentiva o consumo e o investimento), e vice-versa. Já a curva LM é ascendente, porque quanto maior a produção/demanda da economia, maior é a taxa de juros necessária para manter a oferta de encaixes monetários reais, que é exógena e representada por M (oferta monetária) sobre P (nível de preços). Isso ocorre porque taxas de juros maiores diminuem a demanda por encaixes monetários reais, que crescem com o aumento na demanda agregada (MANKIWI, 2016).

Analisando o caso britânico, o banco central do país tinha o compromisso de manter a libra fixada ao marco alemão e, para isso, tinha que ajustar sua oferta monetária (curva LM) para igualar a taxa de juros nominal da libra esterlina à do marco alemão. Com isso, a política monetária do Reino Unido era atrelada à do banco central alemão que, por sua vez, era independente.

A reunificação alemã aumentou os gastos públicos e privados do país, deslocando sua curva IS para a direita, o que aumentou a demanda agregada. Consequentemente, a Alemanha passou a importar mais de outros países, inclusive do Reino Unido, deslocando a curva IS britânica para a direita (em menor escala, considerando que o comércio entre os dois países não era tão intenso). Por outro lado, para conter a pressão inflacionária, em 1991 a Alemanha contraiu a oferta monetária elevando a taxa de juros doméstica. No mercado de câmbio, aumentou a demanda por marcos alemães. Sob o regime de taxas flutuantes teria ocorrido uma valorização da moeda alemã. Entretanto, a Grã-Bretanha, assim como os demais países do Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (MTC), procurou manter a taxa de câmbio fixa, comprando libras esterlinas e ofertando marcos alemães. Com a contração monetária, a sua curva LM se deslocou para a esquerda. Apesar do deslocamento da curva IS para a direita (oriunda de maiores exportações para a Alemanha), o resultado foi uma queda na produção, conforme abaixo.

Efeito da reunificação alemã sobre a economia britânica no início da década de 1990 com base no modelo IS-LM

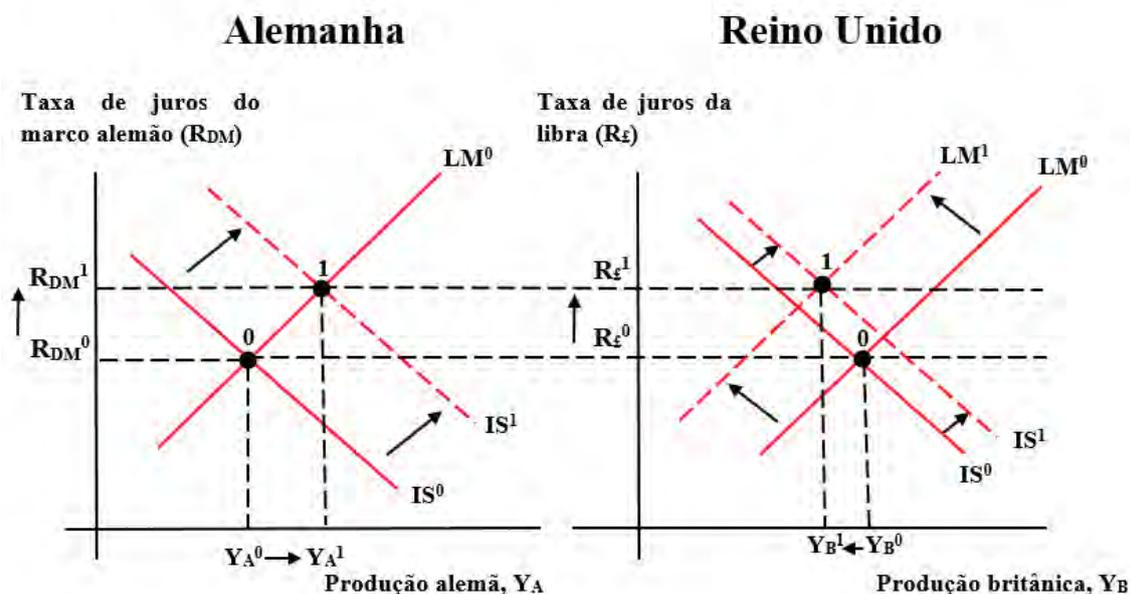


Figura 8 - Efeito da reunificação alemã sobre a economia britânica no início da década de 1990 com base no modelo IS-LM.

Quarta-feira negra (*Black Wednesday*)

No dia 15 de setembro de 1992, a libra esterlina sofreu um ataque especulativo, sendo vendida em larga escala no mercado, desvalorizando-a. A moeda britânica estava muito apreciada, com a taxa sendo de 2,95 DM/£, situação que era insustentável. Se caísse para menos de 2,773 DM/£, ela teria que sair do MTC (MORTIMORE; BLICK, 2018). Por estar no mecanismo, o *Bank of England* era obrigado a aceitar qualquer oferta para vender libras esterlinas. Buscando evitar a depreciação, Major pediu que o chanceler do Tesouro do Reino Unido, Norman Lamont (que permaneceu no cargo de 1990 até 1993), gastasse as divisas britânicas na recompra das libras que estavam sendo vendidas em massa no mercado financeiro e que aumentasse a taxa de juros do país de 10% para 12%, ainda na quarta-feira, dia 16 de setembro. Lamont temia a saída da libra esterlina do MTC, pois acreditava que isso culminaria em alta inflação para o Reino Unido. Então, seu objetivo era manipular o mercado, atraindo os investidores para a moeda doméstica novamente para manter a paridade estipulada (KAVANAGH, 2009). Entretanto, não foi possível evitar a depreciação massiva da libra esterlina (figura 9), de modo que Major teve que retirar o Reino Unido do MTC, tornando grande parte da população britânica eurocética. No dia seguinte, a taxa básica de juros caiu para a original, de 10%.

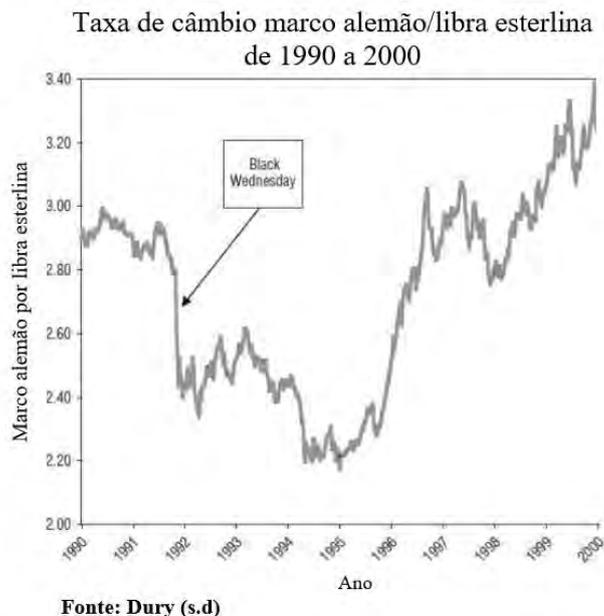


Figura 9 - Taxa de câmbio DM/£, 1990-2000.

Assim, o dia 16 de setembro de 1992 tornou-se histórico para a economia britânica, sendo conhecido como quarta-feira negra, pois a libra esterlina ultrapassou o valor mínimo possível que havia sido acordado com o MTC, se depreciando e saindo do mecanismo, gerando recessão. O tesouro britânico estima que o prejuízo tenha sido de £3,3 bilhões para as reservas do país. A política monetária contracionista alemã também prejudicou outras economias, como a italiana, a espanhola e a portuguesa, que desejavam implementar políticas monetárias menos restritivas (DURY, s.d). Assim, o Banco Central Alemão deveria implementar taxas de juros que fossem satisfatórias para todos os países do MTC, e não apenas a Alemanha.

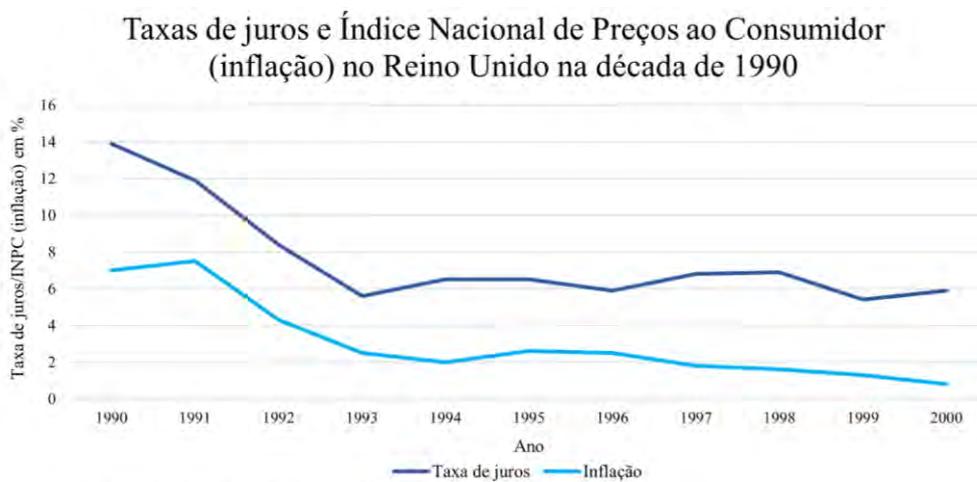


Figura 10 - Taxas de juros e inflação britânicas, 1990-2000.

Major foi duramente criticado pela *Black Wednesday*, gerando muita desconfiança a seu governo. Aliás, a saída da libra esterlina do MTC foi uma das principais razões para os *tories* terem perdido as eleições gerais de 1997, retornando ao governo apenas em 2010. Entretanto, a inflação caiu durante o período, de 7,5% em 1991 para 4,3% em 1992 e, após a quarta-feira negra, foi para 2,5% em 1993 e 2% em 1994. Além disso, o nível da inflação britânica caiu à longo prazo (BUDD, 2005), conforme a figura 10. Com a saída do mecanismo, £1 passou a valer 2,48 DM já em outubro de 1992 (BUTLER, 2018). O contexto era de baixa inflação e baixa taxa de juros, incentivando o crescimento econômico. Após a quarta-feira negra, o desemprego britânico caiu, sendo que a qualidade de vida e o crescimento econômico voltaram a subir (recessão terminou no final de abril de 1993, após 2 anos), em contraposição às crenças do chanceler do Tesouro do Reino Unido.

Em alternativa ao MTC, Lamont determinou pela primeira vez na história britânica uma meta de inflação a ser perseguida pela política monetária do país a partir do dia 8 de outubro de 1992, que deveria ficar no intervalo de 1% a 4% do índice de preços de varejo (RPIX) e de 2% para o longo prazo (BENATI, 2007). Como o Reino Unido tem tido inflação baixa e estável desde então, muitos consideram a quarta-feira negra como a *Golden Wednesday* (“quarta-feira dourada”), porque ela acarretou na política de metas de inflação e abaixou a inflação britânica (DURY, s.d). Além disso, a partir de 1992, com a *quarta-feira negra*, o PIB britânico cresceu por praticamente 16 anos seguidos (até a crise de 2008), a chamada *The Great Moderation* (BENATI, 2007), e o desemprego esteve em queda desde 1993 (figura 11), chegando a menos de 2 milhões de trabalhadores em dezembro de 1996 (BUTLER, 2018). Com isso, Major deixou o Reino Unido em um contexto de crescimento econômico para seu sucessor trabalhista, Tony Blair, apesar de o ter assumido em um momento conturbado tanto politicamente como economicamente após o governo Thatcher.

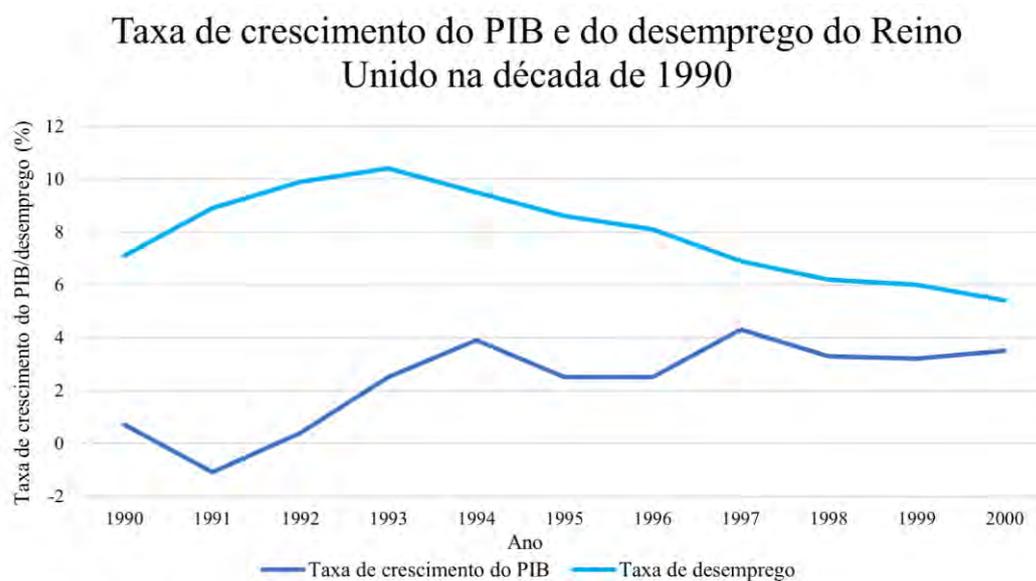


Figura 11 - Taxa de crescimento do PIB e do desemprego do Reino Unido, 1990-2000.

Tratado de Maastricht

Ademais, foi durante o primeiro mandato de Major que o Tratado da União Europeia, mais conhecido como Tratado de Maastricht, foi assinado, no dia 7 de fevereiro de 1992 (logo após o fim da Guerra Fria), por doze países: Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. Esse acordo fundou a União Europeia (substituindo a CEE), que entrou em vigor em novembro do ano seguinte, visando a maior cooperação entre os países da união aduaneira. Ele delineou a integração europeia em termos políticos, comerciais e econômicos, buscando garantir a livre circulação de capital, cidadãos, bens e serviços. Suas principais pautas eram a determinação da cidadania europeia, permitindo que os cidadãos dos países-membro pudessem circular livremente pelo bloco e tivessem o direito de participar nas eleições nacionais e continentais, a determinação de políticas externa e de segurança comuns e a assistência jurídica entre os países-membro, abordando políticas antiterrorismo, contra o tráfico de drogas e outros crimes (COSTA, 2017).

Além disso, o acordo estabeleceu as regras necessárias para a posterior integração monetária do bloco. Para aderir à moeda única, que seria a terceira e última etapa da integração econômica entre os membros (após a livre circulação de capitais e a cooperação e o alinhamento das políticas monetárias entre os bancos centrais), eles teriam que respeitar condições econômicas de convergência. A inflação deles deveria estar, na média do último ano, no máximo 1,5% acima da inflação média dos três países-membro com maior estabilidade no nível de preços (inflação mais baixa). Além disso, era necessário que o país tivesse estabilidade em sua taxa de câmbio, respeitando as regras do Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (MTC) por pelo menos dois anos, sem desvalorizar sua moeda em relação à de qualquer outro país-membro. A taxa de juros nominal de longo prazo não poderia exceder em mais de 2% a taxa de juros média dos três países-membro com menor inflação. Por fim, havia também regras relacionadas ao balanço orçamentário do governo: o déficit orçamentário não poderia ultrapassar 3% do PIB e a dívida pública bruta não poderia exceder 60% do PIB.

A legislação determinada pelo tratado também atribuiu maior poder às instituições europeias: o Parlamento Europeu (que representa os cidadãos europeus), o Conselho da União Europeia (que representa os países-membro) e a Comissão Europeia (que defende os interesses da união aduaneira), além do Conselho Europeu, que não tem poder legislativo (COSTA, 2017). Ele também aborda políticas referentes à agricultura, saúde, educação, desenvolvimento, meio-ambiente e energia.

Primeiro mandato de Tony Blair (*New Labour*)

Apesar de ter sido eleito com mais de 14 milhões de votos (recorde) nas eleições gerais de abril de 1992 e ter realizado cortes tributários em novembro de 1995, Major não conseguiu vencer as eleições gerais de maio de 1997, perdendo para o *whig* Tony Blair, que recebeu 10 milhões de votos e permaneceu como primeiro-ministro britânico até 2007 (BUTLER, 2018). A derrota de Major pode ser explicada principalmente pela desconfiança gerada pela *quarta-feira negra* e pelos cortes nos investimentos públicos. Ainda no primeiro mandato do trabalhista, em 1998, a saúde pública (*National Health System*) e a educação britânicas receberam um investimento extra, de £21 bilhões e £19 bilhões, respectivamente (BUTLER, 2018). Ele também determinou um salário-mínimo nacional, de £3,60 por hora, além de atribuir maior poder aos sindicatos novamente (FRASER, 1999).

Ainda em 1997, Blair assinou o *Social Chapter*, o segmento do Tratado de Maastricht responsável pelas políticas trabalhistas e sociais da União Europeia, que Major havia optado por não aderir (WATTS, 2008). Em contraposição a seus antecessores *tories*, que haviam isolado a economia britânica da União Europeia, Blair se esforçou para integrar o país à união aduaneira. Porém, o Reino Unido sempre teve a economia norte-americana como um importante parceiro político e comercial, o que não agradava os outros países-membro (PERISIC, 2010).

No mesmo ano, Blair assinou o Tratado de Amsterdã, uma revisão do Tratado de Maastricht. O acordo reforçou ainda mais o papel das instituições e políticas sociais europeias, além de aumentar a cooperação na segurança entre os países (WATTS, 2008). Ele também incorporou as determinações do Acordo de *Schengen* (abolição dos controles de fronteira e política comum de visto na União Europeia), sendo que o Reino Unido e a Irlanda não aderiram. Esse acordo havia sido firmado em 1985, sendo o responsável por estipular leis de justiça criminal, segurança política e imigração, garantindo a livre circulação de pessoas entre os países-membro. Já em 1998, Blair assinou o Acordo de Belfast, que selou a paz entre a Irlanda e a Irlanda do Norte (BUTLER, 2018).

O chanceler do Tesouro do Reino Unido de Blair era Gordon Brown, que o sucedeu como primeiro-ministro em 2007. Ainda em maio de 1997, ele determinou a criação do Comitê de Política Monetária do *Bank of England*, cuja primeira meta de inflação foi de 2,5% (BUTLER, 2018). Ademais, o Banco Central britânico passou a ser independente, podendo controlar a taxa de juros da maneira mais favorável à economia britânica e focando em atingir a meta de inflação, demonstrando claramente o compromisso do governo de controlar a mesma (BUDD, 2005).

Zona do Euro

Ao assinar o Tratado de Maastricht, Major garantiu que o Reino Unido teria a opção de não aderir à integração monetária, se contrapondo a países como a Alemanha, que defendiam a maior integração política e econômica entre os países do bloco (AICHELE; FELBERMAYR, 2015). Meses depois, a quarta-feira negra demonstrou como os interesses econômicos britânicos de fato divergiam dos europeus, desmotivando ainda mais o país a aderir à união monetária, seis anos depois.

No final de setembro de 1995, a cúpula do euro determinou que a união monetária europeia iniciaria em 1999 (BUTLER, 2018). Assim, no dia primeiro de janeiro desse ano o euro foi adotado como a moeda oficial de onze dos quinze países da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal). A União Monetária Europeia, fundada no Tratado de Maastricht, foi completada em 2002 (já com a inclusão da Grécia nesse ano), quando as notas e moedas do euro entraram em circulação nos países-membro (COSTA, 2017). Até então, o euro era apenas uma moeda virtual, utilizada para transações comerciais e financeiras.

O Tratado de Maastricht também determinou a criação do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e do Banco Central Europeu (BCE), localizado em Frankfurt e fundado em 1998, responsável pela condução da política monetária dos países da Zona do Euro. Ele garante a estabilidade de preços da moeda, sendo independente de todos os países-membro e das instituições da União Europeia. Dessa forma, sua política econômica é a de metas de inflação, assim como o *Bank of England*. Dentre suas responsabilidades, estão a administração das reservas estrangeiras dos países-membro, a emissão do euro (os países-membro podem apenas cunhar moedas, mas com limitações), a organização do mercado financeiro, o monitoramento do setor bancário e a divulgação de relatórios sobre seu desempenho (anualmente submetidos ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho da União Europeia e à Comissão Europeia) (COSTA, 2017).

O modelo GG-LL (MUNDELL, 1961) analisa as vantagens e desvantagens da adesão de um país a um sistema de taxas de câmbio fixas, como a Zona do Euro. A curva GG representa os benefícios da integração monetária, que elimina a incerteza e os custos de transação no comércio entre países com diferentes taxas de câmbio. Nesse caso, é o quanto o Reino Unido se beneficiaria ao aderir à Zona do Euro, o que dependia diretamente da intensidade de seu comércio com os países que adotam o euro em relação aos outros países do mundo. Quanto maior for essa proporção, maiores serão os ganhos de eficiência monetária. Por isso, a curva é ascendente (KRUGMAN, MELITZ; OBSTFELD, 2015). Entretanto, grande parte do comércio britânico é realizado com outros países do mundo, especialmente os Estados Unidos e os principais da *Commonwealth*. Assim, seus ganhos ao aderir ao bloco tendem a ser menores.

Já a curva LL representa os custos gerados pela adoção da moeda comum. Ao ingressar na Zona do Euro, os países perdem a autonomia de seus instrumentos de política monetária (taxa de câmbio e juros) pelas vantagens da moeda única. Com isso, importantes variáveis macroeconômicas, como desemprego e crescimento do PIB, tornam-se vulneráveis a choques de demanda que atinjam apenas o país, porque o ajuste pelo câmbio (flutuante) só ocorre se o choque atingir a maior parte dos países da união monetária. Conseqüentemente, quanto maior for a integração econômica do país com os outros membros, menor será a perda de estabilidade econômica gerada pelo ingresso à moeda única. Assim, a inclinação da curva LL é negativa (KRUGMAN; MELITZ; OBSTFELD, 2015). Mais uma vez, a economia britânica tem peculiaridades em relação às principais economias do euro, além de seu comércio não ser tão concentrado no continente como o de outros membros.

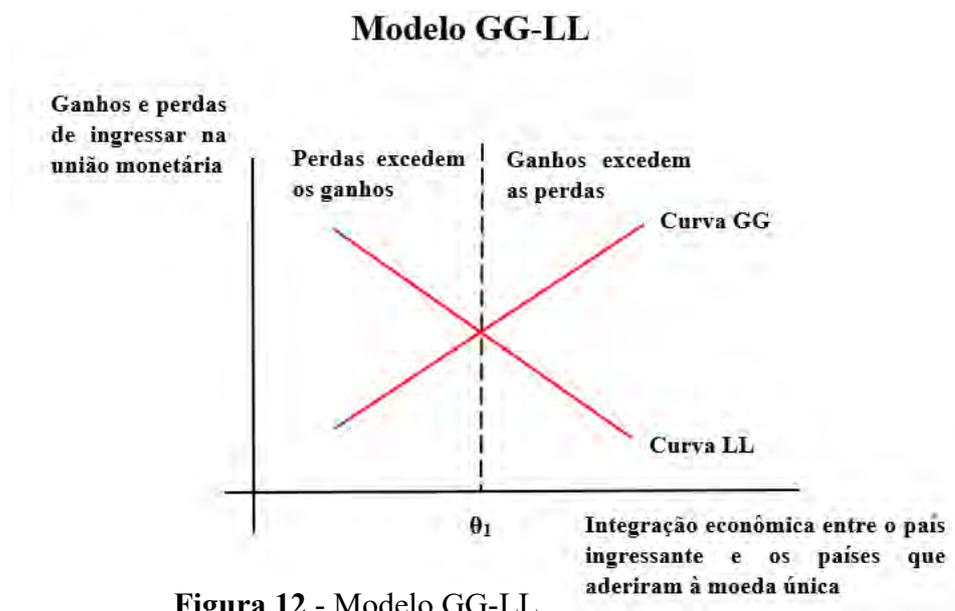


Figura 12 - Modelo GG-LL.

A figura 12 demonstra que o nível de integração econômica entre o país e os outros membros do bloco é determinante na escolha de optar ou não pelo ingresso à união monetária. θ_1 representa o menor nível de integração econômica que torna favorável o ingresso à zona. Como não há uma alta interdependência entre a economia britânica e as economias do euro, o Reino Unido optou por não aderir à moeda única, pois perderia o controle de sua política monetária, essencial na suavização de choques. Isso porque, caso a economia britânica ingressasse na zona, ela estaria sujeita a choques que a atingiriam em maior magnitude do que outros membros, de modo que o ajuste pela taxa de câmbio seria pequeno ou até inexistente.

Assim, o Reino Unido optou por não aderir à integração monetária por diversos motivos, desde a quarta-feira negra e o desejo por autonomia na condução de sua política monetária até a composição de seus principais parceiros comerciais, que contém outros países além dos do bloco europeu, como os Estados Unidos, o Japão, o Canadá e Hong Kong (de acordo com o *World Integrated Trade Solution*).

Por fim, apesar do princípio conturbado após o thatcherismo com a *Black Wednesday*, a década de 1990 foi marcada por mudanças importantes na economia britânica. Dentre elas, estão a adesão à União Europeia, a independência do *Bank of England*, a implementação da política de metas de inflação e a criação da Zona do Euro, que também impactou o Reino Unido, especialmente a partir de 2000.

Capítulo 3: O Reino Unido e a União Europeia na década de 2000

A década de 2000 iniciou com a expansão da economia chinesa e o aumento do terrorismo pelo mundo, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, o que culminou nas guerras do Afeganistão e do Iraque. Durante o período, doze países aderiram à União Europeia, aumentando a influência desta no mundo e, principalmente, no continente europeu, em termos políticos e econômicos. No Reino Unido, o contexto era de prosperidade econômica até a crise financeira de 2008, que prejudicou as economias mundiais, gerando crescimentos britânicos negativos de 0,3% em 2008 e 4,2% em 2009, de acordo com o *Office for National Statistics*.

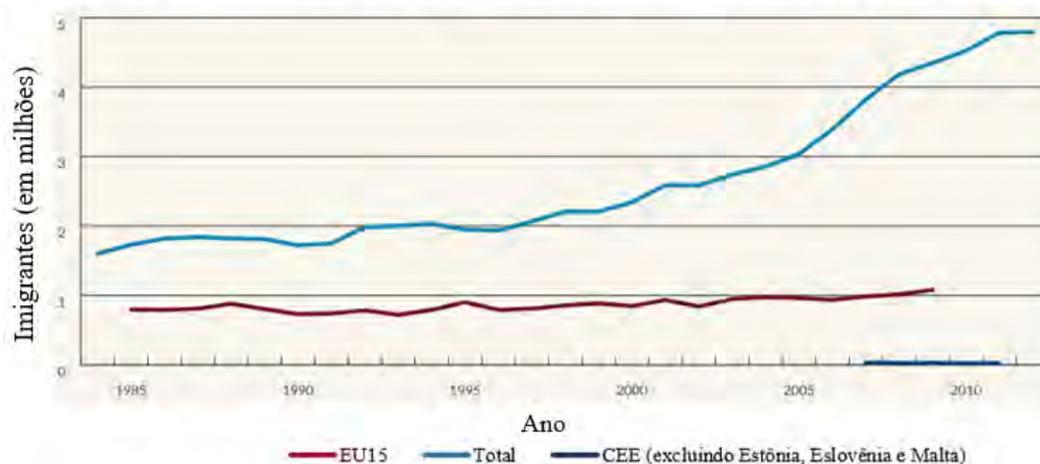
Tony Blair foi o primeiro-ministro trabalhista que permaneceu mais anos no cargo, de 1997 a 2007, tendo vencido três eleições gerais (1997, 2001 e 2005). Durante seu governo, os parlamentos escocês e galês tornaram-se autônomos e houve um aumento expressivo da dívida pública britânica a partir de 2000 (figura 7), com a criação de diversas escolas e hospitais. Além disso, apesar de nas eleições de 1997 o *whig* ter afirmado que o Reino Unido participaria ativamente da União Europeia, no longo prazo ele fez com que a relação britânica com a união aduaneira permanecesse a mesma, porque ele favorecia os interesses norte-americanos aos europeus, gerando atritos (AICHELE; FELBERMAYR, 2015). Com isso, Blair gerou insatisfação entre os líderes do bloco econômico por sua proximidade a George Bush e Bill Clinton (WATTS, 2008).

Após o atentado de 11 de setembro de 2001, que abalou diversas economias mundiais (como a britânica e a norte-americana), o Reino Unido apoiou os Estados Unidos na Guerra do Afeganistão (2001). Dois anos depois, Blair optou pela participação britânica na Guerra do Iraque, mesmo após o protesto londrino contra a adesão ao conflito armado, em fevereiro de 2003, que contou com cerca de um milhão de pessoas. Assim, a guerra marcou negativamente seu governo, sendo um dos principais motivos pelos quais o trabalhista renunciou ao cargo de primeiro-ministro em junho de 2007. A justificativa para a intervenção militar foi que o Iraque teria um forte poder bélico e uma ditadura que comprometia a paz mundial. Porém, isso nunca foi comprovado, gerando diversas críticas à guerra, até porque o conflito destruiu o Iraque e gerou milhares de mortes. Em março de 2003, após 3 semanas de guerra, o exército iraquiano foi derrotado, sendo implementada uma democracia no país (com *turnout* de 70% nas eleições de dezembro).

Migração europeia para o Reino Unido

O Tratado de Nice foi assinado durante o governo Blair, em 2001. Ele reformou as instituições da União Europeia, permitindo que o bloco estivesse apto a receber novos membros. Em 2004, dez países aderiram à união aduaneira, com o apoio de Blair: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca (COSTA, 2017). O Reino Unido, a Suécia e a Irlanda foram os únicos membros a não restringir temporariamente o direito dos cidadãos dos novos adeptos a viver e trabalhar em seus países (REED; LATORRE, 2009). Pelo lado britânico, essa decisão foi tomada para demonstrar que Blair apoiava a integração europeia, sendo a favor da globalização e dos mercados de trabalho flexíveis. Consequentemente, o *whig* incentivou a migração de europeus para o país, especialmente os da Europa Oriental, por defender o multiculturalismo. Com isso, houve um aumento na mão de obra barata no Reino Unido, o que impulsionou a economia.

Taxa de crescimento de imigrantes no Reino Unido de 1985 a 2013

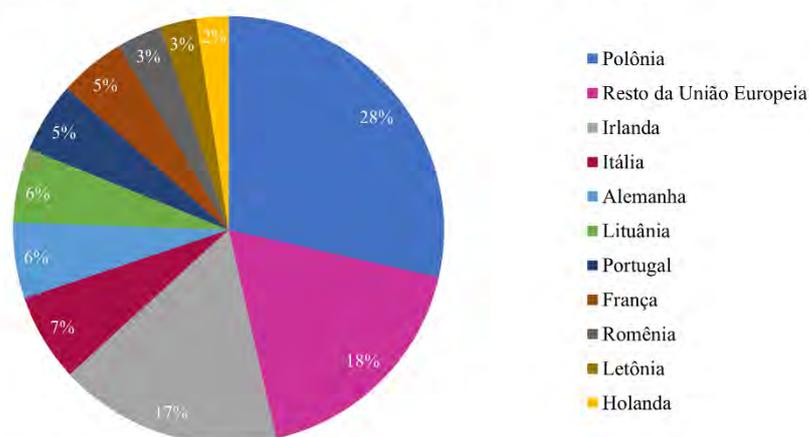


Fonte: Aichele e Felbermayr (2015).

Figura 13 - Taxa de crescimento de imigrantes no Reino Unido, 1985-2013.

O gráfico acima demonstra que a partir de 2004 houve um *boom* no número de imigrantes no Reino Unido, principalmente com a adesão dos novos países à união aduaneira. Já segundo a figura 14, baseada em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que foram utilizados no estudo de AICHELE e FELBERMAYR (2015), a maior parte desses imigrantes no Reino Unido provinha de países da Europa Oriental (cujo PIB per capita e IDH são menores que os britânicos) e da Irlanda.

Cidadãos europeus no Reino Unido (em %), 2011



Fonte: Aichele e Felbermayr (2015).

Figura 14 - Cidadãos europeus no Reino Unido (%), 2011.

A expansão na oferta de mão de obra barata ajudou o Reino Unido a crescer economicamente sem o problema da espiral preço salarial, o que permitiu que a inflação permanecesse baixa no país, assim como as taxas de juros (incentivando o investimento). Ao mesmo tempo, fez com que muitos britânicos se sentissem ameaçados e insatisfeitos com os imigrantes por conta do impacto deles no mercado de trabalho do país (acreditavam que eles diminuía os salários médios britânicos e aumentavam o desemprego) e por questões socioculturais. Por isso, a imigração aumentou o euroceticismo britânico (AICHELE; FELBERMAYR, 2015). De acordo com a empresa de pesquisa de mercado Ipsos MORI, em 2008 42% dos nativos se incomodavam com os imigrantes no país, em contraste aos 27% de 2003 e apenas 6% de 1998. Além disso, segundo uma pesquisa de mercado de 2008 do *German Marshall Fund of the United States*, 52% dos britânicos acreditavam que os imigrantes tomavam empregos de nativos, enquanto, em média, apenas 34% dos cidadãos de outros países europeus acreditavam nisso (REED; LATORRE, 2009).

Há duas teorias que explicam como o salário médio dos britânicos diminuiria como consequência dessa imigração. A primeira é que os imigrantes exigem salários menores, porque migram buscando condições melhores de vida (segundo o *Migration Advisory Committee*, as taxas de desemprego em seus países eram maiores que as britânicas) e, assim, se satisfazem com menos renda do que os nativos. Além disso, muitos deles enviam remessas de dinheiro para seus familiares em seus países de origem, cujo custo de vida é inferior. Com isso, demandam e aceitam salários menores, diminuindo o salário médio do país.

Já a segunda teoria também aborda o impacto dos imigrantes sobre o nível de emprego do país, sendo baseada no modelo de oferta e demanda agregadas (de trabalho). Com a maior oferta de trabalhadores, a curva de oferta agregada (OA) se desloca para direita, aumentando o nível de pleno emprego de equilíbrio, porém reduzindo o salário de equilíbrio. Isso ocorre porque a produtividade marginal do trabalho (remuneração do trabalhador) diminui quanto maior for a quantidade de mão de obra (fator de produção) disponível, *ceteris paribus*. Assim:

Efeito dos imigrantes no mercado de trabalho de acordo com o modelo de oferta e demanda agregadas

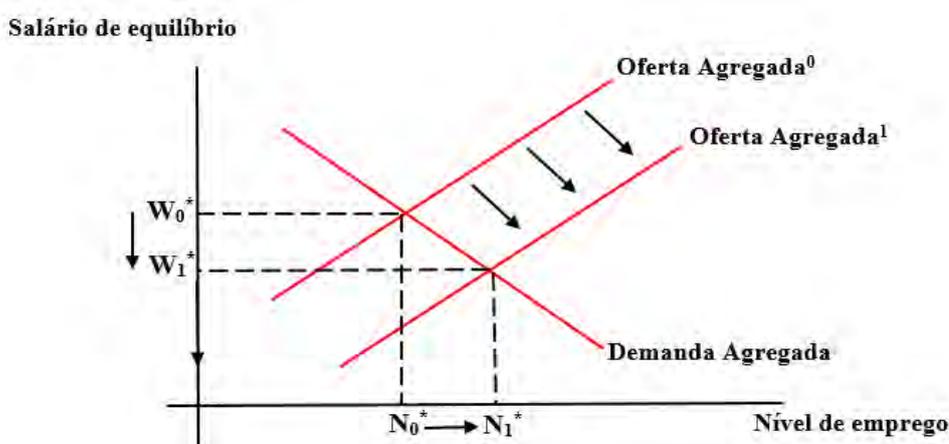


Figura 15 - Efeito dos imigrantes no mercado de trabalho de acordo com o modelo de oferta e demanda agregadas.

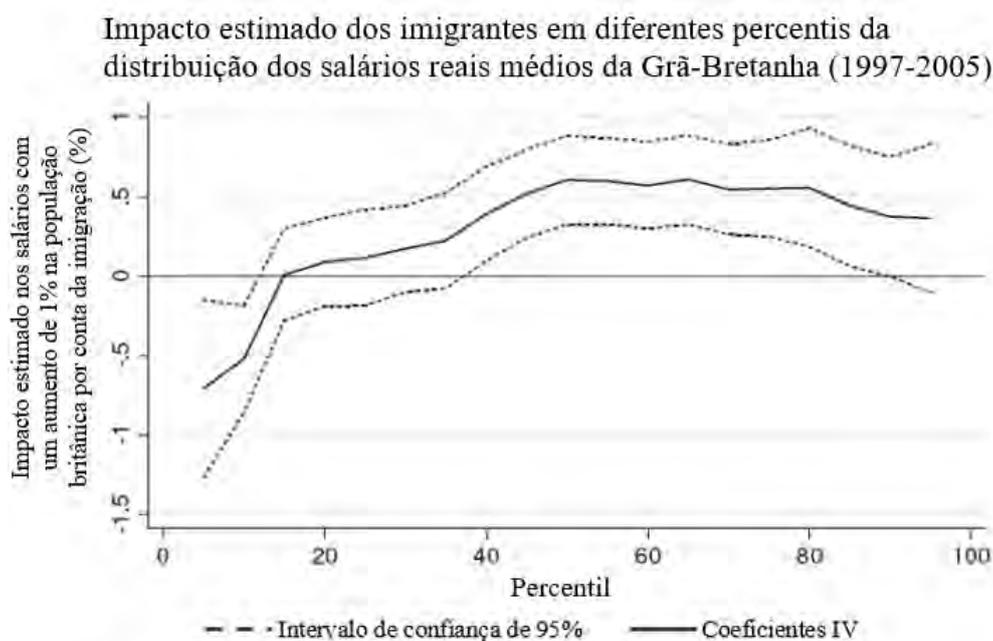
Entretanto, esse modelo é muito simples. Assumir que a demanda agregada não reagiria à maior oferta de trabalhadores é impreciso. Esse aumento na força de trabalho faria com que a demanda por bens e serviços aumentasse (mais consumidores), o que deslocaria a curva de demanda agregada para direita. Com isso, o novo nível de pleno emprego seria maior que N_1^* , demonstrando que a imigração aumenta o número de trabalhadores empregados e impulsiona a economia de acordo com esse modelo. Já o novo salário de equilíbrio seria maior que W_1^* , podendo ser menor ou maior que W_0^* , dependendo da magnitude do deslocamento das curvas. O modelo também assume que há apenas um salário de equilíbrio na economia, porém seria necessário estudar cada setor. Outro problema na análise é até que ponto os imigrantes são substitutos ou complementares aos trabalhadores britânicos. Isso depende das habilidades dos imigrantes em relação aos nativos: caso eles tenham as mesmas capacidades, competirão pelos mesmos empregos, de modo que a imigração tende a gerar uma perda aos britânicos (salários menores); caso eles tenham habilidades e ocupações diferentes em sua maioria, a imigração tende a gerar um ganho aos nativos (salários maiores).

Segundo o *Office for National Statistics*, o desemprego britânico apenas teve um aumento significativo a partir de 2008, com a crise financeira mundial, quando passou de 5,3% em 2007 para 7,9% em 2010 (figura 16). Com isso, de acordo com a análise de REED e LATORRE (2009), o impacto das imigrações sobre o desemprego britânico a partir de 2004 não foi tão prejudicial aos britânicos, na média. Além disso, a oferta de empregos no país não é fixa, de modo que mesmo se os imigrantes tivessem a mesma ocupação dos britânicos, eles não tomariam diretamente seus empregos, justamente porque o Reino Unido tem um mercado de trabalho flexível.



Figura 16 - Taxa de desemprego britânica, 2000-2010.

De acordo com as estimações de Dustmann, Frattini e Preston (2008), um aumento nos imigrantes em 1% da população nativa gerou um aumento de 0,3% a 0,4% nos salários médios da Grã-Bretanha, considerando a amostra de 1997 a 2005. O estudo também chegou à conclusão que a imigração contribuiu para um aumento de 3,5% a 4,5% do crescimento do salário real médio anual no país. O efeito é pequeno, mas estatisticamente significativo, sendo equivalente ao aumento em 1 centavo (£0,01) no salário-hora real da Grã-Bretanha. Por outro lado, ao analisar a distribuição salarial do país, percebe-se que houve uma queda de 0,6% nos salários reais médios do quinto percentil salarial, assim como uma queda de 0,4% nos salários reais médios do décimo percentil. Na mediana, há um aumento de 0,7% nos salários reais médios como efeito da introdução dos imigrantes no mercado de trabalho britânico, e no décimo nono percentil há um aumento de 0,5%. A figura abaixo demonstra como o efeito é negativo até o décimo quinto percentil da distribuição salarial da Grã-Bretanha, passando a ser positivo depois.



Fonte: Reed e Latorre (2009).

Figura 17 - Impacto estimado dos imigrantes em diferentes percentis da distribuição dos salários reais médios britânicos, 1997-2005.

Dessa forma, há indícios de que a maior parte dos imigrantes europeus da década eram de fato mão de obra barata, diminuindo o salário dos britânicos de menor qualificação, que representavam cerca de 45% dos empregados do país em 2013 (*Migration Advisory Committee*, 2014). De setembro de 2007 a setembro de 2008, 175 mil imigrantes conseguiram emprego no Reino Unido, em contraste aos 46 mil nativos que se tornaram desempregados (desemprego foi de 5,3% para 5,7% de acordo com a figura 16), gerando diversos protestos (BARROW; SIMS, 2009). Com isso, a imigração intensificou a desigualdade socioeconômica britânica com o aumento no salário médio dos trabalhadores de alta renda e queda no salário médio dos de baixa renda.

Segundo o estudo de Jean e Jimenez (2007), países com mercados de trabalho flexíveis se beneficiariam mais da imigração por se adaptarem melhor à maior oferta de trabalhadores através da expansão no número de empregos e firmas na economia. Assim, no caso britânico o desemprego teria aumentado no curto-prazo porque o mercado de trabalho não teria antecipado a maior oferta de trabalhadores. Já no médio prazo, as firmas passariam a contratar mais trabalhadores por conta da maior demanda e no longo prazo o efeito da imigração sobre o desemprego seria nulo, porque o mercado de trabalho se adaptaria às novas condições econômicas (REED; LATORRE, 2009). Entretanto, a crise de 2008 agravou o desemprego no país, não permitindo que se observasse o reequilíbrio do mercado de trabalho britânico.

Reed e Latorre (2009) estimaram o efeito dos imigrantes nos salários médios britânicos utilizando uma metodologia similar à de Dustmann, Frattini e Preston (2008), porém com dados de 2000 a 2007. O resultado foi que um aumento de 1% no número de imigrantes na proporção da força de trabalho britânica gerou uma queda, em média, de 0,3% nos salários reais do país, em contraste ao efeito positivo encontrado no período até 2005 (REED; LATORRE, 2009). Dessa forma, o efeito estimado do impacto dos imigrantes europeus no mercado de trabalho britânico é pequeno na média, porém significativo nas parcelas mais necessitadas da população, que representam a maior parte da força de trabalho britânica. Isso é evidenciado na tabela 3, cujos dados foram retirados do *Migration Advisory Committee* (2014).

Tabela 3 - Quantidade de trabalhadores (em milhares) e porcentagens por qualificação, em 1997 e 2013

Nível de qualificação	Nacionalidade	1997		2013	
		Quantidade de trabalhadores	Porcentagem	Quantidade de trabalhadores	Porcentagem
Alta qualificação	Nascido no Reino Unido	12.000	92	14.000	86
	Nascido fora do Reino Unido	1.000	8	2.300	14
	Total	13.000	100	16.300	100
Baixa qualificação	Nascido no Reino Unido	12.500	93	11.400	84
	Nascido fora do Reino Unido	1.000	7	2.100	16
	Total	13.500	100	13.400	100

Fonte: *Migration Advisory Committee* (2014).

De 1997 a 2013, a porcentagem de britânicos de alta qualificação trabalhando no Reino Unido caiu apenas 6%, mas os números absolutos aumentaram de 12.000.000 de empregados para 14.000.000 (cerca de 17%). Já os nativos de baixa qualificação, que representavam 93% da mão de obra barata empregada no país em 1997, passaram a ser apenas 84% do total, com uma queda de 8,8% no número de empregados britânicos de baixa qualificação, gerando desemprego. Por outro lado, em 16 anos a quantidade de imigrantes de alta e baixa qualificação empregados no país mais do que dobrou, com um aumento de 1.300.000 imigrantes de alta qualificação empregados (aumento de 130%) e 1.100.000 novos imigrantes de baixa qualificação empregados (aumento de 110%).

Por fim, os imigrantes europeus impactaram os trabalhadores nativos, especialmente os de baixa qualificação. Em média, de acordo com os estudos citados, eles presenciaram pequenas quedas em seus salários e passaram a competir por empregos com os imigrantes, assim como os trabalhadores de alta qualificação. Porém, neste caso, os efeitos foram menores e seus salários, em média, aumentaram (em pequena escala).

Crise de 2008

O trabalhista Gordon Brown, até então chanceler do Tesouro do Reino Unido, sucedeu Tony Blair em junho de 2007, ocupando o cargo de primeiro-ministro britânico até 2010. Ele assinou o Tratado de Lisboa em dezembro de 2007, que determinou que os países da União Europeia teriam liberdade de sair unilateralmente do bloco a qualquer momento, mas se tornariam responsáveis por negociar suas novas relações comerciais individualmente com cada país, o que foi determinante, posteriormente, para o *Brexit* (AICHELE; FELBERMAYR, 2015).

Ainda em 2007, Brown implementou a política *British Jobs for British Workers* para lidar com o impacto dos imigrantes no mercado de trabalho britânico, após muita pressão por parte dos sindicatos. O governo pretendia gerar 500 mil empregos e incentivar o treinamento da mão de obra nativa de baixa qualificação, que estava perdendo espaço para os imigrantes. Assim, essa medida foi criticada por muitos, porque priorizava os trabalhadores nativos, o que é proibido de acordo com a lei trabalhista da União Europeia e representa uma atitude discriminatória (KETER, 2009). Além disso, conforme demonstrado nas figuras 5 e 16, o nível de emprego britânico não se alterou de maneira significativa em resposta à imigração.

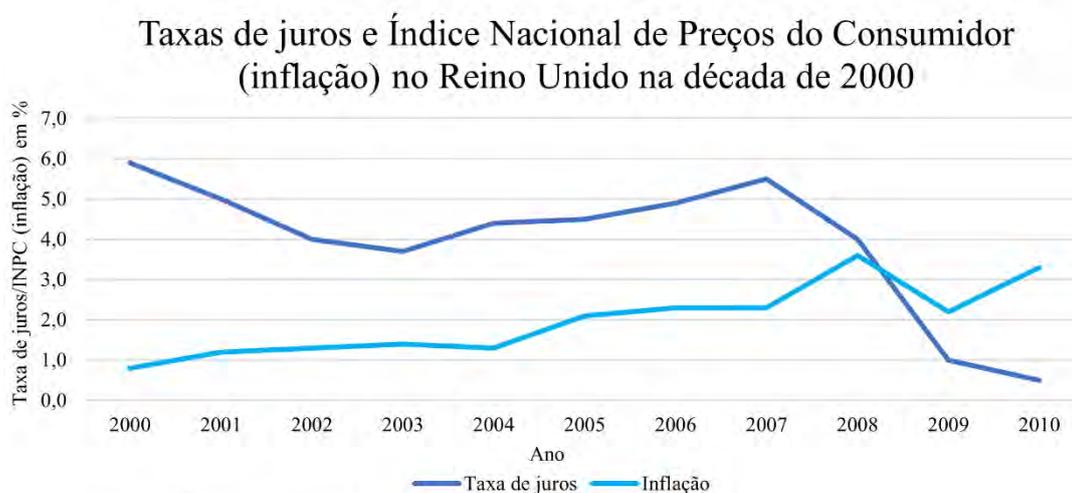
Porém, o principal desafio de Brown foi a crise financeira econômica mundial de 2007 a 2009, que afetou amplamente os países europeus, incorrendo em um longo período de recuperação, inclusive no Reino Unido. No país, a recessão foi declarada em janeiro de 2009, após o *Office for National Statistics* (ONS) anunciar o segundo trimestre consecutivo com estimativa de queda do PIB (-1,5% e -0,6% nos último e penúltimo trimestres de 2008, respectivamente). O investimento das firmas teve a pior queda em 24 anos, com um decréscimo de 10% no investimento em capital em 2009, gerando um decréscimo de 18% nos investimentos em relação ao ano anterior, o pior já registrado na história britânica até então (VAITILINGAM, 2009). Com a alta incerteza na economia e a ausência de acesso à crédito (bancos deixaram de ofertar empréstimos por conta de seus investimentos fracassados, que geraram baixa liquidez), o consumo também diminuiu (muitos desempregados e firmas em crise, sem contratar nem investir). Com isso, o crescimento do PIB britânico caiu de 2,5% em 2007 para -0,3% em 2008 e -4,2% em 2009, conforme demonstrado na figura 18. Já o desemprego aumentou de 5,3% em 2007 para 5,7% em 2008, 7,6% em 2009 e 7,9% em 2010, conforme demonstrado na figura 16.



Fonte: *Office for National Statistics*

Figura 18 - Taxa de crescimento do PIB britânico, 2000-2010.

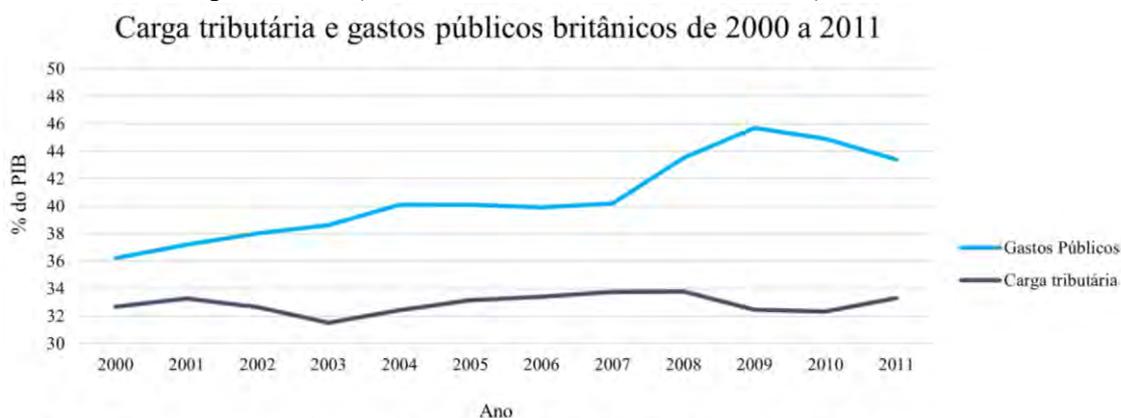
A inflação do país aumentou de 2,3% em 2007 para 3,6% em 2008 (fora da meta de 2%) por conta da crise e sua incerteza, e caiu para 2,2% em 2009, porque a economia desacelerou com a queda nos preços e na demanda. Como resposta à crise, o *Bank of England* (BoE) reduziu a taxa de juros de 5% em outubro de 2008 para 0,5% em março de 2009, a menor taxa implementada desde que o BoE foi criado, em 1694. A taxa de juros britânica, que era de 5,5% em 2007, foi para 4% em 2008, 1% em 2009 e 0,5% em 2010 (figura 19). Além disso, foi implementado o *quantitative easing*, em que o banco central inglês comprava ativos, principalmente títulos do governo, realizando uma expansão monetária. O objetivo dessas políticas era impulsionar a economia britânica novamente ao facilitar o acesso à crédito e incentivar o investimento. De fato, a partir de 2009 a economia começou a se reerguer, conforme demonstrado na figura acima (VAITILINGAM, 2009).



Fonte: *Office for National Statistics, Bank of England*

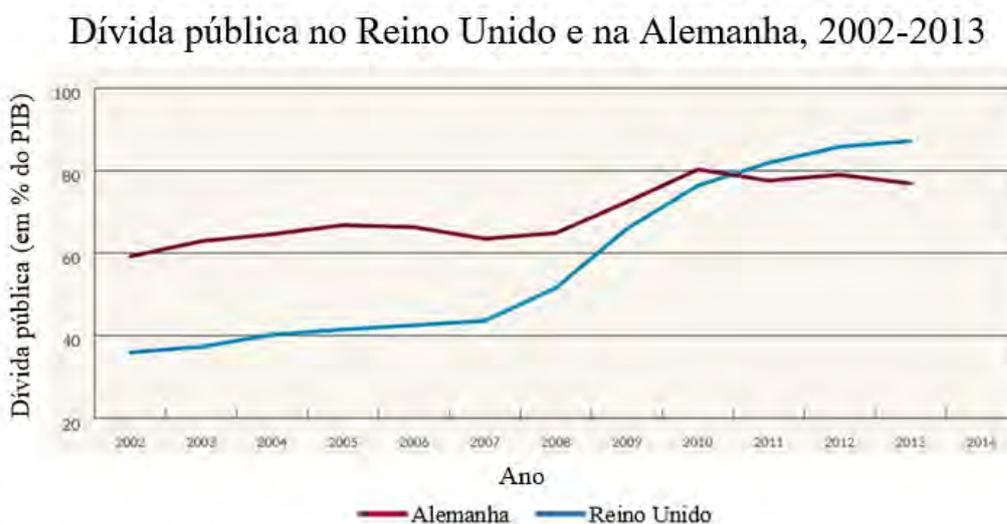
Figura 19 - Taxas de juros e inflação britânicas, 2000-2010.

A política fiscal adotada pelo governo de Brown como resposta à crise de 2008 também foi expansionista, com queda na carga tributária e aumento nos gastos públicos, como demonstrado nas figuras 7 (acréscimo especialmente nos gastos em seguro social, que foram de 11% do PIB em 2007 para 13,4% em 2010) e 20, com base no *Institute for Fiscal Studies*. A figura 20 também demonstra que os gastos públicos britânicos estavam crescendo desde 2000, com um acréscimo súbito a partir de 2007 devido à crise, indo de 40,2% do PIB em 2007 para 45,7% do PIB em 2009. Com isso, a dívida pública britânica, que era de 37% do PIB em 2002, teve um salto para 87% na recuperação da crise de 2008, ultrapassando os valores da alemã (59% em 2002 e 77% em 2011), de acordo com a figura 21. Conseqüentemente, a Alemanha, a maior economia da União Europeia, recuperou-se da crise mais rapidamente (AICHELE; FELBERMAYR, 2015).



Fonte: IFS revenue composition spreadsheet (2021) e IFS Total UK public spending (2015).

Figura 20 - Carga tributária e gastos públicos britânicos, 2000-2011.

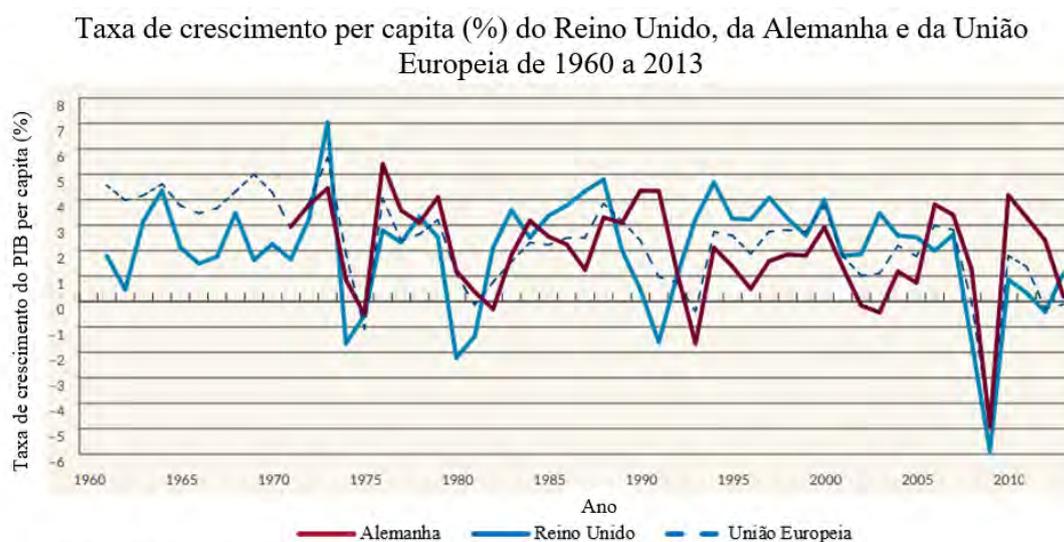


Fonte: Aichele e Felbermayr (2015)

Figura 21 - Dívida pública no Reino Unido e na Alemanha, 2002-2013.

Além disso, a figura 22 mostra como o crescimento econômico britânico era superior ao alemão e ao da União Europeia desde a década de 1990 até meados da década de 2000. Porém, após a crise de 2008 (no curto-prazo), o crescimento britânico foi inferior ao crescimento médio dos países da União Europeia, ao contrário do alemão, que foi bastante superior.

Os membros do bloco não agiram em conjunto em resposta à crise, adotando políticas diferentes. Com isso, as finanças públicas de vários países da Zona do Euro foram prejudicadas, gerando desconfiança em relação à solvência de certos membros. No final de 2009, a crise da dívida pública eclodiu em diversos países, como Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, ameaçando a credibilidade e a continuidade do euro. Já em 2010, foi desenvolvido o Fundo Europeu de Estabilização Financeira, um pacote de resgate que visava garantir a viabilidade e a estabilidade financeiras europeias no curto-prazo, sinalizando ao mercado o quanto os líderes da Zona do Euro defendiam e valorizavam a moeda comum (COSTA, 2017).

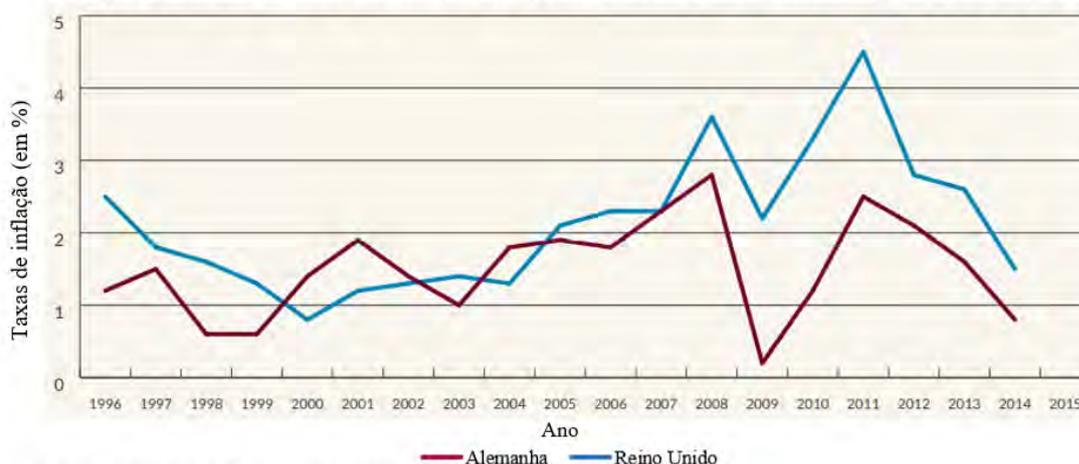


Fonte: Aichele e Felbermayr (2015)

Figura 22 - Taxa de crescimento per capita do Reino Unido, da Alemanha e da União Europeia, 1960-2013.

Em complemento às figuras 21 e 22, a figura 23 demonstra como a inflação britânica também ficou superior à alemã após a crise, indicando a divergência entre as duas economias depois da crise de 2008, que em grande parte se deve aos altos gastos públicos britânicos.

Comparação das taxas de inflação no Reino Unido e na Alemanha, de 1996 a 2014

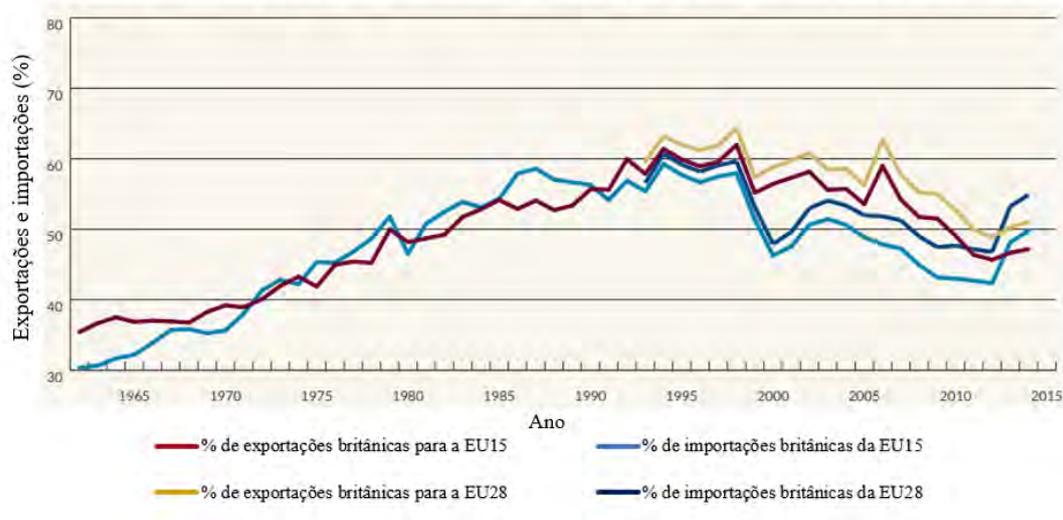


Fonte: Aichele e Felbermayr (2015)

Figura 23 - Comparação das taxas de inflação no Reino Unido e na Alemanha, 1996-2014.

Quanto à relação comercial do Reino Unido com a União Europeia, esta esteve em crescimento por mais de 40 anos até o final da década de 1990, quando teve uma queda devido ao crescimento do comércio chinês com o bloco. Além disso, até a década de 2010 a porcentagem de exportações britânicas foi superior à de importações, indicando que a balança comercial britânica com os países da união aduaneira era positiva. Logo antes da crise mundial, a taxa de exportação entre o Reino Unido e a União Europeia caiu cerca de 10%, uma queda maior do que no comércio com o resto do mundo, porque a crise foi severa e persistente nos países adeptos ao euro. Porém, mais de 50% das exportações britânicas eram para a União Europeia, e pouco menos de 50% de suas importações provinham de países-membro do bloco, como demonstrado na figura 24 (AICHELE; FELBERMAYR, 2015).

Exportações e importações britânicas (%) para e da União Europeia de 1960 a 2015



Fonte: Aichele e Felbermayr (2015)

Figura 24 - Exportações e importações britânicas para e da União Europeia, 1960-2015.

Por fim, os principais acontecimentos da década de 2000 para a economia britânica foram:

- (1) a intensa imigração de trabalhadores do leste europeu, que impactou o mercado de trabalho britânico (gerando desigualdade socioeconômica), em decorrência da incorporação dos dez novos membros à União Europeia;
- (2) a crise de 2008, que interrompeu o crescimento econômico do país após mais de 16 anos, fazendo com que sua dívida pública ultrapassasse a da maior economia do bloco, a Alemanha, e suas taxas de crescimento ficassem abaixo da média da união aduaneira (e das alemãs) no curto-prazo e;
- (3) queda nas relações comerciais entre a Grã-Bretanha e os países da União Europeia, especialmente nas importações, devido à competitividade chinesa com as economias europeias e à crise de 2008.

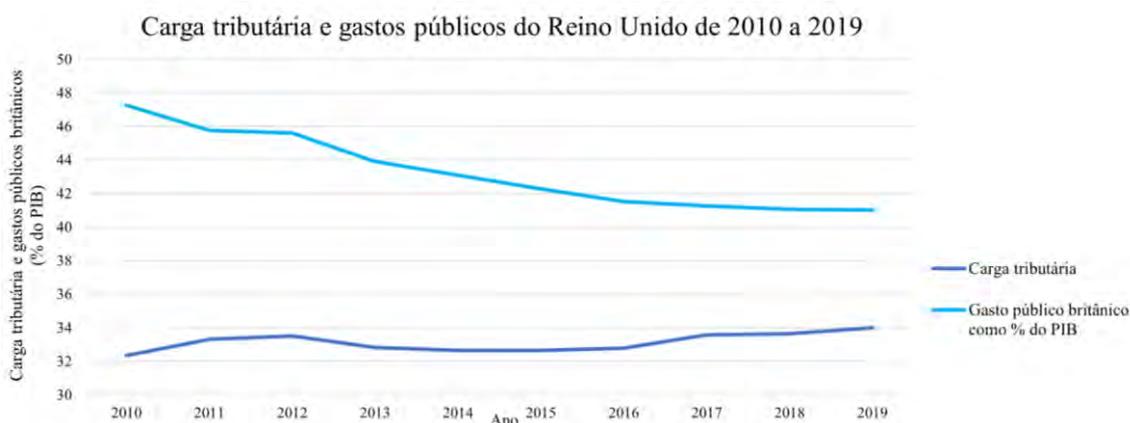
Capítulo 4: O Reino Unido e o *Brexit* na década de 2010

A década de 2010 iniciou com a recuperação mundial da crise de 2007-2009, que prejudicou severamente algumas economias da Zona do Euro, como a Grécia e a Irlanda. Além disso, houve a crise migratória dos refugiados a partir de 2015, que impactou diversos países europeus. O período foi marcado pelos governos conservadores de David Cameron, Theresa May e Boris Johnson no Reino Unido, cujos cidadãos optaram por sair da União Europeia em 2016, gerando instabilidade política e econômica. Já com o *Brexit* efetivado em fevereiro de 2020, a crise da pandemia do *coronavírus* emergiu, gerando milhões de mortes pelo mundo e prejudicando a economia internacional em grande escala.

Após a derrota nas eleições gerais de maio de 2010, Gordon Brown renunciou ao cargo de primeiro-ministro, sendo sucedido por David Cameron, líder *tory* que tinha o apoio dos principais jornais britânicos. O governo de Brown foi criticado quanto à sua gestão econômica em resposta à crise financeira e pela sua decisão de não convocar uma eleição geral em 2007. A dívida pública do Reino Unido aumentou drasticamente a partir desse ano (figura 20) e a leve regulação da *city of London* agravou a situação econômica das instituições financeiras britânicas. Um exemplo foi o banco *Northern Rock*, que sofreu uma corrida bancária como resposta à crise e, conseqüentemente, teve que ser estatizado por sua insolvência em 2008. Dessa forma, Brown foi o responsável por estruturar um plano de recapitalização dos bancos que estavam com dificuldades financeiras, que foi aplicado tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos e no resto do mundo. Além disso, na cúpula do G20 de abril de 2009, que ocorreu em Londres, ele foi o responsável por propor a injeção de 5 trilhões de dólares na economia mundial, buscando reverter o quadro da recessão (FREEDLAND, 2014).

Governo de David Cameron e o *Brexit* (2010-2016)

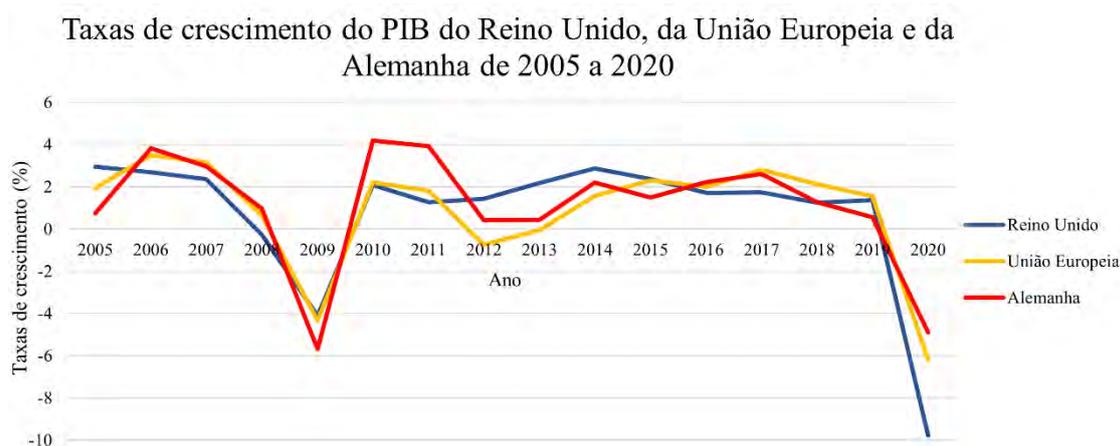
Assim como Margaret Thatcher, David Cameron defendia o livre mercado e a privatização, sendo responsável por privatizar a *Royal Mail* (correios) e diminuir a intervenção estatal no Reino Unido. Ele, que tinha Nick Clegg do Partido Liberal como vice primeiro-ministro (governo de coligação), também implementou políticas sociais, sendo responsável por modernizar o Partido Conservador do Reino Unido. O *tory* teve um papel importante em reverter a situação do *déficit* público britânico após a crise mundial, adotando políticas fiscais contracionistas (corte de gastos e aumento na carga tributária, medidas contrárias às de Brown). De acordo com o gráfico abaixo, os gastos públicos do país caíram de 47,27% do PIB em 2010 para 42,28% em 2015, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



Fonte: IFS *revenue composition spreadsheet* (2021) e IFS *Total UK public spending* (2015).

Figura 25 - Carga tributária e gastos públicos britânicos, 2010-2019.

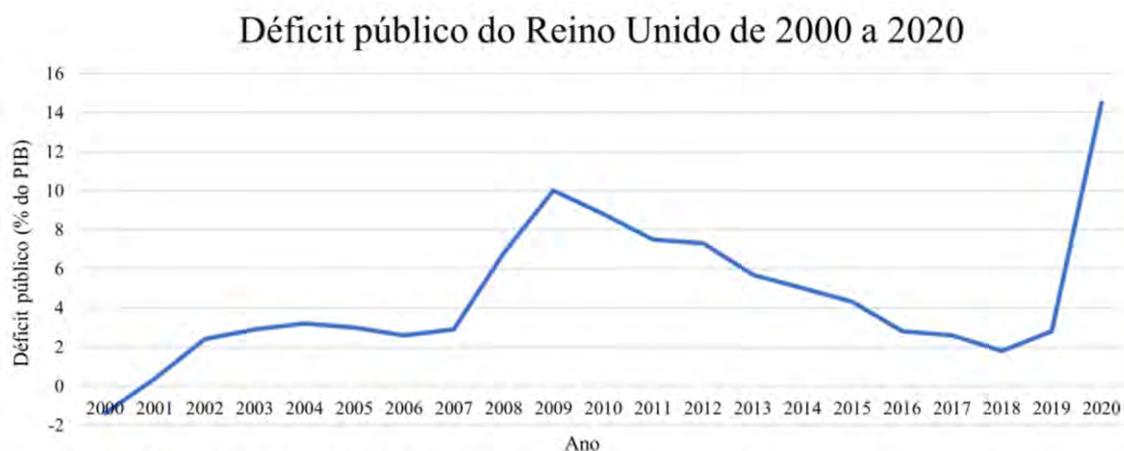
No começo de seu governo, seu objetivo era auxiliar o país a retomar o crescimento econômico depois da crise de 2008 com o apoio de George Osborne, seu chanceler do Tesouro do Reino Unido. A figura 26 demonstra que a taxa de crescimento alemã foi superior à britânica após a crise (em 2010 e 2011), como discutido no capítulo anterior, [O Reino Unido e a União Europeia na década de 2000](#). Porém, a partir de 2012 a taxa de crescimento britânica acelerou, sendo maior que a alemã e à média dos países da União Europeia até 2015 por conta da crise na Zona do Euro, passando de -4,11% em 2009 para 2,36% em 2015. Entretanto, foi inferior à média europeia de 2016 a 2018 (especialmente por conta da instabilidade político-econômica gerada pelo *Brexit*) e equivalente a ela em 2019, caindo em 2020 em decorrência da crise da pandemia do *coronavírus*.



Fonte: The World Bank Data (2021)

Figura 26 - Taxas de crescimento do PIB do Reino Unido, da União Europeia e da Alemanha, 2005-2020.

Quanto ao *déficit* público britânico, este foi reduzido à metade de 2009 (10% do PIB) a 2014 (5% do PIB) segundo o *Office for National Statistics*, voltando a subir apenas em 2019 (ano financeiro termina em março do ano seguinte) e 2020, majoritariamente em decorrência da pandemia.



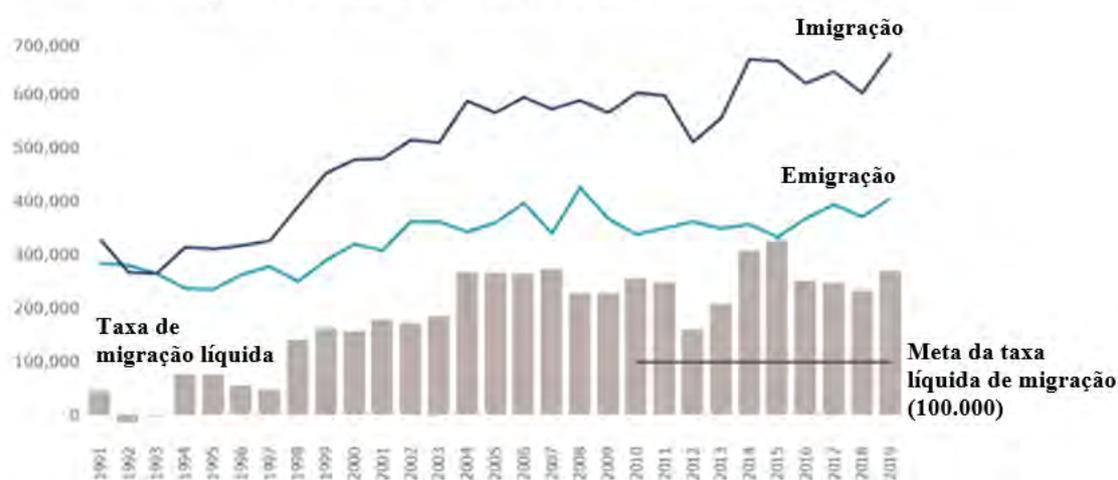
Fonte: *Office for National Statistics*

Figura 27 - *Déficit* público britânico, 2000-2020.

Já em 2014 houve um referendo pela independência escocesa, em que dois milhões de pessoas foram contrárias (55%), enquanto mais de um milhão e meio de cidadãos votaram a favor. Entretanto, nas eleições gerais de 2015, a Escócia votou em larga escala no Partido Nacional Escocês (pró-independência), de modo que o partido conquistou 56 dos 59 assentos disponíveis para o país.

Cameron também implementou leis imigratórias mais rígidas no Reino Unido, estabelecendo uma meta máxima anual para a taxa líquida de migração (subtração dos imigrantes pelos emigrantes do país) de 100.000 pessoas. Para atingir esse objetivo, foram adotadas diversas medidas, como limites de trabalhadores qualificados de fora da União Europeia que poderiam migrar para o Reino Unido, assim como restrições no número de estudantes de fora da União Europeia que poderiam estudar no país, alterando também seus direitos trabalhistas enquanto estudantes estrangeiros no Reino Unido. Entretanto, o número de imigrantes cresceu durante seu governo, conforme demonstrado abaixo, confirmando o que foi explorado no capítulo anterior ([O Reino Unido e a União Europeia na década de 2000](#)).

Imigração, emigração e taxa líquida de migração de longo-prazo no Reino Unido de 1991 a 2019



Fonte: Sumption e Vargas-Silva (2020).

Figura 28 - Imigração, emigração e taxa líquida de migração de longo-prazo no Reino Unido, 1991-2019.

A taxa líquida de migração cresceu de -13.000 em 1992 (quando o Tratado de Maastricht foi firmado) para 163.000 em 1999 (criação da Zona do Euro, após sete anos da União Europeia), com o pico de 331.000 em 2015, mesmo com a meta do *tory* de 100.000, pressionando o governo a determinar medidas mais drásticas. Porém, observa-se que de 2010 a 2012 (quando a política começou a ser implementada) houve uma queda na taxa líquida de migração de 256.000 para 161.000 (SUMPTION; VARGAS-SILVA, 2020). Além disso, em 2004, ano em que os países do leste europeu aderiram à união, havia 170.000 imigrantes da Europa Oriental no Reino Unido, em contraste ao 1,24 milhão de imigrantes dessa região vivendo no país em 2013 (ZWET *et al.*, 2020).

Segundo STURGE (2021), em 2019 cerca de 35% dos imigrantes do Reino Unido moravam em Londres, enquanto apenas 9,3% deles moravam na Escócia, 7% na Irlanda do Norte e 6,5% no País de Gales, com o resto sendo distribuído pela Inglaterra, especialmente nas regiões sul e leste do país. A maioria dos cidadãos do Reino Unido que emigraram do país para outros membros da União Europeia morava na Espanha, França, Alemanha e Holanda, além da Irlanda. Por outro lado, a maior parte dos imigrantes europeus no Reino Unido havia nascido na Polônia, Romênia, Islândia, Alemanha e Itália. A tabela abaixo demonstra as principais áreas de atuação dos imigrantes da União Europeia no Reino Unido em 2020, quando existiam cerca de 2,1 milhões de imigrantes do bloco econômico empregados no país.

Tabela 4 - Setor de emprego dos imigrantes da União Europeia no Reino Unido em 2020 (em milhares)

Setor	Cidadãos europeus no Reino Unido	População do Reino Unido
Automobilístico	256	3.993
Saúde e serviço social	239	4.448
Manufatura	225	2.783
Acomodação e alimentício	206	1.565
Educação	195	3.489
Construção	154	2.190
Transporte e estocagem	152	1.547
Cientistas, professores de universidades e atividades técnicas	143	2.631
Serviços administrativos	123	1.460
Comunicação e informação	117	1.550
Atividades financeiras e de seguros	78	1.360
Administração pública e defesa	71	2.317
Outros serviços	52	889
Artes, entretenimento e recreação	33	856
Abastecimento de água, esgoto e resíduos	15	230
Organizações extraterritoriais	14	64
Agricultura, silvicultura e pesca	13	287
Fornecimento de eletricidade, gás e ar condicionado	12	187
Atividades imobiliárias	11	401
Mineração	6	119
Serviços domésticos	5	38
Sem resposta	3	49
Total	2.120	32.454

Fonte: Sturge (2021).

Assim, em 2020, as principais áreas de atuação dos imigrantes europeus em termos absolutos eram nos setores automobilístico, de saúde e serviço social, manufatura, acomodação e alimentício, educação, construção, transporte e estocagem e acadêmico. Porém, em termos percentuais, os imigrantes europeus eram mais relevantes nos setores de acomodação e alimentício (11,63%), de serviços domésticos (11,63%) e no setor de transporte e estocagem (8,95%) no Reino Unido.

Segundo o Banco Mundial, a taxa de desemprego média da União Europeia é superior à do Reino Unido desde 1990, o que explica o aumento na taxa líquida de migração do país após a criação da União Europeia em 1992. O gráfico abaixo demonstra que o desemprego britânico diminuiu durante o governo Cameron após a crise, indo de 8,04% em 2011 para 5,3% em 2015 e chegando a 3,74% em 2019 (já sobre o governo May). Além disso, no segundo trimestre de 2016, a taxa de emprego britânica foi a mais alta registrada até então, de 74,5% (BUTLER, 2018).

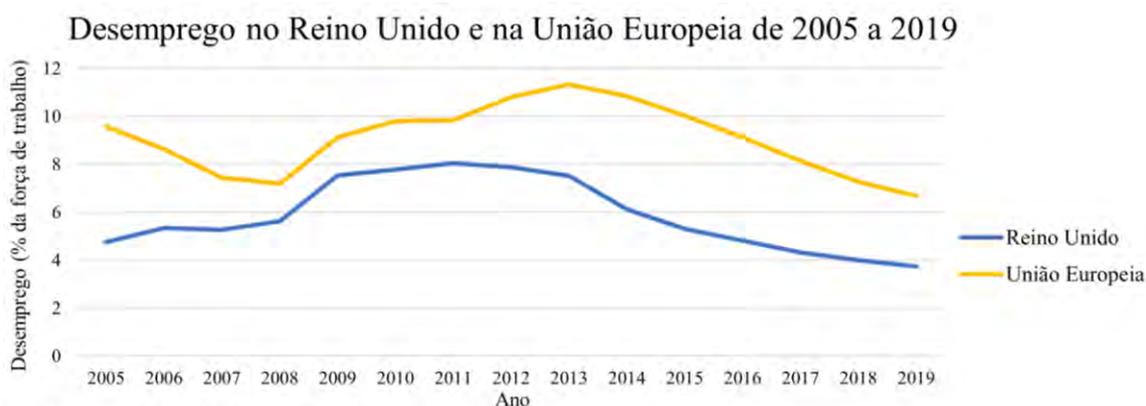


Figura 29 - Desemprego no Reino Unido e na União Europeia, 2005-2019.

O referendo de 2016 e o *Brexit*

Em 2013, Cameron prometeu que realizaria um referendo questionando os cidadãos do Reino Unido se eles eram a favor da saída da União Europeia caso ele ganhasse as eleições gerais de 2015 (AICHELE; FELBERMAYR, 2015). Para isso, ele afirmou que renegociaria os termos da relação britânica com a União Europeia antes do referendo, visando estabelecer um novo acordo que diminuiria o fluxo de europeus para o país (HOBOLT, 2016). Aliás, cerca de 60% dos britânicos acreditavam que os imigrantes europeus deveriam receber o mesmo tratamento dos de outras nacionalidades, pois os viam como *free-riders* no mercado de trabalho britânico (ZWET *et al.*, 2020). Cameron estava sendo pressionado por parlamentares conservadores que desejavam a saída do bloco e pelo cenário político britânico, com o aumento na popularidade do Partido de Independência do Reino Unido (*United Kingdom Independence Party* – UKIP), que é nacionalista e eurocético. Assim que ganhou as eleições gerais de maio de 2015 pela maioria absoluta dos votos (36,9%), ele reafirmou que realizaria o referendo ainda no começo de seu mandato, após negociar os novos termos com a União Europeia.

Em resposta a seu pronunciamento, a Comissão Europeia declarou que estaria disposta a negociar com o Reino Unido, mas que seus princípios fundadores seriam mantidos. Dentre eles, está a liberdade de circulação de trabalhadores, criticada por muitos britânicos que desejavam restrições à imigração europeia para o país, sendo também contrários às leis europeias relacionadas à migração dos refugiados, mesmo que o Reino Unido não fizesse parte do *Espaço Schengen* (COSTA, 2017). Eles acreditavam que os imigrantes sobrecarregavam os serviços públicos britânicos, como transporte, saúde e educação, além de impactarem no mercado de trabalho do país (discutido no capítulo anterior, [O Reino Unido e a União Europeia na década de 2000](#)).

Em fevereiro de 2016, Cameron afirmou que faria o referendo, mas que estava satisfeito com o resultado das negociações, sendo contrário ao *Brexit*. O *tory* fez parte da campanha *Britain Stronger in Europe* (“Reino Unido mais forte na Europa”) junto ao Partido Trabalhista. Segundo eles, o *Brexit* geraria perda de empregos, investimentos e maior risco às firmas britânicas, resultando em instabilidade política e econômica, além de perder sua influência em assuntos internacionais, diminuindo a segurança nacional. Ademais, muitos deles viam os imigrantes como positivos ao país por auxiliarem no problema do envelhecimento da população (ZWET *et al.*, 2020). Com isso, eles defendiam a permanência no bloco pelo lado econômico (HOBOLT, 2016). Os membros da União Europeia também eram contrários à saída britânica, pois o Reino Unido representava a segunda maior economia da união aduaneira, além de contar com 13% de sua população (AICHELE; FELBERMAYR, 2015) e com cerca de 3,5 milhões de imigrantes europeus (*The Migration Observatory*) em 2016. Dessa forma, a saída do Reino Unido fortaleceria o poder e a influência da Alemanha, a maior economia da União Europeia, no bloco, além de aumentar a contribuição necessária de cada país-membro à união para compensar a saída britânica (AICHELE; FELBERMAYR, 2015).

Por outro lado, diversas figuras públicas foram a favor do *Brexit*, como o atual primeiro-ministro britânico, Boris Johnson. Para elas, o país precisava retomar sua autonomia para firmar seus próprios acordos comerciais (bilaterais) e para controlar suas fronteiras, sem incorrer em custos com o orçamento europeu. Segundo os adeptos da *Vote Leave* (“Vote para sair”) a união “segurava o progresso do Reino Unido” com burocracias e regulamentações, adotando uma visão similar à dos britânicos eurocéticos do referendo de 1975 (explicada no capítulo [O Reino Unido e a Comunidade Econômica Europeia nas décadas de 1970 e 1980](#)).

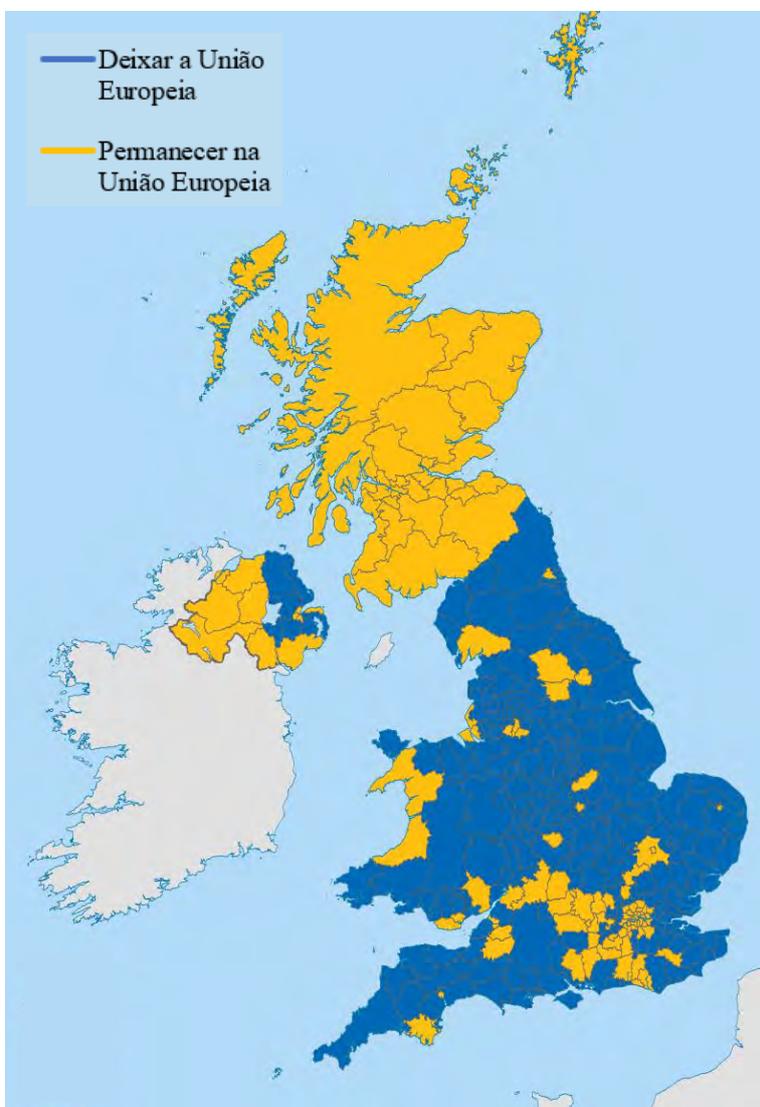
Porém, nos quarenta anos entre os dois referendos, a União Europeia fortaleceu sua legislação, tornando-se uma união aduaneira integrada tanto em termos políticos como econômicos, aumentando sua soberania em relação aos países-membro e ampliando sua área de atuação, desenvolvendo leis em campos como meio-ambiente, transporte e direitos do consumidor. Além disso, os contextos mundiais das décadas de 1970 e 2010 são completamente distintos. Desde 1970, houve o *thatcherismo* no Reino Unido, a queda do muro de Berlim (socialismo) e o fortalecimento econômico da China (PETRIE, 2021).

Os apoiadores da campanha *Vote Leave* afirmavam que o acordo firmado entre Cameron e a União Europeia em fevereiro de 2016 ainda retirava a soberania do Reino Unido, que não teria a liberdade de agir com base no interesse nacional. Esse acordo, que entraria em vigor caso a maioria votasse contra a saída do Reino Unido do bloco, incluía alterações no sistema de pagamentos de assistência aos imigrantes, proteções para os serviços financeiros britânicos e permitia que o país não aderisse a futuras regulamentações indesejadas da União Europeia (HOBOLT, 2016). Dessa forma, ele garantia que o Reino Unido não tivesse a obrigação de participar da maior integração política do bloco, desejada por grande parte dos países-membro da união. Os principais pontos do acordo de Cameron com a União Europeia eram:

- (1) O país poderia restringir benefícios trabalhistas para imigrantes europeus empregados quando o fluxo migratório para o Reino Unido estivesse muito elevado (porém, apenas após a aprovação da Comissão Europeia e do Conselho Europeu). Com isso, os pagamentos de assistência seriam gradativos durante os quatro primeiros anos dos imigrantes europeus no país. O Reino Unido operaria nesse sistema pelos próximos sete anos;
- (2) Os pagamentos de assistência para cidadãos europeus que imigrassem com filhos (pago por criança) passariam a ser calculados com base no custo de vida do país de origem das famílias. A medida seria implementada imediatamente para novos imigrantes e a partir de 2020 para os que já residissem no país;
- (3) O direito do Reino Unido de priorizar e proteger a *city of London*, evitando que as firmas britânicas fossem obrigadas a migrar para Europa e que elas se prejudicassem por estarem fora da Zona do Euro. Com isso, o país não estaria submetido a certas regulações financeiras do bloco europeu;
- (4) A garantia de que o Reino Unido não seria obrigado a participar de futuros processos de maior integração política da União Europeia.

No dia 23 de junho de 2016, houve o referendo que determinou o desejo da maioria dos cidadãos do Reino Unido de não permanecer na União Europeia reformada, muitos deles por não se identificarem como cidadãos europeus (HENDERSON *et al*, 2016). O *turnout* foi de 72,2%, com 51,89% dos votantes (cerca de 17,4 milhões de votos) sendo a favor do *Brexit*. Por outro lado, mais de 16,1 milhões de cidadãos votaram pela permanência no bloco, de modo que a diferença foi de pouco mais de 1,2 milhão de votos (HOBOLT, 2016). A figura abaixo demonstra a distribuição geográfica dos votos no referendo.

Mapa do Reino Unido com a distribuição geográfica dos votos do referendo de 24 de junho de 2016



Fonte: *BBC News* (2021).

Figura 30 - Mapa do Reino Unido com a distribuição geográfica dos votos do referendo de 2016.

De acordo com o mapa acima, observa-se que todos os condados da Escócia (62% dos votos do país) foram majoritariamente contra o *Brexit*, assim como a maior parte dos condados da Irlanda do Norte (55,8% dos votos do país) (COSTA, 2017). Com isso, os movimentos pró-independência aumentaram ainda mais na Escócia, que desejava a realização de outro referendo de independência para o país poder permanecer no bloco, apesar do resultado negativo no de 2014 (HOBOLT, 2016). Além disso, muitos norte-irlandeses passaram a visar a união do país com a Irlanda.

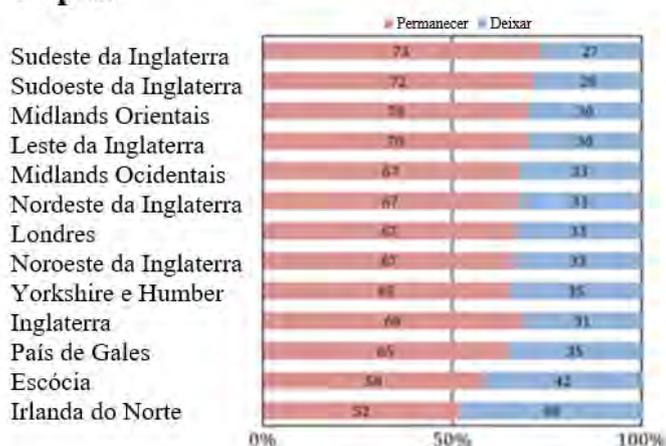
Por outro lado, a Inglaterra (que conta com 85% do eleitorado do Reino Unido) e o País de Gales foram em sua maioria a favor do *Brexit*, com 53,4% e 52,5% dos votos respectivamente, especialmente o interior desses países (HENDERSON *et al.*, 2016). Porém, Londres, que detinha a maior parte dos imigrantes do país (STURGE, 2021), contou com mais de 2 milhões de votos a favor da permanência na União Europeia, representando 59,9% dos votos válidos da capital britânica. Com isso, britânicos que moravam em Londres passaram a defender a independência da capital do país.

Na média, pessoas com menores níveis de renda, educacionais, sociais e mais idosas votaram a favor do *Brexit*, enquanto jovens recém-formados em centros urbanos, como Londres e Liverpool, foram contrários. Isso ocorreu porque indivíduos com maior renda e capital humano se favorecem mais com a integração econômica, apoiando a globalização e a imigração ao país, enquanto os de baixa qualificação e renda tendem a ser mais preconceituosos e contra o multiculturalismo, sendo eurocéticos. Com isso, apenas 25% das pessoas com um diploma de pós-graduação foram a favor da saída britânica do bloco, enquanto mais de dois terços dos cidadãos sem qualificação votaram *leave*. Apesar de 53% das pessoas brancas votarem a favor do *Brexit*, apenas 33% dos asiáticos e 27% dos negros foram *leavers* (SAMPSON, 2017). Ademais, indivíduos nacionalistas são mais eurocéticos e, assim, tinham maior probabilidade de ter votado a favor do *Brexit*. Segundo HENDERSON *et al.* (2016), muitos dos ingleses que votaram *leave* valorizavam mais sua nacionalidade inglesa do que a britânica. Os cidadãos que se identificavam com o partido de independência do Reino Unido (UKIP) e os indivíduos que acreditavam que o Reino Unido deveria ter menos imigrantes europeus também tinham uma probabilidade maior de serem a favor da saída (HOBOLT, 2016). Além disso, houve mais votos a favor do *Brexit* em regiões com maior desemprego e concentração de imigrantes do leste europeu que, em sua maioria, eram de baixa qualificação (assim como os trabalhadores nativos desses locais) (BECKER, 2017).

De acordo com pesquisas da *YouGov* (empresa de pesquisa de mercado), 84% das pessoas que votaram a favor do *Brexit* afirmavam que a saída da União Europeia levaria a menores níveis de imigração ao país, assim como 27% dos contrários à saída do bloco. Além disso, 78% dos *remainers* acreditavam que a economia britânica estaria pior ao sair da união aduaneira, sendo que apenas 4% dos que foram a favor da saída acreditavam nisso. Dentre os principais argumentos utilizados pelos *leavers*, estavam a desconfiança no governo de Cameron, o desejo por uma restrição maior à imigração ao país e os custos com o orçamento anual da União Europeia. Por outro lado, os cidadãos contrários à saída acreditavam que o *Brexit* geraria um alto risco para a economia do país, além de valorizarem a estabilidade e os benefícios econômicos decorrentes de ser um membro da União Europeia (HOBOLT, 2016).

Traçando um paralelo do resultado do referendo de 2016 com o de 1975 com base em HENDERSON *et al.* (2016), percebe-se que as regiões britânicas que foram mais adeptas à permanência no bloco na década de 1970 foram justamente a Inglaterra (69%) e o País de Gales (65%), enquanto na Escócia (58%) e na Irlanda do Norte (52%) os percentuais foram mais baixos. Com isso, é interessante notar que os países que votaram em sua maioria a favor do *Brexit* em 2016 (Inglaterra e País de Gales), são justamente os que defenderam a permanência na União Europeia em 1975 (e o contrário para a Escócia e a Irlanda do Norte). Isso ocorreu porque houve um crescimento do euroceticismo na Inglaterra e no País de Gales, enquanto a Escócia e a Irlanda do Norte passaram a valorizar os ganhos gerados pela adesão à união aduaneira, sendo menos eurocéticas.

Resultado do referendo do Reino Unido de saída do bloco europeu em 1975 por região do país

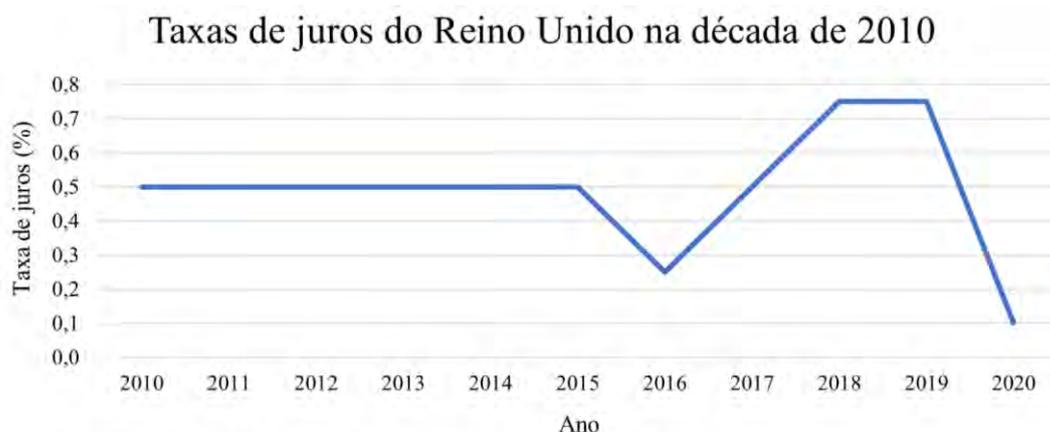


Fonte: Henderson (2016).

Figura 31 - Resultado do referendo do Reino Unido de saída do bloco europeu de 1975 por região do país.

O resultado do referendo culminou na renúncia de Cameron, gerando uma disputa interna pelo seu sucessor no Partido Conservador. Políticos europeus de visões nacionalistas em países como França, Dinamarca e Holanda também cogitaram realizar um referendo pela saída do bloco, causando insegurança no continente, que temia um efeito dominó que geraria a desintegração da União Europeia (HOBOLT, 2016). Assim, havia o receio de que a xenofobia (que se intensificou no país durante o período Thatcher, segundo ZWET *et al.* (2020)) por trás do resultado do referendo de 2016 se propagasse pela Europa e pelo resto do mundo. Entretanto, desde então nenhum outro membro realizou um referendo de saída da União Europeia, até porque a economia de grande parte deles depende bastante da união aduaneira (COSTA, 2017).

A crise política estava instaurada, sendo seguida, portanto, por uma crise econômica. Pela primeira vez na história de progresso da União Europeia, um país optou por deixá-la. Além disso, mais de 3 milhões de imigrantes europeus que viviam no Reino Unido foram afetados, assim como os emigrantes britânicos distribuídos pela união aduaneira. Após o resultado do referendo, diversas bolsas europeias registraram quedas significantes, como as de Londres, Frankfurt e Paris, e a libra esterlina desvalorizou, chegando a seu menor valor desde 1985 (HOBOLT, 2016). Buscando estabilizar o mercado financeiro, o presidente do *Bank of England* se pronunciou ainda no dia 24 de junho, afirmando que o Reino Unido teria um montante de £250 bilhões disponível para garantir o funcionamento do sistema bancário do país. Já em agosto, o *Bank of England* diminuiu a taxa de juros do país (figura abaixo), adotando também o *quantitative easing* (BREINLICH, 2017).



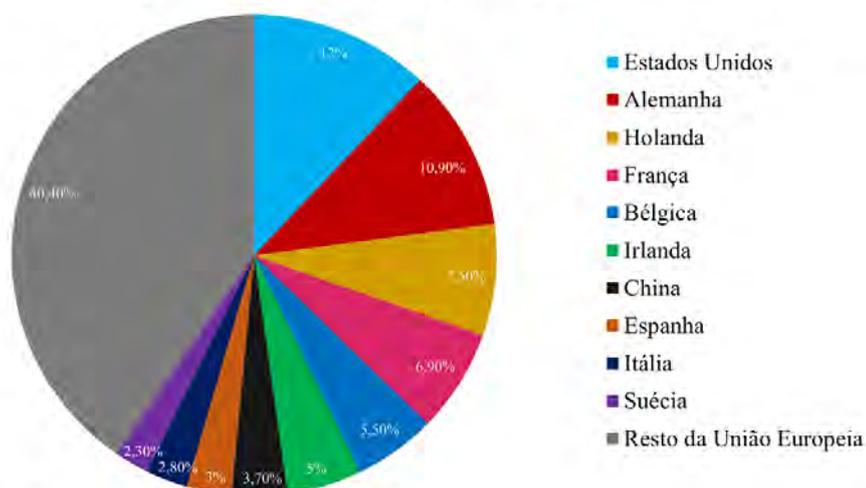
Fonte: *Office for National Statistics, Bank of England*

Figura 32 - Taxas de juros britânicas, 2010-2020.

Conforme explicado no capítulo *O Reino Unido e a União Europeia na década de 2000* (figura 24), a União Europeia representava mais de 50% das exportações e importações britânicas até o começo da década de 2010. Desse modo, os impactos do *Brexit* seriam altos, tanto para o Reino Unido como para os outros membros do bloco, até porque, em 2016, o país contava com 15% do PIB da união aduaneira, sendo o segundo membro que mais contribuía para seu orçamento em termos líquidos (AICHELE; FELBERMAYR, 2015). Ademais, a população britânica representava a terceira maior da União Europeia, além do país ser um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (COSTA, 2017).

Em 2012, o volume de exportações do Reino Unido foi de cerca de €340 bilhões, sendo que aproximadamente 60% foram destinados aos dez maiores parceiros comerciais do país. O Estados Unidos era o país que mais importava do Reino Unido, seguido por países europeus e a China. Dentre os principais bens exportados para o bloco, estavam petróleo, medicamentos, componentes de veículos automotores (especialmente aeronaves e carros) e equipamentos eletrotécnicos. A exportação dos dez principais bens britânicos representava cerca de um terço do total das exportações do país para a União Europeia em 2012 (AICHELE; FELBERMAYR, 2015).

10 maiores exportadores do Reino Unido (%) em 2012

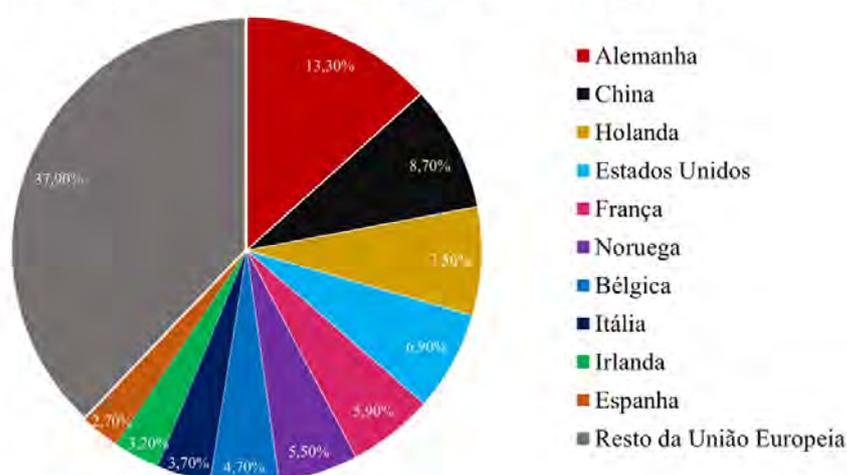


Fonte: Aichele e Felbermayr (2015).

Figura 33 - 10 maiores exportadores do Reino Unido (%) em 2012.

Pelo lado das importações, os dez maiores parceiros comerciais britânicos em 2012 também representavam cerca de 60% das importações do país, totalizando aproximadamente €480 bilhões. A figura abaixo demonstra os 10 países que mais exportavam para o Reino Unido. Deles, apenas três não faziam parte da União Europeia: China, Estados Unidos e Noruega (que faz parte do Espaço Econômico Europeu), como demonstrado abaixo. Os principais bens importados do bloco eram veículos automotivos e seus componentes, produtos químicos e farmacêuticos e equipamentos eletrotécnicos. Dessa forma, o comércio entre o Reino Unido e a União Europeia é intra-industrial, ou seja, eles comercializam bens do mesmo tipo de indústria entre si (AICHELE; FELBERMAYR, 2015).

10 maiores importadores para o Reino Unido (%) em 2012



Fonte: Aichele e Felbermayr (2015).

Figura 34 - 10 maiores importadores para o Reino Unido (%) em 2012.

Segundo o estudo de Douch, Edwards e Soegaard (2019), baseado no método de controle sintético, o resultado do referendo de 2016 impactou a balança comercial britânica antes do *Brexit* ser efetivado. Assim, mesmo que as novas barreiras alfandegárias entre as partes ainda estivessem em negociação, as firmas britânicas e europeias anteciparam a saída britânica, se prevenindo das futuras condições de mercado. Consequentemente, as exportações britânicas de 2017 e 2018 foram inferiores aos níveis que provavelmente seriam atingidos caso o resultado do referendo tivesse sido o do Reino Unido permanecer na União Europeia. Ademais, com a queda na taxa de câmbio €/£, as importações britânicas caíram, diminuindo o bem-estar do povo britânico.

Quanto aos investimentos estrangeiros diretos da União Europeia no Reino Unido, estes dobraram de 2001 a 2012, passando de US\$250 bilhões para US\$500 bilhões. Os países europeus que mais investiam no país eram a Holanda, a França e a Alemanha. Já a economia britânica investiu cerca de US\$800 bilhões em países da União Europeia, especialmente Luxemburgo, Holanda, França e Irlanda. Dessa forma, os investidores britânicos aplicavam mais na União Europeia do que os europeus no Reino Unido (AICHELE; FELBERMAYR, 2015).

Após o referendo de 2016, houve uma queda de 11% nos investimentos estrangeiros diretos europeus no país até setembro de 2018, o equivalente a cerca de £3,5 bilhões. Já os investimentos britânicos no bloco aumentaram em 12%, cerca de £8,3 bilhões. Isso ocorreu porque diversas firmas britânicas anteciparam as maiores restrições ao comércio e à migração geradas pelo *Brexit*, que aumentariam os custos de exportação do Reino Unido para União Europeia. Assim, optaram por redirecionar seus investimentos através da migração ou da compra de empresas de outros membros do bloco. Com isso, grandes empresas britânicas, como a Barclays e o HSBC, investiram na União Europeia ainda antes do *Brexit* ser efetivado (BREINLICH, 2019).

Governo de Theresa May e o *Brexit* (2016-2019)

Em julho de 2016, Theresa May tornou-se a segunda mulher da história a ocupar o cargo de primeira-ministra britânica, comprometendo-se a realizar o *Brexit* mesmo tendo sido a favor da permanência do país no bloco europeu no referendo de junho. Durante o seu governo, ela aumentou os gastos públicos britânicos sendo apoiada por Phillip Hammond, seu chanceler do Tesouro do Reino Unido, estipulando um aumento de £20,5 bilhões no orçamento da saúde até 2023 (HARKER, 2019). Assim como Cameron, May prometeu reduzir a imigração, porém sem sucesso: segundo o *Office for National Statistics*, em 2019 a taxa líquida de migração de países de fora da União Europeia foi a maior já registrada no país. Ela também fundou a Secretaria do Estado para a Saída da União Europeia, que foi abolida no dia 31 de janeiro de 2020, quando o Reino Unido efetivamente deixou o bloco econômico, sobre o governo de Boris Johnson.

No início de 2017, após meses de preparação para as negociações (que contaram também com a participação do parlamento escocês e das assembleias do País de Gales e da Irlanda do Norte), a *tory* convocou o parlamento britânico para aprovar a realização de uma notificação formal de saída à União Europeia com base no artigo 50 do Tratado de Lisboa de 2009 (explicado no capítulo anterior, [O Reino Unido e a União Europeia na década de 2000](#)) (COSTA, 2017). Este determina um prazo máximo de dois anos para a negociação de saída da União Europeia. Como May enviou a carta ao até então presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, no dia 29 de março de 2017, o prazo limite para a saída britânica do bloco seria o dia 29 de março de 2019 (HOBOLT, 2016).

Ainda em junho de 2017, as negociações do *Brexit* iniciaram entre a União Europeia, representada por Michel Barnier, e o Reino Unido, representado por David Davis. O objetivo da primeira fase era estabelecer um acordo de saída favorável às partes, cujos principais tópicos eram os direitos que os cidadãos europeus que viviam no Reino Unido (3,2 milhões) teriam, assim como os britânicos que residiam pelo bloco econômico (1,2 milhão); as obrigações financeiras do Reino Unido com a União Europeia, com o pagamento de uma *divorce bill* (“multa do divórcio”) e; a fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. Em dezembro, um acordo parcial foi atingido, com a garantia de que não haveria uma fronteira rígida entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, protegendo os direitos dos cidadãos britânicos e europeus e estimando uma *divorce bill* de cerca de £35 a £39 bilhões a ser paga a partir de 2019. Já a segunda fase das negociações determinaria as futuras relações comerciais entre a União Europeia e o Reino Unido após o *Brexit*. Desde então, o país já afirmava que não permaneceria no mercado comum europeu, que se baseava na livre movimentação de bens, serviços, capital e trabalho (indivíduos). Por outro lado, buscava estabelecer um tratado de livre comércio com o bloco, que englobasse também outros campos de cooperação entre as partes, sem afetar as políticas nacionais.

Já em junho de 2018 foi assinado o *Great Repeal Bill*, responsável por anular o *European Communities Act* de 1972 (que submetia a lei britânica à europeia, conforme explicado no capítulo [O Reino Unido e a Comunidade Econômica Europeia nas décadas de 1970 e 1980](#)) e introduzir a necessidade da aprovação parlamentar na revogação de decretos relacionados à legislação europeia no país. Essa lei constitucional facilitou o processo de transição do *Brexit*, garantindo que as normas implementadas enquanto o Reino Unido fazia parte do bloco econômico permanecessem vigentes até o parlamento as abolir (COSTA, 2017).

Em novembro de 2018, os 27 membros do bloco aprovaram o acordo de saída negociado entre o governo May e a União Europeia, que deveria então ser aceito pelo Parlamento do Reino Unido. Antes da votação, em dezembro, a Câmara dos Comuns britânica aprovou uma moção de desacato, a primeira da história do país, porque o governo britânico não havia disponibilizado os relatórios jurídicos completos sobre o acordo que havia sido negociado, mas apenas um resumo. Dessa forma, nos dias 15 de janeiro e 12 de março de 2019, o parlamento britânico reprovou o acordo proposto por May. Consequentemente, a crise política aumentou ainda mais no país, gerando o temor de uma saída do bloco econômico sem um acordo.

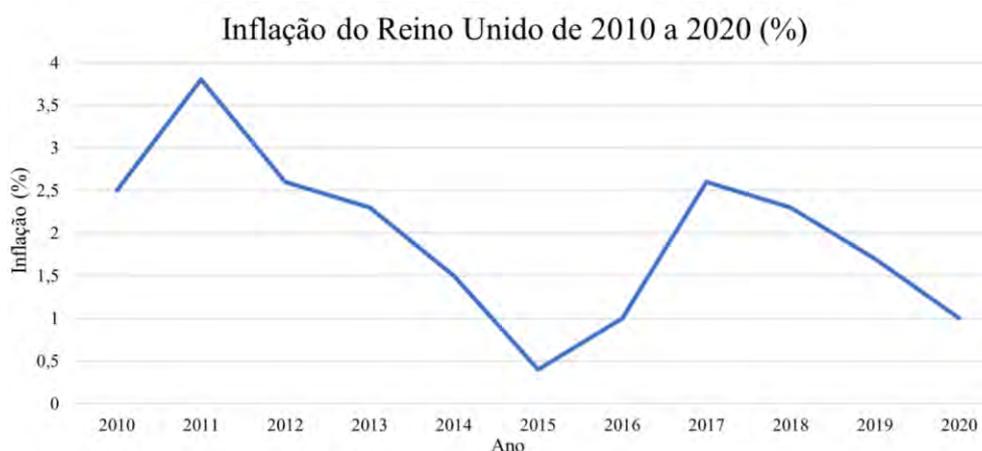
Se o *no-deal Brexit* fosse efetivado, os cidadãos britânicos só poderiam circular pelos membros da União Europeia por até 90 dias de 180 como turistas (e vice-versa), o comércio de bens pelo continente seria feito com base nas regras e tarifas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o país perderia a cooperação europeia contra o crime e o terrorismo. Segundo um estudo do *Her Majesty's Treasury* (2016), essa saída abrupta geraria uma queda de cerca de 7,5% no PIB britânico em 15 anos e, dessa forma, deveria ser evitada. O *Bank of England* também se posicionou como contrário ao *no-deal Brexit*, afirmando que essa ruptura geraria uma crise econômica de altas proporções ao país, resultando em desemprego (estimativa de perda de 300.000 empregos), inflação, desvalorização da libra e queda no preço dos imóveis e no PIB (projeção de queda de £40 bilhões em 2021), segundo dados do *Office for Budget Responsibility*. Nesse contexto, os protestos contra o *Brexit*, que ocorriam desde 2016, quando mais de 2,5 milhões de pessoas assinaram uma petição solicitando a realização de um segundo referendo, voltaram a se intensificar até a efetivação da saída britânica da União Europeia. Porém, o governo britânico não aprovou as solicitações, argumentando que antes do referendo de 2016 David Cameron havia afirmado que o desejo do público seria respeitado.

Por outro lado, o Tratado de Lisboa permite que o prazo de dois anos seja estendido por decisão unânime do Conselho Europeu e do país-membro em questão (COSTA, 2017). Assim, as partes aprovaram a prorrogação do prazo para 22 de maio de 2019 caso o parlamento britânico aceitasse o acordo negociado em uma nova votação ou 12 de abril de 2019 para indicar novas diretrizes caso contrário. No final de março, o parlamento se opôs novamente ao acordo e, consequentemente, Theresa May solicitou uma nova extensão ao Conselho Europeu, que permitiu uma prorrogação até o dia 31 de outubro de 2019, desde que o Reino Unido realizasse as eleições parlamentares europeias em maio.

Assim, no dia 23 de maio foram realizadas as eleições parlamentares europeias no Reino Unido, permitindo a prorrogação do prazo do *Brexit*. O Partido Conservador perdeu 15 assentos e o até então *Brexit Party* (atualmente denominado *Reform UK*), liderado por Nigel Farage (político que anteriormente representava o *United Kingdom Independence Party* – UKIP), conquistou 29 cadeiras. Já os partidos contrários à saída britânica do bloco (como os liberais democratas) receberam 55,5% dos votos, o equivalente a 37 assentos.

No dia seguinte às eleições europeias e altamente pressionada após o parlamento britânico recusar três vezes seu acordo estabelecido com a União Europeia, Theresa May renunciou ao cargo de primeira-ministra, sendo substituída por Boris Johnson no dia 24 de julho de 2019.

O gráfico abaixo demonstra a inflação do Reino Unido ao longo da década de 2010. Percebe-se que ela esteve em queda a partir de 2011 (3,8%), chegando ao seu menor valor registrado em 2015, de 0,4%, de acordo com o Banco Mundial. Em 2016 e 2017, ela aumentou por conta do risco gerado pelo *Brexit* à economia britânica, com a incerteza e o temor de uma saída sem acordo. A depreciação da libra esterlina após o referendo de 2016 também aumentou os custos de importação para o Reino Unido, tornando a exportação de bens britânicos mais barata para os outros países e impulsionando a inflação. Consequentemente, o resultado do referendo impactou negativamente o mercado financeiro, devido à fuga de capitais. Assim, em 2017 a inflação ultrapassou a meta do *Bank of England* de 2%, atingindo 2,6% e prejudicando a qualidade de vida da população britânica, cujo crescimento do salário real médio caiu (BREINLICH, 2017). De 2018 a 2020, a inflação do país decresceu, chegando a 1%, já durante a crise da pandemia do *coronavírus* e com o *Brexit* efetivado.



Fonte: *The World Bank Data* (2021).

Figura 35 - Inflação britânica, 2010-2020.

Governo de Boris Johnson, o *Brexit* e suas perspectivas futuras (2019-)

Após menos de três meses no cargo, em outubro de 2019, Johnson chegou ao acordo final do *Brexit* com a Comissão Europeia, que foi aprovado pelo Conselho Europeu. Porém, o parlamento britânico impôs a necessidade de prorrogar o prazo para estabelecer legislações que permitissem a sua implementação no país. Assim, Johnson solicitou uma extensão ao bloco, que o prorrogou para o dia 31 de janeiro de 2020.

Já em dezembro de 2019, o *tory* convocou eleições gerais, porque o país estava em um governo de coligação com o Partido Unionista Democrático da Irlanda do Norte desde as eleições de junho de 2017, que foram convocadas por May. No dia 12 de dezembro, o Partido Conservador recebeu a maioria dos votos com base na campanha *Get Brexit Done* (“Implementar o *Brexit*”), permitindo que o *tory* tivesse independência para seguir com a saída britânica da União Europeia (PETRIE, 2021).

No dia 23 de janeiro de 2020, o Parlamento do Reino Unido aceitou o *The EU-UK Withdrawal Agreement*, seguido pelo Parlamento Europeu, que o aprovou no dia 29 de janeiro. No dia seguinte, o Conselho da União Europeia concluiu a ratificação do acordo, que havia sido assinado no dia 24 por Johnson, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. Dessa forma, no dia 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido deixou a União Europeia após mais de 47 anos no bloco. A partir de então, iniciou-se o período de transição, em que o país permaneceu subordinado às leis europeias, participando de seu mercado comum, de sua união aduaneira e contribuindo para o seu orçamento, mas sem participar de suas instituições por conta das negociações do novo acordo comercial. Esse período permitiu que as firmas e os cidadãos britânicos e europeus se ajustassem à nova situação e os governos pudessem negociar e determinar suas novas relações comerciais, políticas e econômicas.

O acordo final de saída da União Europeia foi uma revisão do negociado por May em 2018, alterando apenas 5% dele (HOLDER, 2019). Ele também garantia o direito dos cidadãos britânicos e europeus e seus familiares, que já viviam fora de seu país de origem, de permanecerem como residentes no país, podendo ingressar e sair livremente. A *divorce bill* estimada era de cerca de £33 bilhões segundo o *Office for Budget Responsibility* (órgão do tesouro britânico responsável por realizar estimações relacionadas às finanças públicas do país), equivalente à negociada no acordo anterior, que incluía também os valores que foram desembolsados pelo governo britânico em 2019 e 2020.

A maior diferença entre o acordo firmado e o de May era relacionada à Irlanda do Norte. Com a saída britânica do bloco europeu, sua fronteira com a Irlanda representaria a delimitação entre o Reino Unido e a União Europeia. Como eles passariam a adotar diferentes regulações em relação ao comércio, seria necessário implementar controles alfandegários na fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. Porém, desde o princípio das negociações do *Brexit*, as partes se comprometeram a respeitar o Acordo de Belfast de 1998 (explicado no capítulo [O Reino Unido e a União Europeia na década de 1990](#)), que garantiu a paz na ilha e implementou uma fronteira sem quaisquer controles de passaporte e alfandegários a partir de 2005.

O acordo de Theresa May de 2018 incluía o *irish backstop*, no qual o Reino Unido inteiro ingressaria em uma nova união aduaneira com a União Europeia, eliminando completamente a necessidade de alfândega entre as partes. Porém, o país permaneceria subordinado a várias leis do bloco europeu, o que desagradava a maioria dos defensores do *Brexit*, que desejavam que o Reino Unido retomasse a sua soberania. Por isso, o acordo foi rejeitado três vezes pelo parlamento britânico.

Por outro lado, o acordo de Johnson substituiu o *irish backstop* pelo Protocolo Irlanda/Irlanda do Norte, no qual a Grã-Bretanha deixou a União Europeia, mas a Irlanda do Norte permaneceu no mercado comum europeu apenas em relação a bens, estando subordinada à parte de suas regulações (especialmente relacionadas à alfândega). Essa determinação também respeita o Acordo de Belfast, porque a fronteira da ilha permanece sendo aberta, com livre circulação de mercadorias. Porém, a Irlanda do Norte passou a ser o ponto de entrada na união aduaneira, introduzindo a necessidade da implementação de controles alfandegários entre a ilha e a Grã-Bretanha (PETRIE, 2021). Assim como o *irish backstop*, o protocolo reconhece a área comum de livre circulação existente entre a Irlanda e o Reino Unido, que garante o direito dos cidadãos britânicos e irlandeses de se movimentarem entre os países.

Além disso, o Protocolo Irlanda/Irlanda do Norte determina que esse acordo deve ser aprovado a cada quatro anos pela maioria simples da Assembleia da Irlanda do Norte, com a primeira votação marcada para dezembro de 2024. Se seu resultado for contrário ao protocolo, serão necessárias novas negociações entre as partes para manter a fronteira entre os países aberta.

Em março de 2020, o Reino Unido e a União Europeia iniciaram as negociações referentes a seu futuro acordo comercial, que foram finalizadas no dia 24 de dezembro, a uma semana do prazo estipulado. Já no dia 29 de dezembro de 2020, o Conselho da União Europeia aprovou sua celebração e, no dia seguinte, ele foi assinado por Boris Johnson, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. No dia seguinte, *The European Union (Future Relationship) Act 2020* foi aceito pela Câmara dos Comuns do Parlamento do Reino Unido. O acordo foi aplicado a título provisório a partir de 1 de janeiro de 2021, tendo entrado em vigor a partir de 1 de maio de 2021. Ele pode ser revisto pelas partes após pelo menos quatro anos. Também foi firmado um acordo relacionado à cooperação nuclear e outro responsável por garantir o compartilhamento de informações confidenciais entre o Reino Unido e a União Europeia, focado na segurança nacional e do continente. Visando manter sua soberania, o país optou por não atrelar diversas de suas políticas nacionais às do bloco econômico.

O Acordo de Comércio e Cooperação União Europeia-Reino Unido (*EU–UK Trade and Cooperation Agreement*) estabeleceu a cooperação em áreas relacionadas à pesca, transporte, propriedade intelectual, energia, meio-ambiente e seguro social, além de determinar a participação britânica em certos programas do bloco europeu, como em pesquisa e desenvolvimento. Por outro lado, não há mais livre circulação de pessoas entre as partes. Com isso, cidadãos britânicos necessitam de vistos para permanecerem por mais de 90 dias em um período de 180 em países da União Europeia ou para trabalharem em um de seus países-membro (o mesmo se aplica aos cidadãos europeus em relação ao Reino Unido), tendo que lidar com filas maiores nos aeroportos. Entretanto, segundo o acordo, os cidadãos britânicos que estiverem na União Europeia têm acesso à saúde pública do país caso necessário, assim como os europeus no Reino Unido, além de outros direitos, como pensões e auxílio maternidade.

O Reino Unido também deixou de seguir a Política Comum das Pescas do bloco europeu, que determina as quantidades de cada espécie de peixe que os membros podem extrair de seu território marítimo. Dessa forma, o Acordo de Comércio e Cooperação União Europeia-Reino Unido introduziu novas regras relacionadas a essa área, com um período de transição de cinco anos e meio. Segundo o acordo, as quotas europeias de pesca no território marítimo britânico seriam reduzidas em 15% em 2021 e a cada ano haveria um decréscimo de mais 2,5% até 30 de junho de 2026, quando o país terá retomado 25% das quotas europeias em seu território em relação aos níveis pré-*Brexit*. O acordo também prevê a negociação anual das frações que cada parte poderá extrair do território alheio. Assim, com o fim do período de transição, o Reino Unido terá o direito de proibir completamente a pesca europeia em seu território. Caso implemente essa política, é provável que a União Europeia também proíba a pesca britânica em seu território ou aumente suas tarifas de importação de peixes britânicos.

O acordo firmado determinou zero tarifas aduaneiras e quotas de importação para bens no comércio entre as partes, porém houve a introdução de controles alfandegários, dado que o Reino Unido saiu do mercado único europeu e da união aduaneira europeia. Por conta do Protocolo Irlanda/Irlanda do Norte, as regras do acordo de comércio relacionadas ao fluxo de bens entre o Reino Unido e a União Europeia não se aplicam à Irlanda do Norte.

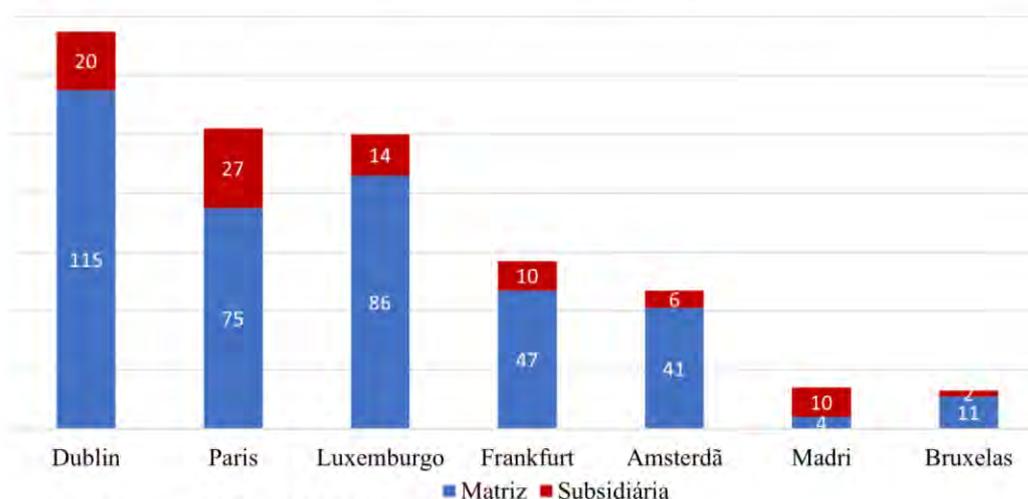
Apesar do *Brexit* ser recente e do viés gerado pela crise econômica da pandemia do *coronavírus*, seus efeitos de curto-prazo sobre o comércio do Reino Unido com a União Europeia são perceptíveis. A partir de 2021, a economia britânica já não estava mais sujeita às leis e instituições europeias e, assim, em janeiro a União Europeia introduziu controles alfandegários para bens provindos da economia britânica. Por falta de infraestrutura e visando reduzir as dificuldades de abastecimento no contexto da pandemia, o Reino Unido adiou a implementação desses controles para janeiro de 2022. Conseqüentemente, os exportadores europeus se beneficiaram com essa medida no curto-prazo, enquanto os britânicos se prejudicaram, porque passaram a ter os custos da alfândega europeia. Ademais, um dos principais efeitos de curto-prazo do *Brexit* à economia britânica foi a falta de imigrantes europeus nos setores alimentício e de transporte e estocagem, tendo crises de abastecimento de alimentos e de combustíveis pelo país, além do atraso na entrega de diversas mercadorias por conta do aumento nos custos de transporte.

Segundo o *Office for National Statistics*, ao comparar o primeiro trimestre de 2019 com o de 2021, houve uma queda de £36 bilhões (13%) na exportação de bens e serviços britânicos e de £66 bilhões (22%) nas importações totais. De acordo com o *Institute of Export & International Trade*, a exportação britânica de alimentos e bebidas para a União Europeia caiu 27,4% no mesmo período, com uma queda de mais de 50% nas exportações desses bens para a Alemanha, Espanha e Itália. Por outro lado, a exportação desses produtos para o resto do mundo caiu em apenas 1,5%. Do primeiro semestre de 2020 ao de 2021, houve um acréscimo expressivo na exportação de alimentos e bebidas para países da América Latina e Ásia (aumento de 13% na exportação desses bens para países do resto do mundo, mas queda de 15,9% para países da união aduaneira). Quanto às importações de alimentos e bebidas do bloco, essas caíram cerca de 14,9% ao comparar o primeiro semestre de 2019 ao de 2021, porque mesmo no contexto da pandemia, ainda não foram implementadas as barreiras não tarifárias que encareceriam esses produtos e, assim, a estimativa é que a partir de 2022 essa queda seja ainda mais acentuada de acordo com a *Food & Drink Federation*. Já a importação desses bens do resto do mundo aumentou em 3,1% no mesmo período. Ademais, a exportação de bens industriais britânicos caiu em mais de 17% em relação aos níveis do primeiro semestre de 2019, dado que grande parte dos importadores desses bens são membros da União Europeia, além do impacto negativo da pandemia (*Institute of Export & International Trade*, 2021).

Por outro lado, o acordo introduziu barreiras tarifárias referentes à transação de serviços entre as partes. Esse setor representa 80% da economia britânica, sendo que cerca de 40% de suas exportações eram destinadas à União Europeia enquanto o país fez parte do bloco. Com isso, o mercado financeiro britânico, responsável por cerca de 7% do PIB do país em 2019 e arrecadação tributária de £76 bilhões em 2020, é visto como um dos setores mais vulneráveis ao *Brexit* (HALL; HENEGHAN, 2021). Dessa forma, foram impostas barreiras à exportação de serviços financeiros britânicos, com o fim do *passporting*, sistema europeu que permite que firmas europeias ofertem serviços pelo bloco com baixa regulação, facilitando a criação de subsidiárias. Além disso, foram implementadas restrições a trabalhadores britânicos em viagens de negócios à União Europeia, dificuldades no reconhecimento de qualificações acadêmicas entre cidadãos britânicos e europeus e outras limitações à oferta de serviços financeiros britânicos pelo bloco econômico (e vice-versa). Atualmente, esses serviços são negociados caso a caso, dependendo do país-membro e da área de atuação.

Conseqüentemente, diversas firmas britânicas migraram ou abriram subsidiárias na União Europeia para manter o serviço oferecido a clientes europeus à custos menores (enquanto as partes não firmam um novo acordo favorável para esse setor) (HALL; HENEGHAN, 2021). De 2016 a abril de 2021, cerca de 440 instituições financeiras britânicas realocaram parte de seus negócios e trabalhadores para a União Europeia, de modo que mais de £900 bilhões de ativos bancários (10% do sistema bancário britânico) foi transferido para membros do bloco. Dublin recebeu aproximadamente 135 firmas britânicas, enquanto 102 migraram para Paris, 93 para Luxemburgo, 62 para Frankfurt (majoritariamente bancos) e 48 para Amsterdã, que substituiu a *city of London* na posição de maior centro financeiro europeu de janeiro a junho de 2021. Ademais, a maioria das firmas que emigraram eram a matriz da empresa, conforme demonstrado na figura abaixo (HAMRE; WRIGHT, 2021).

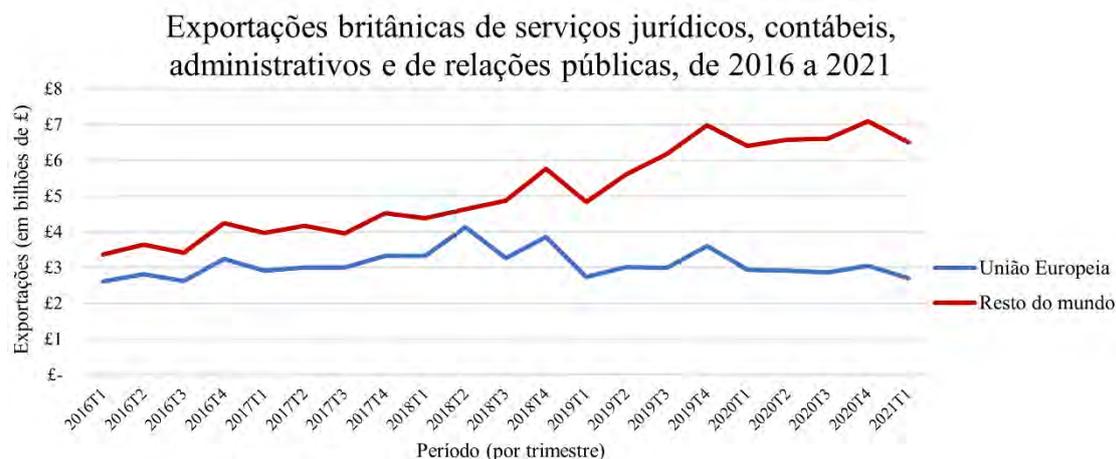
Número de firmas que migraram do Reino Unido para cidades europeias em resposta ao *Brexit*



Fonte: Hamre e Wright (2021).

Figura 36 - Número de firmas que migraram do Reino Unido para cidades europeias em resposta ao *Brexit*.

Além disso, segundo uma pesquisa da empresa *Ernst & Young*, cerca de £1,3 trilhões em ativos (cerca de 13% do total de ativos gerenciados no país) e 7.600 empregos relacionados à serviços financeiros foram transferidos do Reino Unido para o bloco econômico de 2016 a 2020. Considerando que há aproximadamente 1,1 milhão de empregados no mercado financeiro do Reino Unido, esse valor é baixo, inferior às expectativas de mercado.



Fonte: *Office for National Statistics*.

Figura 37 - Exportações britânicas de serviços jurídicos, contábeis, administrativos e de relações públicas, 2016-2021 (por trimestre).

De acordo com a figura acima, com base em estatísticas do *Office for National Statistics*, a exportação de serviços contábeis, jurídicos e administrativos britânicos para a União Europeia caiu £40 milhões (1,3%) ao comparar o primeiro trimestre de 2021 com o de 2019, por conta da pandemia do coronavírus e do *Brexit*, enquanto a exportação desses serviços para países do resto do mundo aumentou em £1,7 bilhão (34,6%) nesse período (impulsionado por um aumento de £1,2 bilhão para os Estados Unidos). Ademais, ao comparar o primeiro trimestre de 2019 com o de 2021, houve um aumento de £80 milhões (1,4%) na exportação de serviços financeiros britânicos para a União Europeia. Por outro lado, foi registrada uma queda de £570 milhões (35,2%) na importação de serviços financeiros europeus pelo Reino Unido, especialmente da França, Irlanda e Holanda conforme a figura 38. Entretanto, é interessante notar que mesmo com a pandemia e o *Brexit*, houve um aumento nas importações de serviços financeiros da Alemanha pelo Reino Unido. Já a proporção da importação britânica de serviços financeiros de países de fora da União Europeia aumentou, impulsionada pelo aumento na importação dos Estados Unidos, de Singapura (120%) e da Coreia do Sul (263%).

A saída da União Europeia permitiu que o Reino Unido firmasse novos acordos comerciais (bilaterais) com outros blocos econômicos e países de maneira independente. Com isso, o país passou a estabelecer pactos comerciais com terceiros com liberdade, visando maximizar o seu retorno e a sua utilidade, o que segundo os defensores do *Brexit* impulsionará a economia britânica no longo-prazo. Ainda em julho de 2021, o Reino Unido já havia assinado acordos com cerca de 70 países de fora da União Europeia, segundo o site oficial do governo britânico.

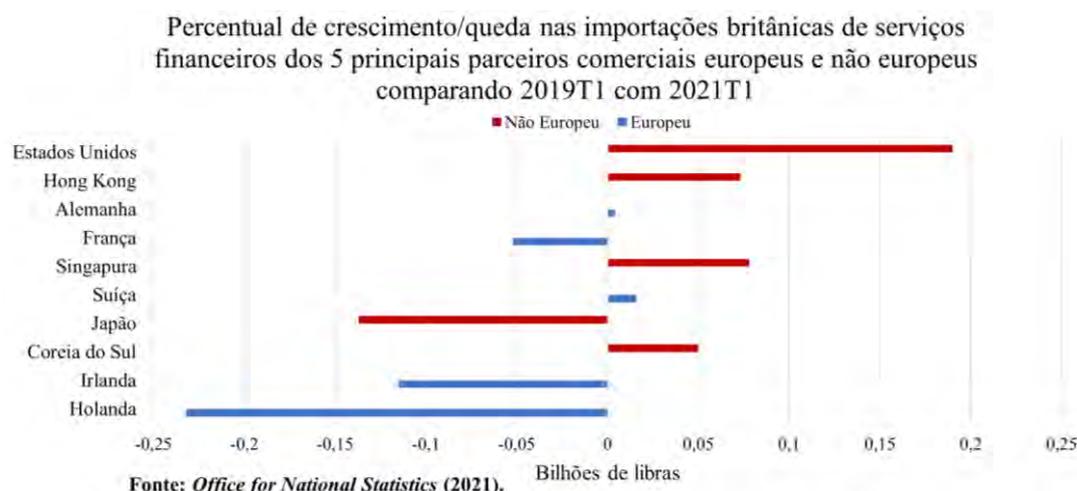


Figura 38 – Percentual de crescimento/queda nas importações britânicas de serviços financeiros dos 5 principais parceiros comerciais europeus e não europeus comparando 2019T1 com 2021T1.

Portanto, os impactos do *Brexit* no curto-prazo à economia britânica são, em média, menores do que a expectativa do mercado. Assim, seus efeitos sobre os setores das economias britânica e europeia poderão ser mensurados e analisados a longo-prazo, sem o viés da pandemia do *coronavírus*. Há estudos que apontam que ele tende a reduzir a renda *per capita* real britânica e diminuir a imigração europeia para o Reino Unido. Porém, o efeito sobre as principais variáveis macroeconômicas britânicas, especialmente o crescimento econômico, dependerá do quanto o comércio internacional (com base nos novos acordos firmados) compensará a queda do comércio britânico com o bloco econômico, *ceteris paribus*. No curto-prazo já é possível perceber um aumento do comércio britânico com os Estados Unidos e o resto do mundo, que pode superar as perdas do comércio com o bloco econômico (que foram mitigadas com o tratado de livre comércio de bens e poderão ser atenuadas com o estabelecimento de um novo acordo relacionado ao setor de serviços). Esse crescimento do comércio do Reino Unido com o resto do mundo a partir de 2021 demonstra a relevância do *Brexit* à nível internacional. Ademais, é provável que nos próximos anos diversas firmas europeias abram escritórios no país, visando ofertar seus serviços aos cidadãos britânicos a custos menores (HAMRE; WRIGHT, 2021). Por fim, segundo HALL e HENEGHAN (2021), é possível que a desigualdade social regional britânica diminua a longo-prazo, com Londres perdendo seu *status* de principal centro financeiro europeu. Dessa forma, há a possibilidade de ocorrer uma redistribuição de renda entre as regiões britânicas, com o crescimento de setores cuja demanda é alta por economias do resto do mundo e a desaceleração daqueles relacionados ao comércio europeu, como a indústria automobilística.

Conclusão

O objetivo desta monografia foi explorar e esclarecer as possíveis causas e consequências econômicas, sociais e políticas do *Brexit* às economias britânica e europeia, a partir de um estudo histórico e empírico das principais variáveis macroeconômicas dos países relevantes. Para isso, a investigação focou no impacto da União Europeia sobre a economia britânica.

Desde a adesão do Reino Unido à Comunidade Econômica Europeia em 1973, o país e o bloco econômico prosperaram economicamente. A eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias aumentou o comércio entre os países-membro, impulsionando os setores automobilístico, químico, farmacêutico, petrolífero e de serviços (especialmente financeiros) britânicos ao longo das décadas. Porém, o país optou por ingressar no bloco porque visava a integração econômica, e não política, do continente. Dessa forma, os primeiros-ministros conservadores britânicos desse período, como Margareth Thatcher e John Major, foram contrários à maior integração política do bloco, que passou a introduzir leis relacionadas a políticas trabalhistas e sociais por exemplo.

A partir de 2004, após o governo trabalhista de Tony Blair facilitar a entrada de imigrantes do leste europeu ao Reino Unido, houve um crescimento do euroceticismo britânico, tanto por conta da xenofobia como pelo impacto dos trabalhadores europeus nos serviços públicos do país e nos salários dos britânicos de baixa renda. Na década de 2010, partidos nacionalistas britânicos se fortaleceram como consequência dessa insatisfação da maioria dos cidadãos com o bloco econômico, que desejavam que o Reino Unido recuperasse a sua soberania. Em 2016, foi realizado o referendo que culminou no *Brexit*, gerando instabilidade política e econômica ao Reino Unido e à União Europeia.

A partir de 2021, com a vigência do novo acordo comercial entre as partes, nota-se uma queda no comércio, principalmente de serviços, entre as economias britânica e europeia. Entretanto, além do *Brexit* ser recente, seus efeitos de curto-prazo são mensurados com viés por causa da crise econômica da pandemia. Por fim, evidencia-se a necessidade do estudo de suas consequências no longo-prazo para as economias britânica, europeia e mundiais (devido ao provável aumento no comércio entre o país e os Estados Unidos, as economias asiáticas, da América Latina e da *Commonwealth*).

Referências Bibliográficas

ACORDO de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido. **Comissão Europeia**, 2021. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/strategy/relations-non-eu-countries/relations-united-kingdom/eu-uk-trade-and-cooperation-agreement_pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

AICHELE, R.; FELBERMAYR, G. Costs and benefits of a United Kingdom exit from the European Union. **Bertelsmann Stiftung**, 2015. Disponível em: <https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/BSt/Publikationen/GrauePublikationen/NW_BREXIT_EN.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ALBERTSON, K; STEPNEY, P. 1979 and all that: a 40-year reassessment of Margaret Thatcher's legacy on her own terms. **Cambridge Journal of Economics**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 319–342, 2020.

ARNORSSON, A.; ZOEGA, G. On the causes of Brexit. **European Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 55, p. 301-323, 2018.

BAILEY, D. Comment: The Brexit trade deal and what it means for the UK automotive industry. **Car Dealer Magazine**, 2021. Disponível em: <<https://cardealermagazine.co.uk/publish/comment-the-brexit-trade-deal-and-what-it-means-for-the-uk-automotive-industry/211920>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BARROW, B; SIMS, P. 'British jobs for British workers': Wildcat strikes spread over foreign workers shipped into the UK. **MailOnline**, 31 jan. 2009. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-1131708/British-jobs-British-workers-Wildcat-strikes-spread-foreign-workers-shipped-UK.html>>. Acesso em: 27 set. 2021.

BECKER, S; FETZER, T; NOVY, D. Who voted for Brexit? A comprehensive district-level analysis. **Economic Policy**, [s. l.], v. 32, n. 92, p. 601–650, 2017.

BENATI, L. The 'Great Moderation' in the United Kingdom. **European Central Bank**, 2007. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp769.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BOFFEY, D.; O'CARROLL, L. UK and EU agree Brexit trade deal. **The Guardian**, 24 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2020/dec/24/uk-eu-agree-brexit-trade-deal-agreement>>. Acesso em: 30 out. 2021.

BREINLICH; H *et al.* The Brexit Vote, Inflation and UK Living Standards. **Centre for Economic Performance**, 2017. Disponível em: <<https://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit11.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2021.

BREINLICH; H *et al.* Voting with their money: Brexit and outward investment by UK firms. **The Competitive Advantage in the Global Economy Background Briefing Series**, 2019. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/economics/research/centres/cage/publications/policybriefings/2019/voting_with_their_money_brexit_and_outward_investment_by_uk_firms/>. Acesso em: 31 out. 2021.

BREXIT: a timeline. **Al Jazeera**, 15 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/1/15/brexit-a-timeline>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BREXIT referendum spurs British companies into investing in EU – research. **Reuters**, 11 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/uk-britain-eu-investment-idUKKCN1Q003D?edition-redirect=uk>>. Acesso em: 31 out. 2021.

BREXIT: What did you agree with the UK today? **Comissão Europeia**, 17 out. 2019. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/qanda_19_6122>. Acesso em: 31 out. 2021.

BREXIT: What you need to know about the UK leaving the EU. **BBC News**, 30 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-32810887>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BREXIT: Why is there a row over fishing rights? **BBC News**, 5 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/46401558>>. Acesso em: 31 out. 2021.

BUDD, A. Black Wednesday – a re-examination of Britain's experience in the Exchange Rate Mechanism. **The Institute of Economic Affairs**, 2005. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=734203>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CAMERON obtém maioria absoluta e líder trabalhista britânico renuncia. **G1**, 8 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/lider-trabalhista-britanico-admite-vitoria-de-cameron-e-renuncia.html>> Acesso em: 18 out. 2021.

CHAPLAIN, C. From Poll Tax to the People's Vote march: The biggest protests in recent British history – and the impact they have had. **INews**, 22 out. 2018. Disponível em: <<https://inews.co.uk/news/brexit/peoples-vote-march-poll-tax-political-protest-impact-list-212206>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CINCO factos que precisa de saber sobre o Tratado de Maastricht. **Banco Central Europeu**. 1 fev. 2020. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/explainers/tell-me-more/html/25_years_maastricht.pt.html>. Acesso em 21 ago. 2021.

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua política exterior (história, instituições e processo da tomada de decisão)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

CRAFTS, N. The Postwar British Productivity Failure, **Warwick Economics Research Papers**, 2017. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/wrk/warwec/1142.html>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

DEACON, David.; GOLDING, Peter. **Taxation and Representation: The Media, Political Communication and the Poll Tax**. Kent: John Libbey & Company, 1994.

DOUCH, M; EDWARDS, T; SOEGAARD, C. **The Trade Effects of Announcement Shocks: Brexit as a natural field experiment**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <<https://www.etsg.org/ETSG2018/papers/200.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2021.

DURY, H. Black Wednesday, [s. d.]. Disponível em: <https://is.muni.cz/el/1456/podzim2011/MPF_AFIN/um/27608616/27608949/Black_Wednesday.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

DUSTMANN, C.; FRATTINI, T.; PRESTON, I. The Effect of Immigration along the Distribution of Wages. **Oxford University Press**, Oxford, v. 80, n.1, p. 145-173, 2012.

EDWARDS, C. Margaret Thatcher's Privatization Legacy. **Cato Journal**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 89-101, 2017.

ELLISON, J. *et al.* Britain and the European Union: Lessons from History, **Mile End Institute**, 2016. Disponível em: <[https://www.qmul.ac.uk/mei/media/mei/documents/publications/499_16-Britain-and-European-Union-brochure-artwork2-\(web\).pdf](https://www.qmul.ac.uk/mei/media/mei/documents/publications/499_16-Britain-and-European-Union-brochure-artwork2-(web).pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2021.

EU referendum: Cameron sets June date for UK vote. **BBC News**, 20 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-35621079>>. Acesso em: 19 out. 2021.

EU referendum petition signed by more than 2.5m. **BBC News**, 25 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-36629324>>. Acesso em: 31 out. 2021.

EU referendum: Results. **BBC News**, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results>. Acesso em: 24 out. 2021.

EUROPEAN elections 2019: Key points at a glance. **BBC News**, 27 maio 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-48418834>>. Acesso em: 26 out. 2021.

EXPORTS snapshot: H1 2021. **Food and Drink Federation**, 2 set. 2021. Disponível em: <<https://www.fdf.org.uk/fdf/resources/publications/exports-reports/exports-h1-2021/>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FERRIE, D. Questions and Answers on the United Kingdom's withdrawal from the European Union on 31 January 2020. **European Commission**, 24 jan. 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/QANDA_20_104>. Acesso em: 31 out. 2021.

FRASER, W. **A History of British Trade Unionism, 1700–1998**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1999.

FREEDLAND, J. Gordon Brown: without winning an election, he has left a legacy greater than Tony Blair's. **The Guardian**, 1 dez 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/dec/01/gordon-brown-legacy-tony-blair-global-economy-uk>>. Acesso em: 18 out. 2021.

GALOUCHKO, K; METCALF, T. London Edges Back Ahead of Amsterdam as Europe's Trading Hub. **Bloomberg**, 2 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-07-02/london-edges-back-ahead-of-amsterdam-as-europe-s-top-trading-hub>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GDP and special events in history. **Office for National Statistics**, 25 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/grossdomesticproductgdp/articles/gdpandspecialleve ntsinhistory/2016-11-25>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GDP, current prices. **FMI**, c2021. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

GDP growth (annual %) - OECD members, United Kingdom. **The World Bank Data**, c2021. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2020&locations=OE-GB&start=2010>>. Acesso em: 22 out. 2021.

GENERAL government spending. **OECD Data**, 2021. Disponível em: <<https://data.oecd.org/gga/general-government-spending.htm>>. Acesso em: 21 out. 2021.

GERMAN-UK cooperation. **Federal Foreign Office**, 05 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/europa/brexit-where-are-we-now-what-next/2204138>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GRAHAM, S. EY Financial Services Brexit Tracker: UK Financial Services Firms continue to incrementally move assets and relocate jobs to the EU, but changes since the Brexit deal are small. **EY**, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://www.ey.com/en_uk/news/2021/03/ey-financial-services-brexit-tracker--uk-financial-services-firms-continue-to-incrementally-move-assets-and-relocate-jobs-to-the-eu-but-changes-since-the-brexit-deal-are-small>. Acesso em: 16 nov. 2021.

GRAHAM, W. New figures show 'disastrous drop' in UK food and drink exports to the EU since 2019 **Institute of Export and International Trade**, 2 set. 2021. Disponível em: <<https://www.export.org.uk/news/578772/New-figures-show-disastrous-drop-in-UK-food-and-drink-exports-to-the-EU-since-2019.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GRICE, A. David Cameron immigration pledge 'failed spectacularly' as figures show net migration almost three times as high as Tories promised. **The Independent**, 26 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/generalelection/tory-immigration-pledge-failed-spectacularly-figures-show-net-migration-nearly-three-times-high-david-cameron-promised-10071710.html>>. Acesso em: 18 out. 2021.

GUROVITZ, H. O efeito dramático do Brexit. **G1**, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/o-efeito-dramatico-do-brexit.html>>. Acesso em: 24 out. 2021.

HALL, S; HENEGHAN, M. Brexit and financial services: five years on. **UK in a Changing Europe**, 24 jun. 2021. Disponível em: <<https://ukandeu.ac.uk/brexit-financial-services/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

HAMRE, E; WRIGHT, W. Brexit & The City: The Impact So Far. **New Financial**, 2021. Disponível em: <<https://newfinancial.org/brexit-the-city-the-impact-so-far/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

HARARI, D. Slowing economic growth, Brexit and the productivity challenge. **House of Commons Library**, 15 jan. 2020. Disponível em: <<https://commonslibrary.parliament.uk/slowing-economic-growth-brexit-and-the-productivity-challenge/>>. Acesso em: 10 jun. de 2021.

HARDY, E. The last time unemployment was this low was 1974: So how did 70s Britain crumble from economic success to power cuts, inflation and rubbish in the streets?. **This is Money**, 24 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.thisismoney.co.uk/money/news/article-7150007/What-life-like-1970s-Britain-time-unemployment-low.html>>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

HARKER, R. NHS Funding and Expenditure. **House of Commons Library**, 17 jan. 2019. Disponível em: <<https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/SN00724/SN00724.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

HENDERSON, A. *et al.* England, Englishness and Brexit. **The Political Quarterly**, [s.l.], v. 87, n. 2, p. 187-199, 2016.

HISTORY of the European Union 1970-1979. **European Union**, [s. d]. Disponível em: <https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1970-79_en>. Acesso em: 119 jun. 2021.

HM Treasury analysis: the long-term economic impact of EU membership and the alternatives. **Her Majesty's Treasury**, 2016. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/517415/treasury_analysis_economic_impact_of_eu_membership_web.pdf> Acesso em: 30 out. 2021.

HOBOLT, S. B. The Brexit vote: a divided nation, a divided continent. **Journal of European Public Policy**, [s. l.], v. 23, n. 9, p. 1259-1277, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13501763.2016.1225785?needAccess=true>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

HOLDER, J. How much of Johnson's 'great new deal' is actually new? **The Guardian**, 18 out. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/ng-interactive/2019/oct/18/how-much-johnson-great-new-deal-actually-new>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

HOLTON, K. Britain delays post-Brexit import trade controls again. **Reuters**, 14 set. 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/uk/britain-delays-implementation-post-brexit-trade-controls-2021-09-14/>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

HOW will history judge Blair?, **BBC News**, 10 maio 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/6636091.stm>. Acesso em: 5 set. 2021.

IFS (Institute for Fiscal Studies) revenue composition spreadsheet. **IFS**, 10 jun. 2021. Disponível em: <<https://ifs.org.uk/taxlab/data-item/ifs-revenue-composition-spreadsheet>>. Acesso em: 21 set. 2021.

IMPLEMENTING Privatisation: The UK Experience. **Her Majesty's Treasury**, 1997. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/symp_mar02_uk_treasury_priv_guide_e.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

INFLATION (CPI). **The World Bank Data**, 2021. Disponível em: <<https://data.oecd.org/price/inflation-cpi.htm>>. Acesso em: 24 out. 2021.

JAMES, W; MacLean, R. History of the European Union. **Civitas**, 2015. Disponível em: <<https://www.civitas.org.uk/content/files/OS.3.History.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

JEAN, S; JIMENEZ, M. The Unemployment Impact of Immigration in OECD Countries. **OECD Economics Department Working Papers**, n. 563, 2007. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/162425722235.pdf?expires=1632077916&id=id&accname=guest&checksum=47E4B54D62D102488C1A5E0D5DDAC7FB>>. Acesso em: 19 set. 2021.

KAVANAGH, D. John Major's political legacy. **Observatoire de la Société britannique**, 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/osb/717>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

KETER, V. Government policy on “British Jobs for British Workers”. **House of Commons Library**, 2009. Disponível em: <<https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/SN04501/SN04501.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2021.

KIRBY, J. The UK and EU have a new Brexit agreement. But it's not a done deal yet. **Vox**, 17 out. 2019. Disponível em: <<https://www.vox.com/world/2019/10/17/20918879/brexit-deal-boris-johnson-european-union-irish-backstop>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

KRUGMAN, Paul; MELITZ, Marc; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 4. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999.

LIVING in the European Union. **European Union**, [s. d.]. Disponível em: <https://european-union.europa.eu/live-work-study/living-eu_en>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MANKIW, Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

MARR, Andrew. **A History of Modern Britain**. Londres: Pan MacMillan, 2009.

MASS UK protest demanding second EU referendum planned days before Brexit. **Reuters**, 12 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/uk-britain-eu-protests-idUKKCN1TD2DZ>>. Acesso em; 12 nov. 2021.

MIGRANTS in low-skilled work: The growth of EU and non-EU labour in low-skilled jobs and its impact on the UK. **Migration Advisory Committee**, 2014. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/333083/MAC-Migrants_in_low-skilled_work_Full_report_2014.pdf>.

Acesso em: 27 set. 2021.

MORRIS, M. The agreement on the future relationship: a first analysis. **Institute for Public Policy Research**, 2020. Disponível em: <<https://www.ippr.org/files/2020-12/agreement-on-future-relationship-ippr-assessment-1-.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MORTIMORE, Roger; BLICK, Andrew. **Butler's British political facts**. 11. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

MULLEN, J. John Major's Citizen's Charter – fifteen years later. **Presses Universitaires Blaise Pascal**, 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/852747/PDF_full_text_John_Majors_Citizens_Charter_Fifteen_years_later>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MUNRO, F. UK government debt and deficit: March 2021. **Office for National Statistics**, 30 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/governmentpublicsectorandtaxes/publicspending/bulletins/ukgovernmentdebtanddeficitforeurostatmaast/march2021>>. Acesso em: 18 out. 2021.

OFFICIAL Bank Rate history. **Bank of England Database**, c2021. Disponível em: <<https://www.bankofengland.co.uk/boeapps/database/Bank-Rate.asp>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PERISIC, B. Britain and Europe: a History of Difficult Relations. **Institute for Cultural Diplomacy**, 2010. Disponível em: <<https://www.culturaldiplomacy.org/pdf/case-studies/cs-bojana-perisic.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PETRIE, S. BREXIT: How did we get here and where are we going? **Journal of Social Work Values and Ethics**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 115-117, 2021. Disponível em: <<https://jswve.org/download/2021-1/115-Forum-18-1-Spring-2021-JSWVE.pdf>>.

Acesso em: 10 abr. 2021.

POPULATION trends. **The Migration Observatory**, 8 jul. 2020. Disponível em: <<https://dataguide.migrationobservatory.ox.ac.uk/population-trends/how-many-migrants-are-living-in-each-uk-local-authority/>>. Acesso em: 24 out. 2021.

PROTOCOLO relativo à Irlanda/Irlanda do Norte. **Comissão Europeia**, [s. d.]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/strategy/relations-non-eu-countries/relations-united-kingdom/eu-uk-withdrawal-agreement/protocol-ireland-and-northern-ireland_pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

REED, H; LATORRE, M. The Economic Impacts of Migration on the UK Labour Market. **Institute for Public Policy Research**, 2009. Disponível em: <http://old.adapt.it/adapt-indice-a-z/wp-content/uploads/2014/05/reed_latorre_2012.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

ROGERS, S. HISTORIC government spending by area: get the data back to 1948. **The Guardian**, 18 out. 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/datablog/2010/oct/18/historic-government-spending-area#data>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SAMPSON, T. Brexit: The Economics of International Disintegration. **Journal of Economic Perspectives**, [s. l], v. 31, n. 4, p. 163-184, 2017. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.4.163>>. Acesso em: 30 out. 2021.

SCOTT, D. International trade in services, UK: 2018. **Office for National Statistics**, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/businessindustryandtrade/internationaltrade/bulletins/internationaltradeinservices/2018>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SCOTT, D. The impacts of EU exit and coronavirus (COVID-19) on UK trade in services: July 2021. Office for National Statistics, 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/balanceofpayments/articles/theimpactsfeuexitandcoronaviruscovid19onuktradeinservices/july2021>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SHEPHARD, A. Inequality under the labour, **The Institute for Fiscal Studies**, 2003. Disponível em: <<https://ifs.org.uk/bns/bn33.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SILVA, B. A desregulamentação dos mercados financeiros e a crise global: lições e perspectivas. **Senatus**, [s. l], v. 8, n.2, p. 14-28, 2010.

STAFFORD, P. Amsterdam ousts London as Europe's top share trading hub. **Financial Times**, 10 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/3dad4ef3-59e8-437e-8f63-f629a5b7d0aa>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

STOJANOVIC, A; WRIGHT, G. UK–EU future relationship: financial services. **Institute for Government**, 16 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.instituteforgovernment.org.uk/explainers/future-relationship-financial-services/>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

STURGE, G. Migration Statistics. **House of Commons Library**, 27 abr. 2021. Disponível em: <<https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/sn06077/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

SUMPTION, M; VARGAS-SILVA, C. Net migration to the UK. **The Migration Observatory**, 2020. Disponível em: <<https://migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2016/04/Briefing-Net-Migration-to-the-UK.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2021.

SYED, A. Changes in the economy since the 1970s. **Office for National Statistics**, 2 set. 2019. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/economicoutputandproductivity/output/articles/changesintheeconomysincethe1970s/2019-09-02>> Acesso em: 16 jun. 2021.

TEN years of labour. **Ipsos MORI**, 20 maio 2007. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/ten-years-labour>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

THE ERM and the single currency. **UK Parliament**, 2013. Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/legislativescrutiny/parliament-and-europe/overview/britain-joins-erm-to-introduction-of-single-currency/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

THE Single European Act. **EUR-Lex**, 2018. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=LEGISSUM%3Axy0027>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TOMS, M. The Thatcher privatisation legacy: not quite what she planned? **Oxera**, 2013. Disponível em: <https://www.oxera.com/wp-content/uploads/2018/03/The-Thatcher-privatisation-legacy_1-3.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

TOTAL UK public spending. **IFS (Institute for Fiscal Studies)**, 28 set. 2015. Disponível em: <https://ifs.org.uk/tools_and_resources/fiscal_facts/total_public_spending>. Acesso em: 21 set. 2021.

TRATADO de Maastricht. 7 fev. 1992. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/maastricht-treaty>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

UK trade agreements with non-EU countries. **GOV.UK**, 23 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/uk-trade-agreements-with-non-eu-countries#trade-agreements-still-in-discussion>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

UNITED Kingdom trade balance, exports and imports by country 1995. **World Integrated Trade Solution (WITS)**, 2021. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/GBR/Year/1995/TradeFlow/EX_PIMP/Partner/by-country>. Acesso em: 20 jun. 2021.

UNEMPLOYMENT Rate. **The World Bank Data**, 2021. Disponível em: <<https://data.oecd.org/unemp/unemployment-rate.htm>>. Acesso em: 24 out. 2021.

VAITILINGAM, R. **Recession Britain: findings from economic and social research**. Swindon: Economic and Social Research Council, 2009.

WATCHING the pits disappear, **BBC News**, 5 mar. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/3514549.stm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

WATTS, D. **The European Union**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.

WHEELER, B. Tony Blair's legacy 20 years on, **BBC News**, 1 maio 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-39717751>>. Acesso em: 15 set. 2021.

ZWET, A. *et al.* Brexit, Europe and othering. **Contemporary Social Science**, v. 15, n. 5, p. 517-532, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/21582041.2020.1851393>>. Acesso em: 20 out. 2021.